

Propriedade da
Associação de Comandos
 Instituição de utilidade
 pública, fundada em
 14 de Novembro de 1975
 Membro Honorário da Ordem
 do Infante D. Henrique
 N.º de Contribuinte: 501082875

Director
 José Ângelo Lobo do Amaral

Director Adjunto
 Jorge Galego

Gabinete Redactorial
 Jorge Eduardo da Cunha Galvão,
 Rui Jaime Domingues
 da Fonseca

Gabinete Gráfico
 GIMA, Lda

Paginação
 Dinis Lourenço

Capa
 Logotipo das Comemorações do
 50.º Aniversário dos Comandos da
 autoria de Victor Luís

Fotos
 João Carvalho Pina
 Albérico Alves, Fernando Farinha,
 Joaquim Santos, Joaquim Cortes,
 Marques Valentim, LUSA, Tam Kam
 Weng, João Alarcão, Carlos Gama,
 Paulo Pedro

Publicidade
 Anthony Stilwell

Sede:
 Av.ª. Duque d'Ávila, 124 - 4.º. Esq.º.
 1050 - 084 Lisboa
 Tel.: +351 213 538 373
 e-mail: assoc.cmds@mail.telepac.pt

Impresso na
 GIMA, Serviços Gráficos, Lda
 CET - Centro Empresarial Tejo
 Rua de Xabregas, N.º.6, Lot. B
 1900-440 Lisboa

Janeiro/Dezembro 2012
 Registo no I.C.S. n.º. 124782
 Depósito Legal
 Tiragem 2500 exemplares

» SUMÁRIO // JANEIRO » DEZEMBRO 2012

- 4** Aos Comandos
- 6** Mensagem do Chefe do Estado-Maior do Exército
- 8** XIX Encontro Nacional de Combatentes

50.º ANIVERSÁRIO DA FORMAÇÃO DOS COMANDOS EM ZEMBA (ANGOLA)

- 11** Celebrar os Comandos
- 14** Pôr-do-Sol
- 15** Seminário "Tropas Comando - 50 Anos a Servir Portugal"
- 18** 29 de Junho - Dia dos Comandos
- 21** Condecorações do Estandarte do Centro de Tropas Comando
- 25** Obrigado, Amadora
- 27** 25 de Novembro
- 28** Seminário "O Papel das Forças Especiais nas Forças Armadas dos Países da CPLP"
- 36** Encerramento do 120.º. Curso de Comandos
- 38** Centro de Instrução da Namaacha

- 41** Monsieur Dante, "Le Renard"
- 44** 10 Anos de Reactivação da Unidade de Comandos
- 48** 25 de Novembro de 1975
- 52** Jaime Neves
- 54** Os Comandos
- 55** As Minhas Impressões Sobre os Comandos
- 57** As Parcerias e a Transformação da Aliança
- 61** O Combate ao Terrorismo Internacional Contemporâneo
- 75** Uma Perspectiva Lusófona
- 79** Macau - Um Legado a Preservar
- 83** Origem e Significado do 1.º. de Dezembro
- 87** A Guerra Brasileira e o Mestre da Emboscada
- 91** Chissóia
- 94** Eu Estive Lá
- 96** A Minha Forma de Dizer Adeus
- 97** Vida Associativa



Justificação

- » A "Mama Sume" tem vindo a publicar-se com periodicidade semestral.
- » A falta de apoios à sua publicação e a situação financeira da Associação justificam o facto da nossa revista ter passado a ser publicada apenas uma vez por ano. Oxalá consigamos continuar a publicar a "Mama Sume".

Nota: o novo Acordo Ortográfico é usado ou não pelos Autores segundo o seu próprio critério.

Agradecimentos

- » A todos os que, com os seus textos, estudos, relatórios e imagens quiseram connosco colaborar e assim dignificar a "Mama Sumé";
- » Às Firmas e Marcas que publicitam os seus prestigiosos produtos nas nossas páginas reafirmando, deste modo, a sua crença no nosso projecto.



PALAVRAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROFESSOR ANÍBAL CAVACO SILVA NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA DOS COMANDOS

Centro de Tropas Comandos, Carqueja, 29 de Junho de 2012

Comemoramos, hoje, em simultâneo, os 50 anos de criação dos “Comandos” e o dia do Centro de Tropas Comandos.

Pretendo, como Comandante Supremo das Forças Armadas, prestar nesta data uma justa homenagem aos militares “Comando” que serviram com audácia e abnegação a nossa Pátria, e distinguir o seu relevante contributo para a defesa dos valores da liberdade e da democracia.

Saúdo cada um dos presentes nesta cerimónia, e, em especial, os veteranos de guerra, a quem manifesto o meu sentido apreço e a quem o nosso País tanto deve.

Festejar este dia é uma oportunidade para revisitar o passado, feito de valorosos atos de bravura e coragem, um passado que não deve ser esquecido, pelo exemplo e pela inspiração que encerra.

É também um dia de reencontro de gerações, unidas pelos mesmos valores e princípios, forjados em códigos de conduta e de honra comuns, presentes desde a fundação das Tropas Comando.

Aos militares, que estiveram na sua origem e integraram as primeiras forças, foram exigidos graus de resistência física e mental singularmente elevados, para fazer face à nature-



za e aos requisitos do ambiente operacional com que então éramos confrontados em África.

Durante 12 anos, nove mil homens, integrando várias unidades deste corpo de elite, tiveram um desempenho notável nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné, fazendo do militar “Comando” um soldado de exceção, exemplo maior de valor militar, valentia em combate, coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo.

O espírito de disciplina, o sentido de responsabilidade e o elevado patriotismo, demonstrados em África, ficaram novamente patentes quando foram chamados a atuar em defesa da legitimidade democrática, assumindo um papel preponderante na preservação e na consolidação da liberdade reconquistada no dia 25 de abril de 1974.

É, pois, com um sentimento de viva gratidão que hoje evocamos a memória de todos os “Comandos” que tombaram no campo da honra e deram a sua vida pela Pátria, a quem prestámos sentida homenagem, segundo o cerimonial castrense e os preceitos inscritos no ritual “Comando”.

Ao vencerem quando poucos acreditavam, ao conquistarem quando muitos se opunham, ao avançarem quando outros vacilaram, os seus nomes ficaram indelevelmente gravados nos monumentos que os homenageiam e no coração dos que com eles privaram. É um momento de pesar, mas também de profunda admiração pela forma como honraram os seus camaradas de armas e a Pátria Portuguesa.

Manter viva a sua memória, manter fortes os laços e os valores que a todos unem, encontra eco nos princípios que regem a Associação de Comandos, a quem quero manifestar o meu reconhecimento, pela ação altamente meritória desenvolvida na preservação de um património histórico e moral inestimável, no fortalecimento da camaradagem de armas que vos acompanha ao longo da vida e, em particular, no apoio solidário aos associados mais carenciados e suas famílias.

Hoje, a atuação dos “Comandos” desenvolve-se num contexto diferente, mas a determinação, o profissionalismo e a preparação dos militares mantém-se a mesma, quer nas missões que desempenham nas Forças Nacionais Destacadas, de que é exemplo a atuação no Afeganistão, merecedora de rasgados elogios, quer nas ações de Cooperação Técnico-Militar que desenvolvem com os países de expressão portuguesa.

É justo evidenciar o papel insubstituível do Centro de Tropas Comandos, herdeiro e guardião das nobres tradições das unidades de Comandos, e que assenta na competência e na motivação dos seus quadros.

Os elevados padrões de desempenho que esta tropa de elite tem mantido só são possíveis se lhe estiverem associados um rigoroso treino e uma identidade própria, alicerçados numa disciplina e em códigos de conduta fortes.

Apesar dos avanços tecnológicos e da elevada sofisticação dos equipamentos, a chave do sucesso continua a residir no militar, na sua preparação, na sua força moral, na sua capacidade de interpretar e de decidir.

É com esta certeza, que me dirijo aos jovens militares que terminaram o centésimo décimo nono Curso de Comandos, felicitando-os por terem ultrapassado, com êxito e certamente com sacrifício, os desafios e as provas a que foram submetidos.

MILITARES “COMANDO”,

A vossa história está repleta de valorosos exemplos de bravura e coragem, bem expressos nos anais dos vossos 50 anos de existência e nas mais altas condecorações que militares e unidades “Comando” ostentam, com orgulho e distinção.

Os jovens que então assumiram a árdua tarefa de iniciar esta força especial foram sujeitos a condições únicas de grande adversidade, que colocaram à prova as suas convicções, os seus medos e os seus instintos. Foram capazes de as vencer, com determinação e heroísmo, conseguindo feitos extraordinários.

Lições de vida, que devem servir de exemplo e inspiração para todos nós.

Agradeço, de novo, a vossa presença. Agradeço, em nome de Portugal e dos Portugueses, tudo aquilo que cada um de vós, com esforço e incondicional dedicação, fez pelo nosso País.

Encorajo os mais jovens a estarem à altura dos valores e tradições daqueles que vos precederam, a honrar a memória dos que se eternizaram pelos seus feitos, continuando a ser a voz do Comando, bem alto gritando: “MAMA SUME - AQUI ESTAMOS”.



MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

GENERAL ARTUR PINA MONTEIRO

É com apreço e satisfação que o Comandante do Exército se associa a mais uma edição da revista da Associação de Comandos, reconhecendo assim a elevada dedicação, prestígio e elevado espírito de missão por todos quantos servem ou serviram neste Corpo de Tropas Especiais, de reconhecida importância para o Exército e para Portugal.

Imbuídos pelos valores forjados ao longo de meio século dos mais nobres serviços à Pátria, os Comandos recordam, com respeito e gratidão, os “Comandos” nascidos no ano de 1962 na Zemba em Angola, depois na Quibala e em Luanda. Recordamos ainda os “Comandos” de Montepuez e os de Brá; os de Lamego, da Amadora, de Mafra e todos os “Comandos” que, com alto sentido pátrio, excecional dedicação e elevado espírito de missão e de sacrifício, forjaram no Campo da Honra, quantas vezes com a própria Vida, o nome de Portugal.

O atual contexto internacional é extremamente complexo, atípico, singular e dinâmico, dominando a incerteza, associado a um conceito alargado de segurança e defesa, na qual destaca o modelo de segurança cooperativo que implica significativa evolução na natureza e no emprego de forças terrestres, bem como, nos padrões de treino e certificação das forças operacionais dos países Aliados.

Neste contexto, os Comandos, têm contribuído de forma incontornável para a Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, proporcionando uma certeza de êxito no desempenho das missões mais difíceis e mais exigentes do atual contexto estratégico e do quadro conflitual que o caracteriza, garantindo ao País uma elevada capacidade de resposta e um nível de treino e prontidão adequado à conjuntura atual, como têm demonstrado desde 2004 no exigente e complexo Teatro de Operações do Afeganistão, onde já prestaram serviço 874 militares desta especialidade.

No âmbito da afirmação dos interesses nacionais, não posso também de deixar de destacar o empenho, dedicação e espírito de bem servir dos 203 assessores que desde 1993 em Angola, têm contribuído para a formação de cerca de 10 mil Comandos.

Todos sabemos as dificuldades e os desafios atuais e futuros que coletivamente vivemos e que solidariamente, com espírito de Soldado, teremos de ultrapassar para enfrentarmos o futuro com determinação, serenidade e confiança.

Hoje, como ontem, o militar “Comando” mantém vivo no seu Código de Conduta o seu empenho e a sua disponibilidade para a remoção de todos os obstáculos ao fiel e exato cumprimento dos seus deveres, sejam quais forem as dificuldades a que tenha de se sujeitar, sem procurar que outrem tome à sua conta o que lhe incumbe fazer.



» EDITORIAL

MAMA SUME!

Foi há cinquenta anos que tudo começou - lá longe, em Zemba, nas terras úberes do Norte de Angola, um grupo de militares de eleição, Oficiais, Sargentos e Praças, do Quadro Permanente e Milicianos, interpretando e desenvolvendo com inteligência directivas do Estado-Maior do Exército, criavam uma doutrina e uma prática, aceitavam uma disciplina, construíam um Corpo militar de elite.

Nas dificuldades do dia a dia, no sacrifício do esforço,
na satisfação do dever cumprido, na dádiva permanente
de Serviço a Portugal. Cresceram.

Na dureza do combate, foram generosos. Cumpriram.

Nos momentos de adversidade, foram solidários. Afirmaram-se.

Pelo reconhecimento do que eram, ganharam novos Chãos.
A que também chamaram seus.

Na encruzilhada da História, souberam manter-se firmes
nas convicções, leais aos chefes. Resgataram Portugal.

Guardando Memórias, afirmaram-se como Futuro,
que é projecto que querem para Portugal.

Revendo-se no "Código Comando", permanentemente
o (re)afirmam.

Cinquenta anos depois, continuam assim os Comandos.

Trazem com eles o tempo todo em que se fez Portugal - por isso, se o Reino foi feito por soldados, como escreveu Mouzinho, Portugal é e será também obra de Comandos.

José Lobo do Amaral

Presidente da Direcção Nacional



XIX ENCONTRO NACIONAL DE COMBATENTES

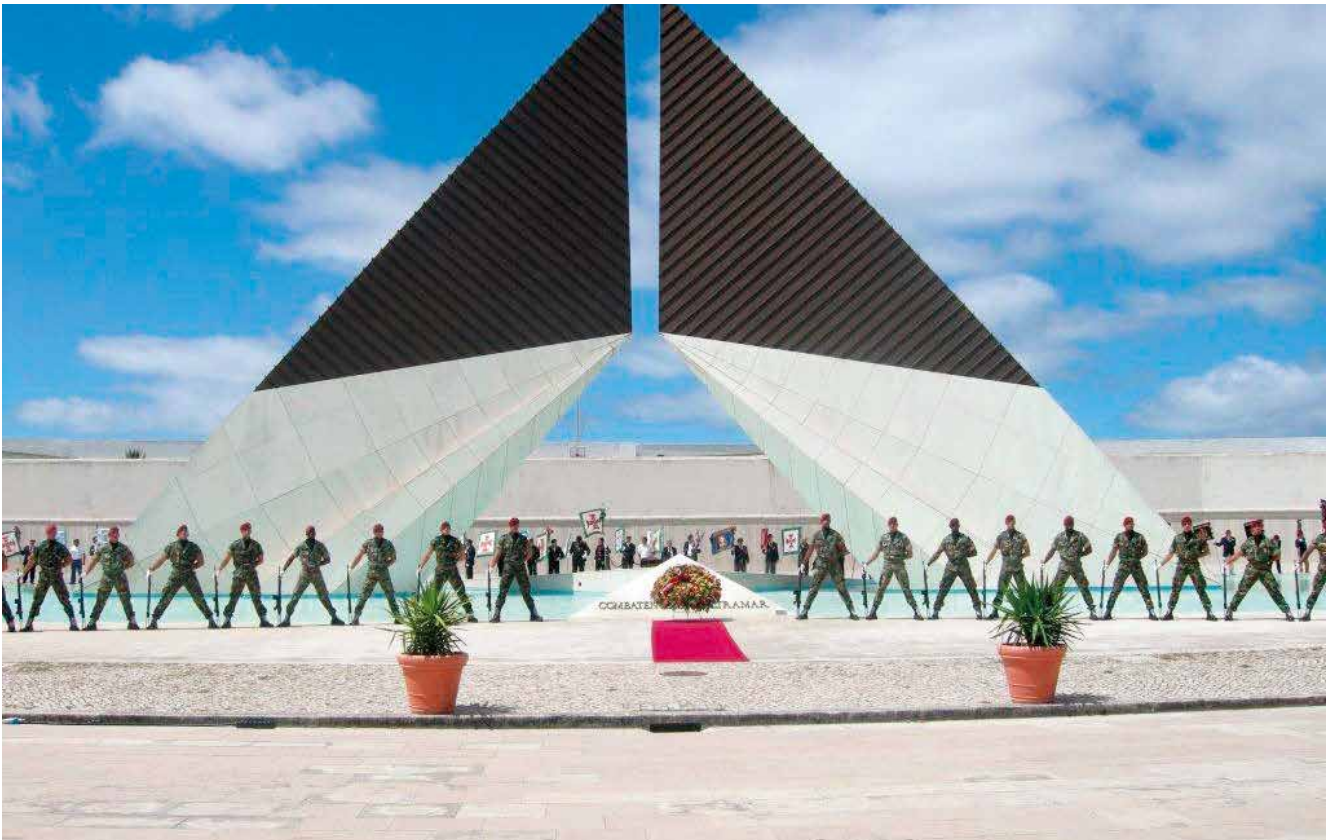
MAIS UMA VEZ OS COMBATENTES SE JUNTARAM NO DIA DE PORTUGAL, NO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR, EM BELÉM, PARA LEMBRAREM "AQUELES QUE DA LEI DA MORTE SE VÃO LIBERTANDO".

De todo o lado ali vieram, em romagem de saudade - eram centenas de Combatentes, muitos com suas famílias, para dizerem do seu orgulho por um dia terem respondido ao chamamento de Portugal.

Antes do início da cerimónia, o Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, ali foi também depositar uma coroa de flores, homenageando os que em África morreram pelo Portugal de então: foi a primeira vez que um Presidente

da República, num Dia de Portugal, esteve com os Combatentes do Ultramar junto ao Monumento que fixa a Memória do seu esforço e sacrifício.

Quando a requinta tocou a sentido e a charanga chamou Os que partiram, fazendo-se silêncio, quando cada Associação de Combatentes se perfilou ante o Monumento e cada Combatente ali depositou uma flor, foi uma geração que ali esteve a afirmar o seu orgulho de ser Português.





COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DA FORMAÇÃO DOS COMANDOS, EM ZEMBA (ANGOLA) (1962 / 2012)

Comissão de honra

- Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva
- General António dos Santos Ramalho Eanes
- Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco
- Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves de Araújo
- Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
- Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro
- General Vasco da Rocha Vieira
- Professor Doutor Adriano Alves Moreira
- General “Cmd”, António da Silva Osório Soares Carneiro
- General “Cmd” Altino Amadeu Pinto de Magalhães
- General “Cmd” João Almeida Bruno
- General Gabriel Augusto Espírito Santo
- General “Cmd” João Manuel da Silva Viegas
- General “Cmd” José Luís Pinto Ramalho
- Major-General “Cmd” Fernando Manuel Jasmins de Freitas
- Presidente da Assembleia Geral da Associação de Comandos, Cmdt. Victor Manuel Tavares Ribeiro
- Dr. Júlio de Lemos Castro Caldas



50º. ANIVERSÁRIO DA FORMAÇÃO DOS COMANDOS EM ZEMBA (ANGOLA)

CELEBRAR OS COMANDOS!

SESSÕES SOLENES EM LISBOA E NO PORTO ABREM COMEMORAÇÕES

As Comemorações iniciaram-se no dia 19 de Junho com uma Sessão Solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa e a que estiveram presentes muitos Chefes Militares e Oficiais Gerais dos 3 ramos das Forças Armadas, outras entidades civis e militares, representantes dos 3 ramos das Forças Armadas e de Associações de Combatentes e uma representação do CTC (Centro de Tropas Comandos).

Presidiu à cerimónia, em representação do Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, o General António Ramalho Eanes, que era acompanhado na mesa da presidência pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, pelo Presidente do Conselho Superior da Associação de Comandos, Tenente-General "Cmd" António Abrantes dos Santos, pelo Comandante do Centro de Tropas Comandos, Coronel "Cmd" Pedro Miguel Soares e pelo



Presidente da Direcção Nacional da Associação de Comandos, José Lobo do Amaral.

Depois de ouvido o Hino Nacional, cantado pela assistência que enchia a "Sala Portugal", abriu a sessão o Comandante do CTC que, depois de saudar os presentes, fez um breve historial dos Comandos.

Usou da palavra a seguir, o Prof. Doutor Adriano Moreira que, depois de se referir ao significado da "Sala Portugal" em que se encontravam - "Sala de Heróis" lhe chamou, em alusão ao facto de ali terem sido recebidos e homenageados os grandes Heróis de África, de Serpa Pinto a Capelo Ivens, de Mouzinho a Gago Coutinho e agora ali estarem os Comandos - proferiu uma notável lição sobre o tema "Teoria do Estado Exíquo".

Encerrou a sessão o General António Ramalho Eanes, que depois de se referir às características das tropas Comandos e à sua actuação determinante nas operações do 25 de Novembro, terminou afirmando:

"Por tudo isto, pelo que de muito e especial as tropas Comandos deram ao Povo e à Nação portuguesas e seguramente dão e darão, pela sua cultura de missão distintivamente exemplar; pelos seus mortos em holocausto da

Nação, os felicite, neste cinquentenário da vossa tão rica quanto generosa, participativa e exemplar existência. Às Tropas Comando, a todos os militares Comando eu dirijo um sentido Bem-Hajam."

A 21 de Junho, foi a vez da Associação Comercial do Porto receber os Comandos para ali realizarem também uma Sessão Solene comemorativa dos seus 50 anos.

O "Salão Árabe" encheu-se para uma sessão a que presidiu o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, que era acompanhado na mesa pelo Chefe do Pessoal, Ten. General Luís Morais de Medeiros, pelo Dr. Rui Moreira, Presidente da Associação Comercial do Porto, pelo Comandante do CTC, Cor. "Cmd" Pedro Miguel Soares e pelo Presidente da Direcção Nacional da Associação de Comandos, José Lobo do Amaral.

Na assistência, via-se o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino, muitas autoridades civis e militares, representantes de Associações de Combatentes e representações das Delegações do Norte da nossa Associação de Comandos.

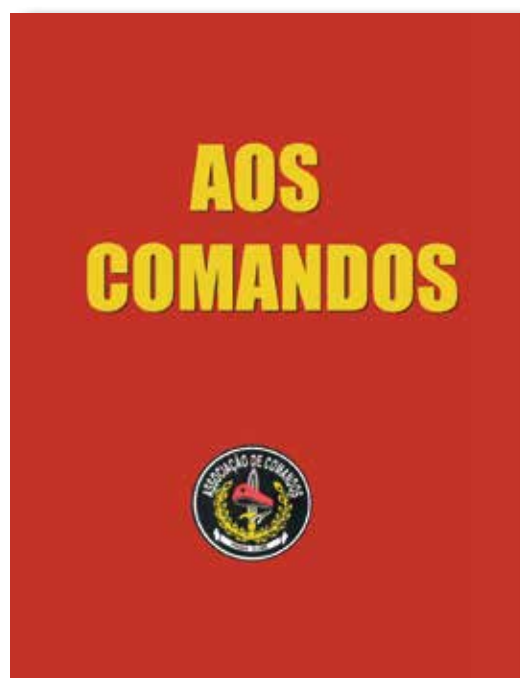
Depois de cantado o Hino Nacional por todos os presentes, abriu a sessão o Presidente da Direcção Nacional que,



depois de saudar os presentes e dizer das razões da realização também no Porto de uma Sessão Solene, fez a apresentação do Dr. Rui Moreira que de uma forma muito clara e elucidativa dissertou sobre os “Novos desafios, novas ameaças na Europa do Século XXI”, dando ao tema a sua visão pessoal.

Encerrou a sessão o Ministro da Defesa Nacional que, depois de saudar os Comandos pelo seu aniversário e referir os serviços prestados a Portugal, abordou também o tema do orador, dando também o seu contributo para a sua compreensão.

Dada a importância das mensagens que foram dirigidos aos Comandos, assim como das lições proferidas nas duas sessões solenes, a Associação de Comandos editou-as sob o título “Aos Comandos”, na sua colecção “Cadernos do Cinquentenário”.



DELEGAÇÃO DO PORTO OFERECE "PÔR-DO-SOL"



A seguir à sessão solene na Associação Comercial do Porto, a Delegação do Porto ofereceu a todas as entidades oficiais e demais convidados um "pôr-do-sol" no Castelo do Queijo, sede da Delegação.

Beneficiando do magnífico tempo que se fazia sentir, a recepção foi pretexto para que muitos dos convidados ficassem a conhecer o Castelo do Queijo - onde está também ins-

talado parte do nosso Museu - e também para um agradável convívio que juntou os Comandos e seus convidados.

Na ocasião, o Presidente da Delegação, Moreira de Sousa, saudou o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, as inúmeras entidades oficiais, representantes de Associações de Combatentes e demais convidados, agradecendo a sua presença.

SEMINÁRIO

"TROPAS COMANDOS – 50 ANOS A SERVIR PORTUGAL"

O primeiro dos dois Seminários integrados no programa que a Associação de Comandos organizou, realizar-se-ia a 26 de Junho no auditório do Instituto de Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, sob o tema "Tropas Comandos - 50 anos a Servir Portugal".

Presidiu à sessão de abertura o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, tendo usado da palavra, a abrir, o General "Cmd" Marco Serronha que depois de saudar a assistência, explicou a razão de ser do Seminário, tendo o Chefe do Estado-Maior do Exército usado então da palavra para referir o seu apreço pelas Tropas Comandos, tendo afirmado na sua alocução:

"Hoje o Exército desempenha um papel determinante na afirmação de Portugal na cena internacional, contribuindo ao mesmo tempo para reforçar a sua credibilidade externa, o seu poder negocial e o seu peso político, ajudando a cimentar a internacionalização do país na Europa, na cooperação com os Países Lusófonos e nas missões de apoio à paz e de carácter humanitário.

Nos últimos dez anos foram cerca de 25 mil os soldados portugueses a integrarem missões internacionais, ao serviço de variadas Organizações e em 18 Teatros de Operações, todos eles diferentes e distanciados entre si: da Bósnia a Timor, de Moçambique ao Afeganistão e de Angola ao Líbano.

Estas missões de paz e estabilização são hoje fundamentais, não só para a contenção de catástrofes humanitárias, mas também em regiões onde não existe ou onde falhou o Estado, sem o qual nenhuma sociedade tem segurança, bem estar e desenvolvimento.

Neste contexto também nós temos vindo a adequar o instrumento militar para responder à complexidade dos desafios diretamente relacionadas com a diversificação das ameaças e riscos inerentes aos diferentes Teatros de Operações incluindo a dimensão transnacional que atua com base em estratégias e táticas subversivas que promovem ou tiram proveito dos conflitos internos e regionais, praticamente em





todo o globo, com vista ao enfraquecimento do poder dos regimes estabelecidos e da ordem internacional vigente.

As Tropas Comando, particularmente aptas para ações ofensivas e caracterizadas pela sua prontidão e capacidade de projeção imediata, com elevada capacidade técnica e tática, grande flexibilidade de emprego e elevado espírito de corpo, estão vocacionadas para ações inseridas num ambiente operacional de contra insurreição, conduzindo operações isoladas ou enquadradas em manobra de escalões mais elevados, podendo atuar em profundidade na área da retaguarda do inimigo com forças de escalão companhia ou batalhão. No contexto do atual ambiente estratégico e da sua previsível evolução é para mim claro que os Comandos têm contribuído de forma incontornável para a valorização da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, proporcionando uma certeza de êxito no desempenho das missões mais difíceis e mais exigentes do atual contexto estratégico e do quadro conflitual que o caracteriza. Desta forma, têm garantido ao País uma elevada capacidade de resposta e um nível de formação, treino e prontidão maximizados, como o têm demonstrado desde 2004 no exigente e complexo Teatro de Operações do Afeganistão, onde já prestaram serviço cerca de 900 militares desta especialidade.

Mas a luta contra as ameaças da atualidade vai muito para além do combate contra-subversivo, requer ainda uma po-

lítica de cooperação multisectorial também por parte dos Estados, política que apoie o combate eficaz ao subdesenvolvimento, à ausência de Estado de Direito e à estabilidade democrática, desempenhando a cooperação Técnico-Militar nas suas variadas vertentes um papel distintivo.

Também neste caso as Tropas Comando, com a sua participação em missões no âmbito da cooperação militar, sobretudo na área da formação de militares e em assessoria ao nível dos decisores político-militares, contribuem para a reestruturação do sector da defesa de diversos países. Neste âmbito, e na afirmação clara dos interesses nacionais, não posso também deixar de destacar o empenho, dedicação e espírito de bem servir dos 203 assessores que desde 1993, conjuntamente com o Exército Angolano, têm contribuído para a formação de milhares de Comandos."

A assistência que encheu o auditório do IDN seguiu com grande interesse as comunicações dos vários oradores que formaram os vários painéis do Seminário, cujo programa se publica, e que suscitou muitas intervenções da assistência.

Encerrou o Seminário o Dr. Júlio Castro Caldas, antigo Ministro da Defesa Nacional, que contou com grandes pormenores o que foi a "saga" da reactivação da especialidade Comando, história essa que um dia tem de ser contada e escrita por quem a viveu.



SEMINÁRIO

“Tropas Comandos – 50 anos a Servir Portugal”

26 de Junho de 2012

CELEBRAÇÕES DOS 50 ANOS DA FORMAÇÃO DOS COMANDOS, EM ZEMBA (ANGOLA)

Local: Auditório 1 do Instituto de Defesa Nacional
Calçada das Necessidades, 5 Lisboa

Abertura

14H30 – Palavras de abertura pelo Coronel Tirocinado Comando Marco Serronha
Intervenção do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro

Tema 1

15H00 / 16H00 – “CONTRAINSURREIÇÃO – O PAPEL DAS TROPAS COMANDOS
NO DECURSO DA GUERRA DE ÁFRICA”

Moderador: Engº. Miguel Anacoreta Correia

Oradores: General Augusto Espírito Santo – “Os aspectos militares”
Ten. Cor. “Pilav” João José Brandão Correia – “Os aspectos Políticos”

Tema 2

16H15 / 17H15 – “PARTICIPAÇÃO DAS TROPAS COMANDO NAS POLÍTICAS EXTERNA
E DE DEFESA DE PORTUGAL”

Moderador: Embaixador Dr. António Martins da Cruz

Oradores: General “Cmd” José Luís Pinto Ramalho – “O caso de Angola”
Prof. Doutor Bruno Cardoso Reis – “O caso do Afeganistão”

17H20 – Intervenção de encerramento, pelo Dr. Júlio de Lemos Castro Caldas.



"DIA DOS COMANDOS"

O Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, presidiu à cerimónia militar comemorativa do "Dia dos Comandos" realizada no Centro de Tropas Comandos, na Carregueira, cerimónia que assinalou também o encerramento do 119º. Curso de Comandos.

Com a presença do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Reboredo Seara, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Araújo, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, das mais altas chefias das Forças Armadas, uma representação dos Comandos de Angola, chefiada pelos Ten.-Generais "Cmd" António Filomeno Pereira e João da Cruz Fonseca, altas entidades civis e militares e dezenas de Comandos com os Guiões das suas Delegações que, como sempre, marcam presença em todos os momentos grandes da vida da sua Unidade, ouviu-se a leitura do Código Comando e viveu-se o momento de grande emoção que é a Homenagem aos Mortos, momento em que, com sentida saudade, se lembram Aqueles que deram aos Comandos e a Portugal a suprema dádiva - a sua vida!

Antes de serem entregues os crachás e as boinas aos novos Comandos, o Comandante do CTC, Cor. "Cmd" Pedro Miguel Soares, usou da palavra tendo, depois de saudar as entidades presentes, afirmado:

"Há 50 anos começou a nossa viagem em terras de Angola, mais propriamente em Zemba. Uma diferente tipologia de ameaça conduzia à evidência de que era necessária uma força diferente para a combater, uma força especial, com grande mobilidade e elevada preparação a todos os níveis. Nasceram os Comandos. Treze anos de guerra depois, com inúmeras das mais altas condecorações, com um nome que infundia respeito e até temor, com incontáveis sucessos, eis-nos de regresso ao retângulo lusitano. O período conturbado que então se vivia raiava o descontrolo e foram os Comandos quem teve que, no terreno, estabilizar a situação que ameaçava descontrolar-se.

Anos volvidos e em contra ciclo, pois a tipologia de ameaça que tinha levado à sua criação assumia cada vez maior preponderância, os Comandos são extintos à luz de critérios de racionalização que ignoravam a cultura e identidade deste



tipo de forças, sobrevalorizando discutíveis ganhos de partilha de formação de base e interdependência de identidades inconciliáveis com a natureza destas forças. Felizmente ainda a tempo, em 2002 vivemos a euforia da nossa reactivação, o segundo aniversário que hoje comemoramos, pois foi precisamente há uma década que voltámos a ouvir o nosso Mama Sumae ecoar pelas paredes de um quartel.

Desde então e em apenas 10 anos os Comandos voltaram a mostrar a sua ténpera. No plano interno redesenhámos o curso de comandos, criámos uma disciplina de corpo-a-corpo com equipamento para combate com técnicas desenvolvidas por nós, desenhámos e ministrámos desde então cursos na área do tiro de combate, propusemos a reformulação do sistema de segurança das Unidades do Exército e desenhámos até um inédito atrelado de características militares com potencial para ser comercializado e assim reduzir os custos da sua aquisição.

Como estes exemplos bem ilustram continuamos fiéis à tradição Comando, a busca da excelência seja em que área for.

No plano externo iniciámos a nossa já rica história de projecções com uma Companhia de Comandos em Timor-

-Leste e, posteriormente, o Exército confiou-nos a responsabilidade de projecção de forças para o Afeganistão. Em oito anos e com sucessivas alterações da natureza da missão, vimos duas das nossas Companhias serem condecoradas com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, um General Canadano enaltecer a forma como os Comandos se comportam debaixo de fogo e um General Inglês, Comandante das Forças da Nato no Afeganistão, apontar os Comandos como um exemplo para todas as forças em teatro.

Temos de facto motivos para celebrar. Temos cinquenta anos de uma rica e invejável existência, que muito nos deve orgulhar.

Mas hoje é também dia de olhar para o futuro, que começa aqui, à nossa frente, nesta parada onde brevemente teremos formado novos Comandos, que assegurarão a nossa continuidade e a quem caberá, no futuro, a responsabilidade de enriquecer tão insigne herança."

A cerimónia de condecoração de Companhias de Comandos de Angola e do Batalhão de Comandos da Guiné-Bissau com a Cruz de Guerra de 1ª. Classe Colectiva - de que se dá conta noutro local desta revista - foi momento de grande significado para todos, nomeadamente para quantos inte-



graram aquelas Companhias e que estavam presentes em elevado número.

Como é habitual, o Presidente da Direcção Nacional entregou o "Prémio Associação de Comandos", destinado a galardoar o 1º. classificado em Mérito Pessoal e que foi ganho pelo Soldado "Cmd" Casimiro Alexandre Gomes Oliveira.

Antes de terminar a cerimónia com o desfile das forças em parada, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas dirigiu aos Comandos uma mensagem.

Todos a compreendemos como a expressão do entendimento do mais Alto Magistrado da Nação da importância dos Comandos no contexto das Forças Armadas de hoje e das responsabilidades que lhes estão atribuídas, ao mesmo tempo que afirmava o reconhecimento da Nação à dedicação, disponibilidade e doação dos Comandos, ontem e hoje, ao Serviço de Portugal.

O Presidente da República terminou a sua mensagem dizendo aos Comandos, **Mama Sumé!**
Respondemos, também, **Mama Sumé!**

Pela importância que a mensagem do Presidente da República tem para os Comandos, publicamo-la no início desta revista.

Ao retirar-se da tribuna, o Presidente da República quis cumprimentar o Presidente da Direcção Nacional a quem transmitiu o seu apreço pela acção que vem sendo desenvolvida pela Associação de Comandos, tendo-o convidado a acompanhá-lo na saudação que de seguida fez aos Comandos das Companhias condecoradas, tendo, a terminar a cerimónia, descerrado uma placa que fica a assinalar o 50º. aniversário da fundação dos Comandos.

Nesse dia, a Associação de Comandos editou o opúsculo "TRIBUTO", integrado na colecção "Cadernos do Cinquentenário", que reúne, para que os Homens não esqueçam, os nomes de todos os Comandos condecorados e, também, Daqueles que morreram pelos Comandos e por Portugal.



AS CONDECORAÇÕES DO ESTANDARTE DO CENTRO DE TROPAS COMANDOS

// Nuno Oliveira*

No passado dia 29 de Junho, evocando-se os cinquenta anos de história ao serviço da Pátria, o Centro de Tropas Comando (CTC) celebrou o seu dia e assinalou a efeméride da especialidade, o 50.º aniversário dos Comandos. A cerimónia, emocionante e muito participada, foi presidida pelo Presidente da República, comandante supremo das Forças Armadas.

Uma justa homenagem a estas tropas porquanto logo desde o início da Guerra de África, em 1961, se tornou óbvio que a tipologia daquela guerra subversiva, aliada às características do terreno e do clima, exigiram aos nossos militares um tipo de actuação para as quais não estavam

manifestamente treinados. Assim, logo em 12 de Setembro de 1961, o comandante das Forças Armadas em Angola, General Venâncio Deslandes, num famoso despacho afirmava claramente: "A experiência já demonstrou que o tipo de guerra que vimos enfrentando mostra que há necessidade de dispormos de uma 4.ª. força com a missão especial de contraguerrilha". Tornou-se, pois, clara a necessidade, e urgência, dessa nova "4.ª. força" dotada de grande mobilidade e acentuado espírito de corpo, adaptada àqueles teatros e suas condições, bem estruturada e portadora de uma elevada preparação moral e técnica. Foi, pois, desta necessidade que nasceram os "Comandos", concebidos e pensados como uma força especial de contraguerrilha, ca-



paz de realizar operações irregulares e golpes de mão, e de actuar como tropa de infantaria de assalto, destinada a executar operações nos três teatros de operações em África onde a guerra haveria de eclodir.

Foi, pois, na presença do Ministro da Defesa Nacional e dos Generais Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e Chefe do Estado-Maior do Exército, que o Presidente Aníbal Cavaco Silva participou nas várias cerimónias militares e condecorou com a Cruz de Guerra 1ª Classe, colectiva, cinco Unidades Comando que se distinguiram por feitos praticados em campanha durante a Guerra de África, em Angola e na Guiné. Estas condecorações surgem na justa sequência dos louvores (sem número) de 24 de Novembro de 2011², do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General “Cmd” José Luís Pinto Ramalho, que antes de abandonar o seu cargo resolveu, justamente, homenagear estas distintas unidades Comandos que a evolução histórica do país deixara sem o merecido reconhecimento. Na realidade embora todas elas tivessem sido alvo de propostas pré-existentes a verdade é que, contingências várias, haviam deixado os processos arrastarem-se ficando, como se diz na gíria militar, “na gaveta”. Oportunamente, aproximando-se o cinquentenário das tropas Comando, a Associação de Comandos lembrou tal facto à chefia do Exército que, cumprindo todos os requisitos regulamentares de rigor histórico, resolveu instruir e reconstituir os processos que

culminaram nos louvores do CEME que determinaram a imposição das condecorações àquelas unidades³.

Na ocasião o Presidente da República numa intervenção, respigada em grande medida nos textos dos louvores do CEME, sublinhou os valorosos actos de bravura e coragem ao serviço da Pátria. Afirmando “Durante 12 anos, nove mil homens, integrando várias unidades deste corpo de elite, tiveram um desempenho notável nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné, fazendo do militar “comando” um soldado de excepção, exemplo maior de valor militar, valentia em combate, coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo”. Características que hoje, como no passado, asseguraram às tropas “Comando” as capacidades únicas de desempenho de missões em diversos teatros de operações, complexos e exigentes, onde sempre são apontadas pelo seu valor, disciplina e capacidades.

As unidades condecoradas foram o emblemático Batalhão de Comandos da Guiné 14.07.1972-07.09.1974), cujo comando pertenceu, durante o período de guerra, a Almeida Bruno e depois a Raúl Folques⁴ e as Companhias de Comandos 19ª. (28.10.1968-16.11.1970), comandada por Raúl Folques⁵, a 20ª. (28.02.1969-23.04.1974) comandada por Oliveira Marques⁶, a 30ª. (31.03.1971-01.11.1972) comandada pelo já falecido oficial miliciano Rosa de Oliveira⁷ e a 33ª. (29.10.1971-25.10.1973) comandada por Arnaldo Ribeiro da Cruz⁸, todas elas com



notável actuação operacional em Angola. Estas condecorações, de inquestionável justiça, marcam um acto de coragem presidencial (que naturalmente importa registar). Pela primeira vez desde a revolução, de um modo claro e inequívoco um Presidente da República, não teve constrangimento, ou medo, de honrar os heróis que, com galhardia, espírito de missão e sacrifício, tudo deram ao serviço da Pátria na Guerra de África, guerra que a revolução veio colocar em causa. Foi apenas um gesto simbólico, é certo, mas de inegável alcance num regime que maioritariamente alcandorou os que nos matavam ao estatuto de heróis e ao de vilão os que defendiam a integridade da Pátria, numa subversão de valores tão lamentavelmente comum nos nossos dias.

Momento pois de prestar sentido tributo, em primeiro lugar aos que caíram no campo de honra e tudo deram pela Pátria, mas também a homens (alguns deles aguardando, ainda, as justas condecorações para que estavam propostos pela sua valentia em África e que os ventos de Abril consideraram inoportunas) que estiveram na origem, formação ou que integraram as primeiras forças, a quem no ultramar foram exigidos níveis de resistência física e mental notáveis, para fazer face, com a costumeira galhardia do soldado português, à natureza operacional com que então foram confrontados nos territórios portugueses em África. Homens que no vigor de uma juventude que se pouco teve de tranquila, muito possuiu de heróica em tempos que são, para os verdadeiros guerreiros, irrepetíveis, numa nação que sempre foi "obra de soldados".

Até à presente condecoração, que torna o estandarte do Corpo de Tropas Comando o estandarte operacional indiscutivelmente mais condecorado das Forças Armadas Portuguesas⁹, o estandarte do CTCmds, ostentava as seguintes condecorações: a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito - Membro Honorário, condecoração do Regimento de Comandos, em 22 de Fevereiro de 1985 (Alvará de 22 de Fevereiro de 1985 Diário da República, 2ª. série, nº. 96, 26 de Abril de 1985) a Medalha de Ouro do Valor Militar com Palma, condecoração do Centro de Instrução de Comandos da Região Militar de Angola, em 19 de Fevereiro

de 1979 (O.E. nº. 8 - 2ª. Série - 15 de Abril de 1979), a Cruz de Guerra de 1ª. Classe, condecoração da 3ª. Companhia de Comandos¹⁰, em 1 de Junho de 1968 (Decreto nº. 48409, Diário do Governo, 1ª. série, nº. 129 de 30 de Maio de 1968), a Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma, condecoração da 32ª. Companhia de Comandos¹¹, em 21 de Agosto de 1978 (O.E. nº. 21 - 2ª. Série - 21 de Novembro de 1978), Ordem Militar de Avis - Membro Honorário, condecoração do Regimento de Comandos em 16 de Dezembro de 1993 (Alvará de 3 de Dezembro de 1993, Diário da República, 2ª. série, nº. 16, de 20 de Janeiro de 1994), duas Medalhas de Ouro de Serviços Distintos, condecorações da 1ª. CCmds da Brigada de Reacção Rápida do Exército e outra da 2ª. CCmds da Brigada de Reacção Rápida do Exército (Avisos nºs. 12674/2006 e 12673/2006 de 16 de Novembro de 2006, Diário da República, 2ª. série, nº. 229 de 28 de Novembro de 2006). Às quais se somam, agora, mais cinco Cruzes de Guerra de 1ª. Classe das unidades condecoradas.

Fez-se, pois, história no passado dia 29 e a Pátria honrou, sem medo e com orgulho, aqueles que escolheram para seu lema o verso latino da "Eneida" de Virgílio, "Audaces Fortuna Juvat", que significa "A Sorte Protege os Audazes", sorte que, indiscutivelmente, com o engenho e espírito de sacrifício do soldado português sempre buscaram no decurso da sua actuação operacional em África.

REFERÊNCIAS

Associação de Comandos (ed.) (2012), *Tributo*, [Lisboa]: Associação de Comandos, 2012.

Cavaco, Nélson (2012). Comandos, 50 anos de existência, *Jornal do Exército*, Ano LIII, nº. 619, Jul. 2012, pp. 24-31.

Estrela, Paulo Jorge (2010). A Cruz de Guerra Portuguesa de 1917 e a sua concessão a estrangeiros, *Pro Phalaris*, nº. 1, 1º. semestre de 2010, pp. 5-14.

Flôr, Tiago Jorge Veiga Gomes (2011-2012). Cruz de Guerra, acessível em: <http://cruzdeguerra.blogspot.pt/>

Oliveira, Humberto Nuno de (2012). Cinco Cruzes de Guerra Colectiva (1ª. classe) a unidades "Comando", *Pro Phalaris*, nº. 6, 2º. Semestre de 2012, pp. 16-23.

Oliveira, Humberto Nuno de (2012). Honra aos Boinas Vermelhas, *O Diabo*, 17 de Julho de 2012, p. 9.

Oliveira, Humberto Nuno de (2011). O cinquentenário do quê? A Guerra de África 1961-1974, *Lusíada. História*, série II, nº. 8, pp. 9-36.

Oliveira, Humberto Nuno de e Furtado, Russell (2008), The Portuguese War Cross, *Journal of the Orders and Medals Society of America*, nº. 6, vol. 59, Nov-Dec. 2008, pp. 3-18.

NOTAS

1 A pedido do prezado Presidente da Direcção da Associação de Comandos, Dr. José Lobo do Amaral, preparou-se este texto para publicação na revista "Mama Sumae" e que é uma adaptação do que foi publicado no boletim da Academia Falerística de Portugal, *Pro Phalaris*.

2 Ordem do Exército, 1ª. série, nº. 1, 31 de Janeiro de 2012.

3 Agradece-se ao General "Cmd" José Luís Pinto Ramalho a entrevista que, com costumeira amizade e simpatia, nos concedeu em 22 de Outubro de 2012 e que permitiu aclarar o contexto destas concessões.

4 Aviso (extrato) nº. 9093/2012 de 27 de Junho de 2012, *Diário da República*, 2ª. Série, nº. 128, 4 de Julho de 2012.

5 Aviso (extrato) nº. 9091/2012 de 27 de Junho de 2012, *Diário da República*, 2ª. Série, nº. 128, 4 de Julho de 2012.

6 Aviso (extrato) nº. 9095/2012 de 27 de Junho de 2012, *Diário da República*, 2ª. Série, nº. 128, 4 de Julho de 2012.

7 Aviso (extrato) nº. 9092/2012 de 27 de Junho de 2012, *Diário da República*, 2ª. Série, nº. 128, 4 de Julho de 2012. Este miliciano conheceria ainda glória no famoso 32 Battalion da República Sul-Africana (comumente alcunhado Buffalo Battalion ou pelos muitos portugueses "Os Terríveis").

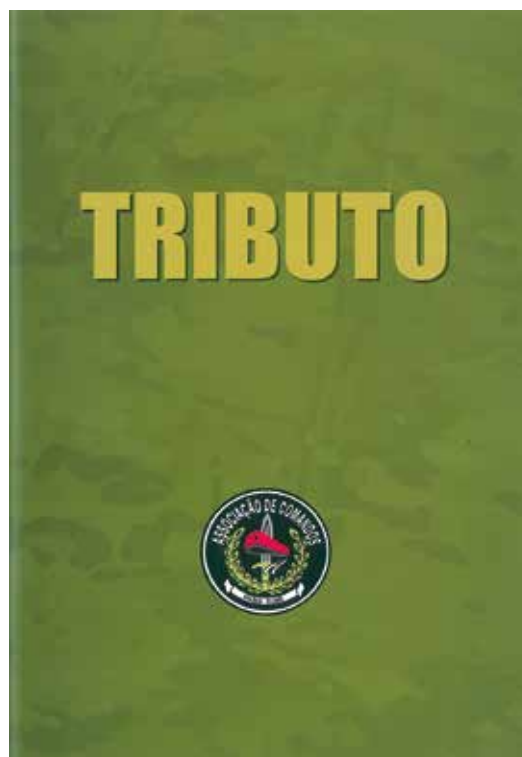
8 Aviso (extrato) nº. 9094/2012 de 27 de Junho de 2012, *Diário da República*, 2ª. Série, nº. 128, 4 de Julho de 2012.

9 Em número absoluto de condecorações é superado, ainda, pelo do Colégio Militar embora, neste caso, muitas das suas condecorações decorram de visitas de cortesia e protocolares.

10 Mobilizada para a Guiné e comandada pelo Cap. Infª. «CMD» Alves Cardoso.

11 Mobilizada para Moçambique e comandada pelos Cap. Artª. «CMD» Ferreira Carapeta / Cap. Grad. Infª. «CMD» Ribeiro Moura.

*Professor Universitário





AVENIDA E PRAÇA REGIMENTO DE COMANDOS

OBRIGADO, AMADORA

Em cerimónia de grande significado realizada a 18 de Dezembro de 2012, com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino, do Presidente da Câmara Municipal da Amadora, Dr. Joaquim Moreira Raposo e do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General António Campos Gil, foram inauguradas a Avenida e Praça "Regimento de Comandos", acto com que a Câmara Municipal da Amadora quiz testemunhar, no âmbito das cerimónias dos 50 anos dos Comandos, a importância que o nosso Regimento teve para a Amadora e para a História contemporânea de Portugal.

Esteve presente a Associação de Comandos com os seus guiões, significando o reconhecimento à Câmara da Amadora pela decisão que tomou, conforme referiu o Presidente da Direcção Nacional na sessão solene que se seguiu ao acto de descerramento da placa toponímica e na qual disse, dirigindo-se ao Presidente da Câmara da Amadora, que "os Comandos não esquecerão".

Na sessão solene realizada no anfiteatro do antigo Regimento de Comandos, o Dr. Joaquim Raposo, ao usar da palavra, destacou a acção do Regimento e do Gen. "Cmd" Jaime Neves nas operações do 25 de Novembro, referindo ainda que irá propôr que no Largo então inaugurado seja colocado um busto de Jaime Neves.

A terminar a sessão, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, ao cumprimentar o Presidente da Câmara e saudar a Associação de Comandos, referiu:

"Na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relevo a decisão do Município da Amadora, tomada pelos seus órgãos autárquicos, de homenagear os Comandos e valorizar a relação destes com a cidade e com os cidadãos que nela vivem. À Associação de Comandos manifesto o meu reconhecimento pela forma como, constantemente, mantém viva e honra a memória dos Comandos, pelo seu inestimável contributo no apoio aos seus associados e suas famílias, nas mais variadas situações, e pela continuada acção na preservação do seu precioso património histórico e cultural."

A escolha de nomes para designar arruamentos e outros espaços públicos reveste-se de enorme significado e importância, atendendo a que a essa decisão deve refletir e perpetuar, entre outras razões, a importância histórica de factos, pessoas, instituições, eventos e lugares, devidamente reconhecida e assumida pelas populações.

Tendo o Município da Amadora decidido atribuir o topónimo «Regimento de Comandos» à praça e avenida que há pouco inaugurámos, tal só pode significar uma manifestação coletiva do apreço que o Concelho e a cidade nutrem por esta unidade militar, que continua vivamente ligada à história desta região.

Manifestação que resulta dos fortes laços institucionais, de cooperação e de amizade estabelecidos durante a permanência do Regimento nesta cidade, para cuja promoção e aprofundamento todos os militares que nele serviram deram o seu contributo.

É, assim, com imensa honra que, enquanto Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, mas permitam-me que o diga, também como cidadão, me associo a esta cerimónia simples, mas de grande alcance e significado, naquilo que representa e testemunha a relação, estreita, entre a Amadora e os seus Municípios e o Regimento de Comandos.

A história do Regimento de Comandos é indissociável da própria história desta Tropa Especial e da ténpera dos militares que nela serviram."

Continuando a referir-se ao Regimento e aos Comandos, afirmou ainda:

"Instalado, após o 25 de Abril, aqui na cidade da Amadora, o Regimento de Comandos, criado a 1 de maio de 1975, terá, em outros momentos decisivos da nossa história coletiva, uma participação na defesa da legitimidade democrática, contribuindo, com tal atitude, para a consolidação definitiva da democracia e da liberdade em Portugal e para o reforço das instituições democráticas.

Nos dias de hoje, os Comandos continuam a pautar a sua atuação pelo mesmo grau de profissionalismo, preparação e determinação de sempre, assentes nos mesmos princípios, valores, códigos de conduta e de honra, sendo disso exemplo as missões que têm vindo a desempenhar, desde 2004, nas Forças Nacionais Destacadas, ano em que foi realizada a primeira missão no exterior, em Timor-Leste", tendo ainda aproveitado a oportunidade para afirmar:

"Ao falar e homenagear os Comandos devemos enaltecer o nome daqueles que estiveram na sua origem, reconhecendo e agradecendo publicamente o papel decisivo que desempenharam na edificação desta Tropa, de cujas capacidades o nosso País e os Portugueses muito beneficiaram."

No final realizou-se um animado convívio que juntou todas as entidades presentes, entre as quais se contava o General "Cmd" Filomeno Pereira, Assessor do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola e o Ten.Cor. "Cmd" Augusto Alves Coelho, Presidente da Associação de Comandos de Angola e todos os Comandos que estiveram presentes na cerimónia, entre os quais se destacava o Comandante do Centro de Tropas Comandos e uma grande representação dos Comandos em serviço no CTC.



25 DE NOVEMBRO NÃO ESQUECEMOS!

Como sempre, ali fomos!
Junto ao Monumento ao Esforço
Comando no Centro de Tropas
Comandos - Panteão que é
Chão da Memória Comando - se
juntaram novamente os Comandos
para celebrar a data, honrar os
seus Mortos daquele dia e assim
celebrar Portugal!



Presidiu à cerimónia o Comandante
das Forças Terrestres,
Ten.-General Carlos Hernandez
Jerónimo, em representação do
Chefe do Estado-Maior do Exército.
Disseram Presente! o General
António Ramalho Eanes,
o Presidente da Câmara
Municipal de Sintra e oficiais
com responsabilidades
na condução das operações
militares daquela data.
E os Comandos.



No final da cerimónia, todos
os presentes se juntaram num
almoço de convívio num dos
refeitórios do CTC.





50º ANIVERSÁRIO DA FORMAÇÃO DAS TROPAS COMANDOS



SEMINÁRIO INTERNACIONAL
O PAPEL DAS FORÇAS ESPECIAIS NAS FORÇAS
ARMADAS DOS PAÍSES DA CPLP



19 e 20 de Dezembro de 2012

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços 1449-027 LISBOA



Programa e Inscrições—Associação de Comandos

✉ assoc.cmds@mail.telepac.pt

☎ 213570050 / 213538373

☎ 213570051

SEMINÁRIO



"O papel das Forças Especiais nas Forças Armadas dos Países da CPLP"

No âmbito das comemorações do 50º. Aniversário da Formação dos Comandos, decorreu nos dias 19 e 20 de Dezembro, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em Lisboa, o Seminário subordinado ao tema: "O papel das Forças Especiais nas Forças Armadas dos Países da Comunidade dos Países da CPLP".

O Seminário, foi uma iniciativa da Associação de Comandos e contou com o apoio do IESM e da Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional, teve como principal objectivo promover potenciais acções de cooperação e estreitar os laços de amizade entre as Forças Especiais do Exército Português e as dos Países da CPLP.

Para participarem nos trabalhos deslocaram-se propositamente a Portugal, a convite da Associação de Comandos,

os mais altos Chefes Militares das Forças Especiais de Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique que, em conjunto com chefias militares portuguesas e outros especialistas nas áreas em discussão, fizeram deste Seminário, que se realizou pela primeira vez, um fórum da mais alta importância para o conhecimento mútuo das forças especiais dos Países presentes.

É assim, que de Angola estiveram presentes o Ten.-General Carlos Sousa Couceiro, Ten.-General "Cmd" António Filomeno Pereira, Ten.-General "Cmd" João da Cruz Fonseca e o Ten.-Coronel "Cmd" Alberto da Silva; do Brasil, General de Brigada Marco Freire Gomes e Ten.-Coronel Fábio Negrão de Sousa; de Cabo Verde, o Ten.-Coronel Domingos Eloy Gomes e de Moçambique, o Coronel "Cmd" Eugénio Augusto Roque.



“O Papel das Forças Especiais nas Forças Armadas dos Países da CPLP”

PROGRAMA

1º Dia – 19 de Dezembro de 2012

10H30 RECEPÇÃO

11H00 – 12H30 SESSÃO DE ABERTURA

- Palavras de abertura do Presidente da Direcção Nacional da Associação de Comandos
- Intervenção da Comissão Executiva
- Intervenção do Prof. Dr. Darc Costa, Conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da América do Sul
- “O Estratégico Triângulo Atlântico: Brasil, Angola, Portugal”
- Palavras de encerramento pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro

13H00 – 15H00 – PAUSA ALMOÇO

1º. PAINEL:

“AS FORÇAS ESPECIAIS NAS FORÇAS RAMADAS DOS PAÍSES DA CPLP – REALIDADES NACIONAIS, INTERCÂMBIOS E EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO”

15H00 – 16H45 – SESSÃO 1

ABORDAGEM DAS REALIDADES NACIONAIS

Moderador: Contra-Almirante Luís Picciochi, Comandante do Corpo de Fuzileiros de Portugal

Intervenções:

- **PORTUGAL** – Coronel Tirº. Pires da Silva, Chefe da Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército
- Capitão de Fragata Almeida Gabriel, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros
- **ANGOLA** – Tenente Coronel Alberto da Silva, Chefe da Secção de Planeamento da Repartição de Planeamento e Instrução das Forças Especiais de Angola
- **BRASIL** – General de Brigada Marco António Freire Gomes, Comandante da Brigada de Forças Especiais do Exército do Brasil
- **CABO VERDE** – Tenente Coronel Domingos Eloy Gomes, Comandante da Guarda Nacional de Cabo Verde
- **MOÇAMBIQUE** – Coronel Eugénio Roque, Comandante do Centro de Operações Conjuntas do Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

DEBATE

16H45 – 17H00 – PAUSA

17H00 – 18H30 – SESSÃO 2

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIOS

Moderador: General “Cmd” José Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército

Intervenções:

- **ANGOLA** – Tenente General “Cmd” Cruz Fonseca, Chefe da Direcção de Forças Especiais do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola
- **BRASIL** – General de Brigada Marco António Freire Gomes, Comandante da Brigada de Forças Especiais do Exército do Brasil
- **PORTUGAL** – Coronel António Pinheiro, Director de Serviços da Cooperação Técnico-Militar da Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional, Ministério da Defesa Nacional

DEBATE

2º Dia – 20 de Dezembro de 2012

2º. PAINEL:

“AS FORÇAS ESPECIAIS E A CONFLITUALIDADE E INSEGURANÇA NO SÉCULO XXI”

10H15 – 11H15 – SESSÃO 1:

AS FORÇAS ESPECIAIS NOS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS GLOBAIS

Moderador: Major-General Campos Serafino – Comandante da Brigada de Reacção Rápida de Portugal

Intervenções:

- Tenente Coronel Proença Garcia, Adjunto do Chefe do Estado-Maior do Exército e Professor Universitário – “A NOVA CONFLITUALIDADE E AS FORÇAS DE TRANSFORMAÇÃO”
- Dr. Nuno Rogeiro (Analista de Assuntos de Defesa e Relações Internacionais e Jornalista) – “AS FORÇAS ESPECIAIS COMO ISPE (INSTRUMENTO SENSÍVEL DE POLÍTICA DO ESTADO), NO QUADRO DA NOVA CONFLITUALIDADE”

DEBATE

11H15 – 11H30 – PAUSA

11H30 – 12H30 – SESSÃO 2

AS FORÇAS ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA INTERNA

Moderador: Tenente General “Cmd” Carlos Mourato Nunes, antigo Comandante da Guarda Nacional Republicana

Intervenções:

- **ANGOLA** – Tenente Coronel Alberto da Silva, Chefe da Secção de Planeamento da Repartição de Planeamento e Instrução das Forças Especiais de Angola
- **BRASIL** – General de Brigada Freire Gomes, Comandante da Brigada de Forças Especiais do Exército do Brasil

DEBATE

13H00 – 14H45 – INTERVALO PARA ALMOÇO

3º. PAINEL:

“AS FORÇAS ESPECIAIS E AS NOVAS TECNOLOGIAS – PERSPECTIVAS DE FUTURO”

15H00 – 16H00 – SESSÃO 3

Moderador: Major General “Cmd” Carlos Martins Branco – Chefe de Divisão no Estado-Maior da NATO

Intervenções:

- Tenente Coronel “Cmd” Martins Ruivo, Comandante do Batalhão de Comandos
- “As Forças Especiais e as Tecnologias Emergentes”
- Engº. Carlos Félix, EMPORDEF – “Áreas tecnológicas da simulação e do Comando e Controlo”

DEBATE

16H00 – 16H30 – PAUSA

16H30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

- Intervenção de encerramento pela Comissão executiva
- Palavras do Presidente da Direcção Nacional da Associação de Comandos
- Intervenção do Prof. Dr. Luís Tomé, Coordenador Científico do OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores
- “Evoluções e Transformações na Segurança Internacional e Atlântica”
- Palavras do Director-geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Nuno Pinheiro Torres
- Palavras de encerramento do Seminário pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo



Participou também nos trabalhos, o Presidente da Associação de Comandos de Angola, Ten.-Coronel "Cmd" Augusto Alves Coelho.

O evento contou ainda com a presença de um elevado número de Adidos militares acreditados em Portugal, professores universitários e foi sempre seguido por uma interessada assistência.

A sessão de abertura, que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur das Neves Pina Monteiro, teve início com as palavras do Presidente da Direção Nacional da Associação de Comandos, José Amaral, a que se seguiu uma breve comunicação da Comissão Executiva, pelo MGEN "Cmd" Marco Serronha.

Foi depois projectada uma mensagem do CEMGFA de Timor-Leste, Maj.-General Lere Anan Timur, que depois de saudar os presentes, fez votos que os projectos de cooperação técnico-militar com Portugal possam ser em breve em maior número.

A seguir, o Prof. Dr. Darc Costa, Conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra do Brasil e Presidente da Câmara de Comércio e Indústria

da América do Sul, proferiu uma palestra subordinada ao tema: "O Estratégico Triângulo Atlântico: Brasil, Angola, Portugal".

A encerrar a sessão, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro, proferiu umas breves palavras enaltecendo a iniciativa da Associação de Comandos e a colaboração prestada pelo IESM ao evento, tendo afirmado:

"Nos últimos dez anos foram cerca de 20 mil os soldados portugueses a integrarem missões internacionais, ao serviço de variadas Organizações e em 15 Teatros de Operações, todos eles diferentes e distanciados entre si: da Bósnia a Timor, de Moçambique ao Afeganistão e de Angola ao Líbano.

Estas missões de paz e estabilização são hoje fundamentais, não só para a contenção de catástrofes humanitárias, mas também em regiões onde não existe ou onde falhou o Estado, sem o qual nenhuma sociedade tem segurança, bem-estar e desenvolvimento.

Neste contexto também nós temos que adequar o instrumento militar para responder à complexidade das amea-



Prof. Darc da Costa



CEME-Gen. Artur Pina Monteiro



Contra-Almirante Luís Picciochi



Cor. Tirº Pires da Silva



Cor. "CMD" Alberto da Silva



Gen. De Brigada Marco Freire Gomes

ças diretamente relacionadas com a diversificação das ameaças e riscos inerentes aos diferentes Teatros de Operações incluindo a dimensão transnacional que atua com base em estratégias e táticas subversivas que promovem ou tiram proveito dos conflitos internos e regionais, praticamente em todo o globo, com vista ao enfraquecimento do poder dos regimes estabelecidos e da ordem internacional vigente.

As Tropas Comando, particularmente aptas para ações ofensivas e caracterizadas pela sua prontidão e capacidade

de projeção imediata, com elevada capacidade técnica e tática, grande flexibilidade de emprego e elevado espírito de corpo, estão vocacionadas para ações inseridas num ambiente operacional de contra-insurreição, conduzindo operações isoladas ou enquadradas em manobra de escalões mais elevados, podendo atuar em profundidade na área da retaguarda do inimigo com forças de escalão companhia ou batalhão.

No contexto do atual ambiente estratégico e da sua previsível evolução é para mim claro que os Comandos têm



Ten. Cor. Domingos Eloy Gomes



Cor. "CMD" Eugénio Roque



Gen. "CMD" José Luís Pinto Ramalho



Ten. Gen "CMD" João da Cruz Fonseca



Ten. Gen Ten. Cor. Fábio Negrão de Souza



contribuído de forma incontornável para a valorização da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, proporcionando uma certeza de êxito no desempenho das missões mais difíceis e mais exigentes do atual contexto estratégico e do quadro conflitual que o caracteriza. Desta forma, têm garantido ao País uma elevada capacidade de resposta e um nível de formação, treino e prontidão maximizados, como o têm demonstrado desde 2004 no exigente e complexo Teatro de Operações do Afeganistão, onde já prestaram serviço cerca de 900 militares desta especialidade.

Mas a luta contra as ameaças da atualidade vai muito para além do combate contra-subversivo, requer também uma política de cooperação multisectorial por parte dos Estados e das principais organizações de segurança e defesa coletiva capaz de combater eficazmente o subdesenvolvimento, a ausência de Estado de Direito e de políticas democráticas. Aqui entra por exemplo o papel da cooperação Técnico-Militar nas suas variadas vertentes.

As Tropas Comando, com a sua participação em missões de Cooperação Técnico-Militar, sobretudo na área da formação



Maj. Gen. Campos Serafino



Dr. Nuno Rogeiro



Ten. Gen. "CMD" Mourato Nunes



Cor. "CMD" Alberto da Silva



Maj. Gen. "CMD" Carlos Martins Branco



Ten. Cor. Martins Ruivo

de militares e em assessoria ao nível dos decisores político-militares, contribuem para a reestruturação do sector da defesa de diversos países.

Hoje este seminário vai poder também ajudar-nos a refletir sobre o papel dos Comandos no quadro de ameaças e riscos que não reconhecem fronteiras, qual o contributo para que Portugal possa continuar a ser um produtor e exportador de segurança e de a aplicar, isoladamente ou em Alianças e cooperação com outros países.

Para terminar é importante lembrar que a natureza das tropas Comando obriga a garantir um treino permanente, rigoroso no plano individual e coletivo, equipadas de forma adequada, por forma a responderem com a prontidão e eficiência reconhecida na História dos seus 50 anos e com a qual o Chefe do Estado-Maior do Exército continua a contar."

O 1º. Painel do Seminário, subordinado ao tema: "AS FORÇAS ESPECIAIS NAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DA



Maj. Gen. "CMD" Marco Serronha



Eng. Carlos Félix



Prof. Dr. Luís Tomé



Dr. José Lobo do Amaral



Dr. Nuno Pinheiro Torres



CPLP - REALIDADES NACIONAIS, INTERCÂMBIOS E EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO", contemplou duas sessões: a primeira, subordinada ao tema: "Abordagem das realidades nacionais", foi moderada pelo Contra-Almirante Luís Picciochi, Comandante do Corpo de Fuzileiros de Portugal e contou com as intervenções, por Portugal, do Coronel Tirº. Pires da Silva, Chefe da Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército e do Capitão de Fragata Almeida Gabriel, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros, por Angola, do Tenente Coronel "Cmd" Alberto

da Silva, Chefe da Secção de Planeamento da Repartição de Planeamento e Instrução das Forças Especiais de Angola e pelo Brasil, do General de Brigada Marco António Freire Gomes, Comandante da Brigada de Forças Especiais do Exército do Brasil, por Cabo Verde, do Tenente Coronel Domingos Eloy Gomes, Comandante da Guarda Nacional de Cabo Verde e por Moçambique, do Coronel "Cmd" Eugénio Roque, Comandante do Centro de Operações Conjuntas do Estado-Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.



Após um período de debate, deu-se início à 2ª. sessão subordinada ao tema “Cooperação e Intercâmbios”, moderada pelo General “Cmd” José Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército, na qual intervieram, por Angola, o Tenente General “Cmd” Cruz Fonseca, Chefe da Direção de Forças Especiais do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola, pelo Brasil, o Tenente Coronel, Negrão das Forças Especiais do Exército do Brasil e por Portugal, o Coronel António Pinheiro, Diretor de Serviços da Cooperação Técnico-Militar da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, Ministério da Defesa Nacional, a que se seguiu um animado período de debate.

O 2º. dia de trabalhos, teve início com a apresentação do 2º. painel subordinado ao tema “AS FORÇAS ESPECIAIS E A CONFLITUALIDADE E INSEGURANÇA NO SÉCULO XXI”.

A 1ª. sessão deste tema foi moderada pelo Major-General Campos Serafino, Comandante da Brigada de Reação Rápida de Portugal e abordou as questões relacionadas com as “Forças Especiais nos conflitos assimétricos globais”.

Nesta sessão intervieram o Tenente Coronel Proença Garcia, Adjunto do Chefe do Estado-Maior do Exército, que abordou o tema “A nova conflitualidade e as forças de transformação”, e o Dr. Nuno Rogeiro, (Analista de Assuntos de Defesa

e Relações Internacionais e Jornalista), que falou sobre “As Forças Especiais como ISPE (Instrumento Sensível de Política do Estado), no quadro da nova conflitualidade”.

A 2ª. sessão foi moderada pelo Tenente General “Cmd” Carlos Mourato Nunes, antigo Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana e foi subordinada ao tema “As Forças Especiais nas Operações de Segurança Interna”, tendo a sessão contado com intervenções, por Angola, do Tenente Coronel “Cmd” Alberto da Silva, Chefe da Secção de Planeamento da Repartição de Planeamento Instrução das Forças Especiais de Angola e pelo Brasil, do General de Brigada Freire Gomes, Comandante da Brigada de Forças Especiais do Exército do Brasil.

O último Painel foi subordinado ao tema “FORÇAS ESPECIAIS E AS NOVAS TECNOLOGIAS - PERSPETIVAS DE FUTURO” e foi moderado pelo Major General “Cmd” Carlos Martins Branco, Diretor de Cooperação e Segurança Regional, no Estado-Maior Militar Internacional, Quartel-General da OTAN, em Bruxelas.

Esta sessão contou com as intervenções do Tenente Coronel “Cmd” Martins Ruivo, Comandante do Batalhão de Comandos, por Portugal, que abordou o tema “As Forças Especiais

e as Tecnologias Emergentes” e do Engº. Carlos Félix, da Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A., EMPORDEF que falou sobre as “Áreas tecnológicas da simulação e do Comando e Controlo”.

A sessão de encerramento presidida pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército e membro da Comissão de Honra das comemorações, abriu com a intervenção do Maj. Gen. “Cmd” Marco Serronha, da Comissão Executiva, que fez um balanço dos trabalhos, tendo usado depois da palavra o Presidente da Associação de Comandos, José Lobo do Amaral, que se congratulou com o êxito dos trabalhos e fez votos que esta iniciativa possa vir a ter continuidade de no futuro.

Usou da palavra a seguir, o Prof. Doutor Luís Tomé, Professor Universitário e Coordenador Científico do OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores, que falou sobre as “Evoluções e Transformações na Segurança Internacional e Atlântica”, a que se seguiu uma intervenção do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Nuno Pinheiro Torres, de que salientamos:

“A família lusófona no domínio da Segurança e Defesa encontra-se digna e amplamente representada no plenário. Nesta ocasião, não posso deixar de lamentar a ausência da República da Guiné-Bissau aqui neste seminário mas também nas reuniões da CPLP. Confesso o meu sentimento, de certo comungado por todos os presentes, de tristeza pelo prolongamento de uma situação de instabilidade política e social, que tem vindo a negar ao povo guineense a legítima esperança num futuro melhor, sustentada num clima de paz e prosperidade. Desejo o rápido restabelecimento da normalidade constitucional e o regresso ao seio da CPLP.

No âmbito das relações bilaterais Estado-a-Estado, desde os primórdios da Cooperação Técnico-Militar que os projetos de Formação de Forças Especiais têm sido um pilar estruturante dos Programas-Quadro de Cooperação com os PALOP. Várias razões poderão ser apontadas para este facto.

Em primeiro lugar, porque a identificação dos projetos inscritos nos Programas-Quadro da CTM no plano bilateral sempre partiu da imperativa explicitação ab initio, pela parte beneficiária, das necessidades mais prementes ao nível do desenvolvimento das suas capacidades no domínio da Segurança e Defesa. Esta premissa esteve na base, por exemplo, do apoio ao projeto da CTM Luso-Angolana sediado em Cabo Ledo, tendo a Parte Portuguesa exercido um esforço notável no sentido de lhe dar continuidade e sustentação adequada, mesmo após a extinção do Regimento de Comandos em 1994. A relevância político-estratégica do produto operacional resultante deste projeto de cooperação foi-me recentemente afirmado aquando da minha recente deslocação a Angola por parte das autoridades políticas do Ministério da Defesa Nacional.



Gen. Gabriel Espírito Santo

Em segundo lugar, porque os projetos visando o desenvolvimento de capacidades de Forças Especiais envolveram agentes e entidades (de ambos os lados) imbuídos de idênticos códigos de conduta e formação técnico-militar, o que facilitou a aproximação e a reconciliação de antigos adversários que se respeitavam mutuamente na sua condição primordialmente humana.

Por último, a inscrição de projetos de Forças Especiais com idênticos objetivos e finalidades nos Programas-Quadro permitiam perspetivar uma normalização dessas capacidades militares no espaço lusófono, caracterizadas por uma modularidade, flexibilidade e capacidade de projeção facilitadoras de uma futura e desejável atuação conjunta.”

Encerrou o Seminário o General Gabriel Augusto do Espírito Santo, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército e membro da Comissão de Honra das Comemorações, que referiu que a realização deste Seminário possibilitou a troca de experiências entre as diversas Forças Especiais das Forças Armadas dos Países da CPLP e abriu novos horizontes no âmbito multilateral, facilitando o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros no âmbito da Defesa, em geral, e das Forças Especiais em particular.

O Seminário permitiu ainda, referiu, evidenciar o elevado profissionalismo de todos os intervenientes, dignificando a imagem dos seus Países. Para encerrar o programa, a Direcção Nacional da Associação de Comandos ofereceu um jantar de despedida aos participantes convidados dos Países Irmãos, que decorreu em franco espírito de fraternidade e amizade.

ENCERRAMENTO DO 120º. CURSO DE COMANDOS

Sob a presidência do Tenente-General Carlos Hernandez Jerónimo, Comandante das Forças Terrestres, encerrou o 120º. Curso de Comandos em cerimónia realizada no Centro de Tropas Comandos, na Carregueira.

Esta cerimónia encerrou também as Comemorações do 50º. Aniversário da Formação dos Comandos em Zemba (Angola) e a ela assistiram as mais altas chefias do Exército e ainda os Oficiais Generais e Superiores dos Exércitos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde e de Moçambique que vieram a Lisboa participar no Seminário sobre as Forças Especiais organizado pela Associação de Comandos.

Na cerimónia, e depois da leitura do Código Comando e da homenagem aos Mortos, o Comandante do CTC, Coronel "Cmd" Pedro Miguel Soares, ao usar da palavra, disse: *"Excelentíssimos Senhores Oficiais Generais e Oficiais Superiores dos países amigos que aceitaram o repto de dar corpo a um seminário inédito, mas que esperemos não único, e adidos militares dos respectivos países.*

O vosso contributo para as comemorações do nosso quinquagésimo aniversário merece dos Comandos um sentido agradecimento. O lustre que a vossa participação emprestou a estas comemorações impõe-nos este público reconhecimento e, para além do sentido obrigado, desejo sinceramente que passem a sentir esta casa como vossa e nos dêem a honra de com os Comandos Portugueses se identificarem no seio da nossa comunidade de forças especiais. E aqui peço que me permitam o abrir de um parêntesis pois razões de amizade e cumplicidade, decorrentes de vivências comuns, obrigam-me a saudar de forma muito particular os oficiais das Forças Armadas Angolanas e Moçambicana.", afirmando a seguir que "Hoje é um dia marcante para os Comandos e para quantos, mesmo não o sendo, nutrem por tão ditosa especialidade apreço e consideração. Assim interpretamos a vossa presença e daí o nosso profundo reconhecimento.

Durante a cerimónia o Presidente da Direcção Nacional da Associação de Comandos entregou o "Prémio Associação de Comandos" ao 2º. Cabo "Cmd" Vitor Paulo dos Santos Nunes.





A Securitas, através do conhecimento aprofundado das necessidades dos seus Clientes, possibilita que estes se concentrem no seu "core business", transferindo as suas preocupações de segurança para quem pode garantir soluções específicas e especializadas.

securitas.pt



SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A
Telf.: 214 154 600 E-mail: comercial@mail.securitas.pt

Avisos: MAI nº 22-A, 22-B, 22-C e 22-D; INO nº 66711

Sistema de Gestão Certificado em conformidade com NP EN ISO 9001 e 14001



// Fausto Lages Proença Garcia*

CENTRO DE INSTRUÇÃO NA NAMAACHA

E OS DOIS PRIMEIROS GRUPOS EM MOÇAMBIQUE 1964-1965

Naquele território, a ideia da criação de uma tropa especializada em contra-guerrilha, foi tomando forma durante a época em que era Comandante da Região Militar o General João Alexandre Caeiro Carrasco. Podemos precisar que já em 1962, altura em que a subversão ainda não se tinha manifestado na sua fase armada, havia já a perfeita noção de que nem todos os militares, sobretudo os quadros, se encontravam mentalizados para o tipo de guerra subversiva que já despoletara em Angola e que se previa eclodiria também em Moçambique.

Este breve artigo, em discurso directo, resulta de um desafio lançado pelo Dr. Lobo do Amaral, Presidente da nossa Associação de Comandos, e está organizado em duas partes, a primeira aborda o curso na Quibala e, na segunda parte, falamos sobre a criação da Especialidade "Comando" na então Região Militar de Moçambique.

Naquele território, a ideia da criação de uma tropa especializada em contra-guerrilha, foi tomando forma durante a época em que era Comandante da Região Militar o General João Alexandre Caeiro Carrasco. Podemos precisar que já em 1962, altura em que a subversão ainda não se tinha manifestado na sua fase armada, havia já a perfeita noção de que nem todos os militares, sobretudo os quadros, se encontravam mentalizados para o tipo de guerra subversiva que já despoletara em Angola e que se previa eclodiria também em Moçambique.

Conhecedor de que em Angola se iria proximamente realizar um curso de Comandos, no CI 16 na Quibala-Norte, Caeiro Carrasco resolveu mobilizar para a frequência deste curso os seguintes oficiais:

- Cap. Inf. Flávio Martins Videira, do CCE 313
- Cap. Inf. António Rosado Serrano, do BCLM
- Ten. Inf. Armando Pereira Marcelino, do BCLM
- Alf. Mil. Fausto Lages Proença Garcia, do ER Nampula
- Asp. Mil. José António Marques Jacinto, do CI Inf Nampula
- Fur. Inf. José Granjeio Fragoso, da companhia de caçadores de Vila Manica
- Fur. Cav.. António José Cadete da Silva, da d. Infantaria 162
- Fur. Eng. António Ferreira Vasques, do CCA Nampula

- Fur. Cav. José Maurício Teixeira, do ER Nampula
- Fur. Inf. Jacinto António Rodrigues, do Batalhão de Caçadores de Lourenço Marques (BCLM)
- Fur. Inf. João Gonçalo Rainha, do CCE 313
- 1º. Cabo 55/61/RD Joaquim Afonso Moreira, do B. Caç. Porto Amélia

Não nos foi explicado qual o motivo da escolha - presumimos que teve por base informações das respectivas Unidades - e também porque a maioria já tinha frequentado na Metrópole, em Lamego, o então curso de Caçadores Especiais, a quem era atribuída uma boina castanha.

Juntámo-nos no Quartel-General (QG) em Lourenço Marques, onde aí sim, o General nos explicou a missão de que nos incumbia, da sua importância, dificuldade e perigo, mas também da esperança que em nós depositava para a constituição de um Centro de Instrução de Comandos na Região Militar de Moçambique, a criar após o nosso regresso.

No dia do embarque, o General veio despedir-se de nós fazendo mais uma intervenção sobre a importância e perigos da missão e da novidade e utilidade dos Comandos em missões de contra-subversão, para o que a maioria das unidades não se encontrava preparada, uma vez que a abordagem da instrução a que eram sujeitos na Metrópole era ainda a como de uma guerra clássica se tratasse.

Chegados a Luanda fomos recebidos por uma delegação do QG, onde nos conduziram, e onde fomos também recebidos pelo General Comandante. Ficámos em Luanda cerca de oito dias, após o que fomos integrados numa coluna de reabastecimentos com destino ao Ambriz, onde ficámos uma noite. Na manhã seguinte, fomos convenientemente armados, pois a coluna de reabastecimentos dirigia-se à Quibala.

A picada, por onde seguimos, ladeava a famosa mata da Sanga e aqui, os ataques do inimigo eram frequentes. Pelo caminho foram inúmeras as paragens para se efectuarem reconhecimentos e depois continuarmos. Chegámos à Quibala sem incidentes de maior.

Tinham sido designados Comandante e Instrutores do Centro oficiais com larga experiência e provas dadas em combate; alguns deles tinham estado na CI 21 (Zemba).

Entre eles recordo o Comandante Maj Inf Adelino Antunes de Sá; os Cap. Art Gilberto Santos e Castro e Júlio de Oliveira; o Ten. Mil. Cav. Álvaro Manuel Alves Cardoso; os Ten. Mil. "Comando" João Vieira Pereira e Jaime Adolfo Abreu Cardoso e, ainda, o Ten. Médico António Resina Rodrigues; todos eles agora bem conhecidos de todos os Comandos.

A instrução teve início a 15 de Junho de 1963 e durou até 15 de Setembro do mesmo ano, tendo sido atribuída a insígnia Comando a todos os elementos do grupo vindo de Moçambique.

A nossa presença no CI 16 trouxe um conjunto de preocupações ao comando, pois, tal como hoje, não é de ânimo leve que se planeia a instrução de oficiais e sargentos. A instrução foi idêntica à dos grupos de combate anteriores,



Sentado ao volante, de pé, junto ao mesmo Coronel (então Tenente) Marcelino e sentado no capot, Capitão Serrano

tendo sido acrescida a informação sobre os meios, os sistemas, os processos e métodos seguidos pelo Inimigo. Tínhamos também a chamada informação geral, com palestras de carácter político e de estudo da evolução da guerra que suportávamos.

Devo aqui realçar que o chefe da nossa missão e futuro comandante do Centro de Instrução da Namaacha, foi gravemente ferido em combate por um estilhaço de granada que o atingiu na cabeça, tendo sido evacuado para a África do Sul.

Pairava sobre o curso a ideia de que a personagem enigmática de Dante Vachi, jornalista italiano, talvez repórter de guerra, aventureiro e ao que se dizia ao serviço do Paris Match, com experiência na Argélia e na Indochina. Este terá influenciado as chefias militares no sentido de se reformularem os métodos de actuação nacionais.

Tinha já estado em Nôqui onde fizera umas experiências com bons resultados, não só táticos como também psicológicos.

Nesta última área recordo a influência dos cartazes espalhados pelo aquartelamento, cartazes figurativos, entre eles um muito sugestivo, pois era um soldado russo a roubar o mapa de Angola, além de outros com frases políticas com idêntico significado.

Durante a noite as camaratas eram invadidas por música com marchas militares, que apelavam à mentalização para o combate. Este tipo de mentalização, juntamente com palestras de teor idêntico, deram naturalmente os seus frutos, que se concretizavam no cada vez maior empenho dos instruídos.

De regresso a Moçambique, e apresentados no QG em Lourenço Marques, foi o Capitão Videira encarregado de dar início à formação do Centro de Instrução de Comandos na Namaacha.

Daí partimos, pelo menos um grupo de três elementos, para fazer o recrutamento de voluntários em todas as Unidades da província. Os oferecidos eram logo sujeitos no local a

provas de selecção. Os mais de 200 apresentados, foram reduzidos para 80 que iniciaram a formação; chegaram ao final 51 Comandos, que foram distribuídos por dois grupos de combate, os Vampiros e os Sombras. O Curso teve a duração de 5 meses e decorreu de 17 de Fevereiro a 17 de Julho de 1964.

Saliento que nem em todas as Unidades por onde passámos, para a 1ª. selecção, fomos bem recebidos, dado que os seus comandantes receavam ficar sem os melhores elementos.

Na recepção aos novos elementos, o Capitão Videira, na sua alocução, chamou a atenção de todos que o viver perigosamente seria o lema; que a vida seria dura, com riscos, com sacrifício de toda a ordem, sem horários de qualquer natureza durante as 24 horas; que seriam forçados a viver em instrução por períodos superiores a um dia e forçados a viver durante a noite. Preveniu também para os aspectos disciplinares, o atavio, a limpeza da arma, companhia de todos os momentos do combatente.

O curso tinha a seguinte carga horária como referência:

MATÉRIAS	HORAS
Tiro	111
Educação física	201
Técnicas de combate	200
Armamento	54
Ordem unida	27
Segurança	5
Ligação/transmissões	31
Sapadores	37
Navegação terrestre / fotografia	24
Esclada	18
Sobrevivência	24
Primeiros socorros	24
Formação geral, informação, doutrina e aventura	24

A preparação física, as técnicas de combate e o tiro foram as actividades de maior relevância durante o curso. As técnicas de combate, desde o cerco, à emboscada e à reacção a esta, tal como na Quibala eram teoricamente apresentadas e praticadas nas proximidades do aquartelamento, sendo posteriormente postas em execução no combate real frente ao inimigo, sendo a progressão debaixo de fogo uma constante.

Todas estas práticas eram executadas com tiro real, tanto pelos instrutores como pelos instruendos, daí a importância da prática do tiro. A carreira de tiro estava sempre em funcionamento, mesmo fora das instruções normais, para que todos pudessem praticar livremente sem qualquer limitação de munições. Além do tiro ao alvo era muito praticado o tiro instintivo. A sobrevivência também foi implementada e, não era raro os instruendos, na sua digressão longe do aquartelamento ou aglomerados populacionais, cozinharem cobras, lagartos, etc., que apanhavam quando a fome já apertava. Para este tipo de instrução prática não havia razão de combate.

O silêncio absoluto, o evitar de qualquer ruído no meio do capim que envolvia os trilhos, onde se iam praticar as técnicas era uma exigência permanente. A quebra de qualquer destas regras imediatamente fazia abortar o exercício, tal como se aprendera e praticava na Quibala.

Foi ainda dada enorme importância à formação geral e à doutrinação, para tornar conscientes os instruendos das causas porque se batiam e arriscavam a sua vida. Era uma formação pioneira de que de uma forma geral careciam as restantes tropas.

Os apelos à combatividade e à agressividade eram uma constante, daí terem saído da instrução dois excelentes grupos de comandos, que depois deram provas já com a subversão e a guerrilha instaladas em Moçambique.

No exercício final do curso, presidido pelo General Caeiro Carrasco, organizou-se uma escolta à alta entidade por um comboio de viaturas, que ao longo do percurso foi entrando em acção nos pontos mais perigosos e até chegar ao local do exercício.

Durante o exercício, o tiroteio surpreendia e os Comandos tomaram rapidamente as suas posições e ripostaram ao presumível inimigo. Progrediram os instruendos debaixo de fogo real, ripostando com o lançamento de granadas até desalojar o inimigo, finalizando com um assalto à posição de onde partiram os tiros. Houve também rapel, de um penhasco com 50 m de altura, transposição de obstáculos naturais, slide sobre um curso de água, etc., etc.. Já na parada do aquartelamento, e perante diversas autoridades militares e civis, foram impostas as insígnias bem como a boina vermelha amaranço e um punhal kris (punhal malaio de lâmina ondulada), aos militares com aproveitamento.

Lembro aqui os comandantes dos grupos de combate; Alf. Mil. Comando António Mayer Cabral Sacadura, Comandante dos Vampiros e o Alf. Mil. Comando José Alexandre Gafarot D'Almeida, comandante dos Sombras, que pelo seu grande empenhamento e exemplo muito contribuíram para o êxito do curso.

Também frequentaram o curso o Alf. Mil. Manuel António Pereira de Sousa Serôdio, o Alf. Mil. António Manuel Sestelo Sequeira e o Alf. Mil. Cav. Câmara Pina, que organicamente não pertenciam a qualquer grupo.

O Alf. Serôdio, a seu pedido e em operações, integrou um dos grupos. Ao que julgo saber, foi ferido em combate.

Frequentaram também o curso diversos elementos da Força Aérea, nomeadamente dos Paraquedistas e da Polícia Aérea. Na Namaacha, nasceram assim, os dois primeiros grupos de Comandos de Moçambique que no norte do território e em combate foram fortemente elogiados e louvados pela sua coesão e destreza.

Em 1966, regressaram à Metrópole, tendo sofrido baixas em combate pouco significativas, ao que julgo saber, duas ou três.

MAMA SUME

*Ex-Alferes Mil^o. Cav^a. "Cmd"



// Victor M. C. Santos*

Monsieur Dante, "LE RENARD"

Se, hoje, eu tivesse que escolher uma alcunha para o Francês, chamar-lhe-ia justamente isso, "Le Renard" (a Raposa), pela sutileza e sagacidade com que se movimentou no teatro da coisa militar, passando rapidamente dos bastidores para a ribalta na organização da contra-guerrilha em Angola.

O homem, poucos meses após ter persuadido o Ten. Cor. Almeida Nave a deixá-lo preparar um grupo de comandos em seu Batalhão (nº. 280 - Nóqui), já andava circulando nos meandros do Quartel-General, em Luanda, a induzir os maiores para que avançassem com um projecto de criação de um Campo de Instrução de Comandos, e enquanto isso lograva publicar no "Notícia" de Luanda (14JUL62) uma entrevista sua a Oliveira Salazar, arranjada com a cumplicidade de Dona Maria, a governanta, mais uma que não resistiu ao charme e à lábia do Francês de cepa italiana...

É a esse charme e ao seu espírito de iniciativa que se refere o então Cap. Marquilhas, 2º. Cmdt. do CI 21 - Zemba, quando recorda Dante Vacchi:

"(...)Era um homem muito "sui générés" e que um dia apareceu em Angola, falou não sei com quem, convenceu pessoas e foi para Nóqui, cujo Batalhão, comandado pelo Ten. Cor. Nave, era o 280 (...). Era um verdadeiro técnico na parte psicológica das tropas. Um homem que conseguia incluir à rapaziada uma vontade e um espírito absolutamente necessário, nisso era um expert".

Acontece que Dante era isso e muito mais. Suas ideias, parecendo à partida mirabolantes, resultavam mesmo! A par das técnicas em Psicologia Aplicada, estavam nele sempre presentes a espontaneidade e a seriedade numa íntima cumplicidade com a rapaziada do seu Grupo (nós), pautada por umas anedotas oportunas e por umas cervejolas pagas do seu boso, oportunas também.

Mas a argúcia do Francês não se ficava pelos meandros do Q.G..

Enquanto o Grupo de Nóqui aguardava ordem de marcha para o Zemba, ele ia ultimando no ASMA de Luanda a sua última invenção: um ninho de rockets da aviação montado num jeep, para reacção imediata a emboscadas na pica, e alguns lança-rockets individuais que, com a sua leveza, vieram substituir com vantagem as velhas bazookas. Seria já no Zemba que ele haveria de mostrar, aos que ainda tinham dúvidas, a sua competência e sagacidade no terreno, em actividade operacional.

Desbotadas pela lixívia do tempo, vêm desaparecendo em mim as lembranças de inúmeras peripécias de há quatro décadas e meia lá para trás. Ainda assim, e apenas para ilustrar a acuidade dos raposais instintos do Francês, eis-me a trazer à tona lembranças da operação "Tasca Suja", a partir do Zemba e com destino a Cambamba. Ponto no mapa escolhido a dedo pelo próprio Dante para ali ser plantado o CI 21, o Zemba, santuário da guerrilha, ficava em pleno pleno coração dos belicosos Dembos - com seus abarrazamentos e tropas, o CI 21 era já um espinho nele cravado.

Madrugada de 26 para 27 de Setembro de 1962. Fomos acordados pelas 04H00, com ordens para passarmos no Posto de Socorros. Esta era a primeira surpresa da noite com que o Francês nos brindava: uma injeção de vitamina A, para estimular a visão nocturna, e em breve a noite retinta se fazia "enluarada". Foi-nos então dito que a operação seria de simples reconhecimento, para recolher informações sobre a



Lança granadas

zona, sem preocupação de dar caça ao inimigo, antes evitando o contacto directo, que isso seria para acções futuras. O nosso Grupo saía sempre com outro dos grupos em instrução, para demonstração de táticas e estratégias, e desta vez seguia connosco o Grupo Pedra, do Bat. Caç. 261, sob o comando de Alf. César Rodrigues.

Zarpámos do Zemba ainda o dia vinha longe, a fim de passarmos despercebidos aos olhos dos vigias da guerrilha postados em redor do Campo. Na frente ia a equipa do Tó Leal, com o Alf. Vieira e Mr. Dante, depois ia eu com a minha, seguido pela nossa equipa da rectaguarda, e colado a esta o Grupo Pedra. Apenas meia horita de marcha cautelosa e já fazíamos uma primeira paragem. O motivo chegou-me pelo homem da frente: "O Francês saiu do trilho pra cagar!". Devia ser parto difícil, que a coisa demorava. De súbito ouvimos imprecações e apercebemo-nos de que Mr. Dante voltava ao trilho aos pulinhos e de caças na mão - tinha ido arriar o calhau junto de um formigueiro de kissonde, e eu fiquei desconfiado de que ele teria sido o único a fugir com o rabo à seringa - à vitamina A - Começava bem...!

O dia veio descobrir-nos no trilho que nos levaria à fazenda de Simões de Almeida, e com o dia veio à nossa procura a Auster do apoio aéreo. Por indicação do Francês saquei de um dos flares que ele pedinchara à Força Aérea, puxei uma das argolas e logo uma nuvem de fumo vermelho subiu para além das copas das árvores. Uma conversa breve via rádio e a avioneta volteou de regresso ao Zemba.

Bem mais adiante, o trilho ladeava uma mata à nossa direita quando Mr. Dante se aligeirou do peso do binóculo passando-o ao Vieira Pereira. Até parecia que o homem era bruxo, porque o tiro que se ouviu pouco depois a trinta metros, vindo do interior da mata, procurava o oficial do binóculo, falhando-o por pouco e vindo a bala cravar-se num tronco com um "ploc!" breve e uma chuvinha de folhas secas. Obedecendo aos automatismos do treino, toda a gente caiu de papo, mas aí o Francês gritou-me: "Vitor, vai!", e eu fui, uma rajada de UZI a bater a mata e a minha equipa a abrir em leque atrás de mim. Dos cafundós do arvoredado chegou-nos o restolhar do fujão batendo calcanhares no matako. Inútil tentar pegá-lo, além de que as ordens eram contrárias.

A Auster mais o flare e agora o tiro denunciavam a nossa localização, e Mr. Dante, começando a ficar preocupado, pôs-nos a andar aos ziguezagues, para despistar possíveis perseguidores.

Em plena fazenda de Simões de Almeida, numa profusão de bagos vermelhos, os cafeeiros bordam o traçado das largas alamedas sombreadas pelos arvoredos das encostas. O mato e o capim vão invadindo o cenário, propício a emboscadas, e Dante Vacchi faz sinal ao Leal para que inflicta para norte, na perpendicular do itinerário que temos vindo a seguir.

Chegamos a um repicão acentuado, uma rampa de uns quarenta metros. A cobrir-nos a descida deixamos na borda do talude a nossa equipa da rectaguarda. Resvalando pelas re-lheiras da chuva, descemos com o Grupo Pedra e tomamos posição de armas erguidas para o talude, enquanto nossa equipa da rectaguarda se lança por sua vez na descida. No instante seguinte tudo se complica: grudados na borda do talude e mal se lhes vendo as carapinhas e os canos das armas, uns cinco guerrilheiros abrem fogo cá para baixo. Só por milagre - e porque a nossa reacção é imediata, cosendo à bala a aresta do talude - é que os emboscados não atingem ninguém.

Sempre disparando lá para o alto, metemo-nos por um trilho escondido na mata da baixa.

A mata parece não ter fim e, pela direcção no mapa, estará seguindo a distância a margem direita do Suege. Parando para surpreender eventuais perseguidores e retomando a marcha, a meio da tarde desembocávamos num troço de capim que subia à nossa direita a invadir um cabeço. Ia na frente da minha equipa, comigo a puxar pela malta. Foi então que nos apercebemos de movimento e vozes no topo do cabeço: caminhando lá no alto, paralelamente a nós, uma fila de negros saía da mesmíssima mata por onde viéramos progredindo. Semiocultos pela lomba, só se lhes enxergam as cabeças e os ombros. Entre a meia dúzia de mulheres à vista sobressaem três negros de armas em bandoleira, aparentemente carabinas de caça. Ergo ao alto a UZI, a mandar parar a coluna atrás de mim. Receando o mais leve ruído que possa espantar a caça, decido que mais vale um pássaro na mão ... Troco a UZI oela FN do Godinho, aponto, disparo uma vez, e o negro visado baqueia desaparecendo da minha vista. Lá no alto acontece o pandemónio. Ainda as cabeças corriam de volta à mata e já a minha equipa, secundada pela do Leal, abria em tenaz morro acima, atirando. Agarrámos duas mulheres que se metiam pelas árvores, a mais velha com um tiro de raspão num braço, mas do guerrilheiro por mim alvejado nem o cheiro, apenas rastos de sangue que dentro da mata se dispersavam.

Ao chamamento do Francês abandonámos o local rapidamente, com as duas mulheres a reboque, e ao cair da tarde fomos instalar-nos em círculo num mamelão pelado, para mastigar qualquer coisa. O zumbido da Auster às voltas ao longe levou-nos a restabelecer a ligação rádio. O piloto escuta o nosso pedido de remuniamento e desaparece uma vez mais direito ao Zemba. A tarde alongava suas sombras quando do mamelão avistámos dois negros desarmados com suas negras e aproximando-se desprecadamente.



O Furriel Paiva, do Grupo Pedra, pediu autorização ao Francês para ir com a sua equipa abarbatá-los à mão. E assim foi, aumentando para seis o número de prisioneiros.

Caía a noite quando a avioneta reapareceu. Fazendo espaço para o lançamento, afastámo-nos do cocuruto do cabeça. Rasando-o com o trem de aterragem, o pássaro de lata deixa cair um saco bem na mouche – caixas de munições e um brinde, algo que à primeira vista parecia um rolo de papel higiénico: um pacotão de “Caricocos”, os “mata-ratos” da época.

A noite foi de insónia. O cabeça disfarçava-se que nem pelada sombria na negra cabeleira da mata em redor. Chegavam até nós ruídos avulsos, choros de crianças, vozeiros, balidos de cebra e até o assobio modulado de um rádio. Os cantis estavam no fim e Mr. Dante, com o camarada, fez passar entre a malta o seu: um cantil de alumínio cheio de conhaque, para iludir as sedes, para aquecer as almas. Fumavam-se “Caricocos” na concha da mão, dentro do quico suado. Todos nós tínhamos consciência de que havíamos posto o pé num vespeiro e que era preciso usar de todas as cautelas, para não agitar as vespas ...

Ainda noite cerrada, umas 04H00 da matina, o Alf. Vieira Pereira e o próprio Dante andaram de gatas abanando a malta e transmitindo instruções – era crucial deixar o mamelão com pezinhos de lã e rumar a Cambamba.

Andávamos nisto havia 24 horas. O desgaste de uma jornada atribulada, agravado pela noite maldormida, pesava nos corpos mas não nas vontades.

Semáguanos cantis, o próximo troço adivinhava-se duro de roer, com a soalheira nos capinzais a recozer-nos em lume brando.

Levávamos umas seis horas de marcha quando um dos meus homens, Evaristo, “o Rato”, apontou um morro ao longe, no enfiamento do nosso itinerário, e todos pudemos descortinar as silhuetas de dois fulanos trajando à europeia, um de camisa branca e calça escura, o outro envergando caqui.

O binóculo andou de mão em mão e foi confirmado tratar-se de um branco e um mestiço. Então alguém aventou que só podia ser gente de Cambamba, que, avisada via rádio da nossa deslocação, ali nos estaria aguardando. A suposição ganhou adeptos e depressa se instalou entre a malta o optimismo, levedado pela certeza de que a empreitada estava a chegar ao fim.

Quem não parece partilhar da satisfação geral é Dante Vacchi. Enquanto avançamos ele leva amiúde o binóculo à cara. Na vanguarda da coluna, quando estamos a cerca de meia milha dos que nos aguardam no morro, os rapazes do Leal põem-se a saudá-los agitando os braços. O branco corresponde com um aceno e é então que o Francês, raposa sabida, brada ao Leal que derive rapidamente para a esquerda, a afastar-se dos mirones. E mal nós começámos a mudar de direcção... eis que estala a fogachada, da mata junto à qual iríamos passar. A rastejar pelo capim e a agradecer ao Criador o bendito faro do Francês, achámos abrigo nas pilhas de pedras de um cemitério indígena. E seria justamente dali, do meio dos mortos, que avistaríamos o megalítico “porta-aviões” de Cambamba, gigantesco e achatado bloco de pedra que parecia flutuar acima das copas do arvoredado ao longe.

As características do terreno não eram propícias a novos ziguezagues.

Vista na carta, uma manobra de evasão levar-nos-ia a um rodeio que nos comprometeria a reserva de energias, e nós íamos precisar delas. Mr. Dante achou que era o momento de pegar o touro pelos cornos. Dois rockets apontados pelo Furriel Ramalhete, “o Pipo”, foram estourar no morro onde tinham sido avistados o branco e o mestiço, e o que se seguiu foi uma arremetida aos lanços morro acima, com as duas equipas da vanguarda apoiadas pelo lança-rockets e pelas FN cá atrás. No alto... ninguém à vista, apenas um arremedo de canapé feito de paus, cómodo posto de vigia dissimulado sob uma ramada e voltado para Cambamba.

Dali começo a descida que nos levaria, por dentro da mata, a generoso curso de água em cujas lajes secava basta quantidade de mandioca britada.

Tínhamos alcançado finalmente o Suege! Cambamba situava-se a um par de léguas do lado de lá. A avaliar pela mandioca, o gentio abundava por ali e com ele os guerrilheiros.

Ainda antes de afogarmos a segura naquela água límpida e de enchermos os cantis, a equipa da frente foi montar a segurança na outra margem. A situação manteve-se tensa enquanto subíamos o trilho íngreme, foi aí que, pela primeira vez em tantas operações com o nosso Grupo, Mr. Dante, acusando a estafa e o peso de mais vinte anos que nós, se voltou para mim e me pediu que lhe levasse a UZI.

Um par de horas depois, pelas 12H30 do dia 27, alcançávamos sem mais surpresas o aquartelamento de Cmbamba. A Companhia ali instalada não estava contando com a nossa visita, mas tal não impediu que o acolhimento fosse “cinco-estrelas”, com uma arrozada de salsichas, cerveja à discrição e muita camaradagem. Missão cumprida! Informações sobre a zona não nos faltavam, e os prisioneiros, a bem ou a mal, ainda haviam de pingar mais qualquer coisinha – “C’est la guerre!”...

Cerca de um ano depois (1964), já regressado à minha Escola, eis que alguém vem bater-me à porta de casa. Com grande espanto meu dou de caras com Dante Vacchi. Estava de passagem por Portimão quando se lembrou de que eu era de Olhão. Tinha pedido um carro emprestado e andara pela vila perguntando por mim. Foi gostoso o reencontro, e com as lembranças cresceram as saudades do que deixáramos para trás. Depois disso, nunca mais o vi.

Foi talvez essa visita inesperada o que mais pesou na minha decisão de voltar a Angola, aos Comandos, e ficar leccionando por lá, se escapasse. Eu não conseguia esquecer a sensação de plenitude na contemplação dos espaços a perder de vista, a vibração silenciosa dos mistérios no interior das matas, o ondular louro e seco dos capinzais. E foi assim que, um par de meses depois, eu fui cair de pés juntos e sem para-quadras na 1ª. Companhia de Comandos, em plena actividade operacional e sob o comando do então Capitão Raul Folques, que fôra alferes em Zemba – novas peripécias, cujas memórias a lixívia do tempo desbotaria também...

*2º. Sargtº. Milº. Compª. do Grupo Nóqui



// Marco António Paulino Serronha*

10 ANOS DE REATIVAÇÃO DA UNIDADE DE COMANDOS

UM OLHAR SOBRE O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

INTRODUÇÃO

Estamos, neste ano de 2012, a comemorar o quinquagésimo aniversário da criação das tropas Comandos nos idos de 1962, em Zemba, Angola. Estas comemorações têm, de algum modo, distraído a atenção de que, também em 2012, se comemoram 10 anos da reativação dos Cursos de Comandos, em Setembro de 2002, e da ativação da 1ª Companhia de Comandos e do embrião do que, em 2003, virá a ser o Batalhão de Comandos, com a criação da 2ª Companhia de Comandos. Este hiato, de quase 10 anos, na formação de unidades de Comandos e a extinção da sua Unidade Mãe, criou um sentimento de perda na família Comando, que muitos julgaram que seria o fim da especialidade.

Estes dois acontecimentos (criação e renascimento), separados no tempo em quarenta anos, têm alguns aspetos em comum, nomeadamente a constatação da necessidade deste tipo de Unidades, fruto das suas características operacionais e de prontidão. Outro aspeto comum foi a visão dos chefes militares que decidiram a criação, ou recriação neste último caso, das Unidades de Comandos. Outros aspetos comuns se poderão encontrar mas permitam-nos realçar que o fundamental é que, em ambos os casos, o produto da formação, ou seja dos cursos de Comandos, são militares dotados de elevada qualificação técnica e tática, com extraordinário espírito de corpo e robustez física e

psicológica, que integram equipas, grupos e companhias que se destacam, no panorama militar e operacional, pelos excelentes resultados que obtém. Estes resultados foram, e continuam a ser, amplamente reconhecidos, no primeiro caso nas Campanhas de África e, no segundo caso, com as operações em Timor e, especialmente, no Afeganistão. Será isto fruto do acaso? Estamos certos que não.

Não pretendemos centrar-nos no passado. Estamos, sobretudo, focados no futuro sabendo que não há futuro sem memória. Temos de olhar para o passado para saber como fazer no futuro.

Estas nossas reflexões são, também, uma homenagem à memória do Coronel Comando Manuel Cardoso Ferreira, recentemente desaparecido do nosso convívio, e que foi um grande dinamizador de todo o processo que conduziu à reativação em 2002.

10 ANO DE REATIVAÇÃO...

Quando, em Setembro de 2002, se iniciou o 100º Curso de Comandos muito poucos estavam ao corrente de que o processo que conduziu à decisão da reativação dos Cursos e da Unidade, começou a construir-se no dia seguinte ao encerramento do Regimento em 1994. E aqui,



cabe registar o trabalho empenhado da Associação de Comandos, em conjugação com diversas personalidades civis e militares, Comandos e não só, numa estratégia de comunicação e ação, cujo objetivo foi sempre a reparação daquilo que foi entendido como um erro. Há que falar, também, nos militares Comandos que continuaram no aquartelamento da Amadora, guardando o espólio dos Comandos e apoiando as comemorações e diversas efemérides, desde o 29 de Junho ao 25 de Novembro e às concentrações e confraternizações, das diversas Unidades de Comandos, o que foi permitindo a existência dum "Chão" Comando, fundamental aos ritos desta comunidade.

Neste período cabe registar um facto e um evento que foram importantes para a posterior reativação. O facto foi a continuação do Projeto de Cooperação Técnico-militar com a República de Angola, no âmbito dos Comandos, que permitiu a continuação dum polo, gerador de conhecimento e experiência, que manteve viva a especialidade em Portugal. O evento, deriva do facto anterior, e foi a realização do 99º Curso de Comandos, ministrado em Lamego, que teve como objetivo formar Oficiais e Sargentos que permitissem continuar a garantir a sustentação do referido Projeto de Cooperação. Este Curso vir-se-á a revelar estratégico para a reativação, pois permitiu a existência um leque de instrutores essenciais para a boa realização do 100º Curso, em 2002.

Mas terá sido a decisão do Chefe do Estado-maior do Exército, através da sua Diretiva nº 263/CEME/01, em 2001, só a reparação dum erro moral? Não nos parece que tivesse sido só isso, embora a noção de reparação de erro também pudesse estar presente. As alterações na conjuntura estratégica internacional, ocorridas ao longo da última década do século XX, apontavam para uma maior necessidade de forças militares ligeiras, dotadas de flexibilidade táctica, de elevada competência técnica e táctica, com elevado grau de treino e prontidão, que pudessem ser imediatamente projetáveis para as zonas de crise, seja no âmbito de operações aliadas seja no âmbito exclusivamente nacional. A existência de comunidades portuguesas de dimensão apreciável em áreas de crise potencial, assim como o início das operações militares no Afeganistão, em 2001, onde se antecipava a necessidade de forças militares aptas a operar em cenários de contrainsurreição, são dois exemplos que corroboram a ideia da necessidade das Tropas Comandos. A transição dum Exército de conscrição para um Exército semiprofissional, que estava em curso, também exigia requisitos de atratividade para o Recrutamento que as Forças Especiais em geral, e os Comandos em particular, possuem.

Em Fevereiro de 2002 foi criado o Grupo de Trabalho para reativação da Unidade de Comandos (GTUCmds), com a missão de equacionar e propor as linhas mestras para se levar a cabo as tarefas para se levantar uma Unidade de Comandos, que pudesse gerar duas Companhias. Foi necessário refletir sobre um conjunto de assuntos tais como o conceito de emprego, missão e tarefas das Unidades de

Comandos, a sua organização, os objetivos e organização da componente formação, ou seja o Curso de Comandos, e ainda aspetos relativos ao processo de recrutamento e seleção, entre outros. Mas esta reflexão teve de ser baseada num conceito do que se pretendia com esta Unidade e as suas partes constituintes, ou seja o grupo/equipa e o homem/militar Comando. E assim foi decidido não alterar substancialmente o conceito do Curso de Comandos, como fator fundamental da criação da idiossincrasia Comando, em especial as provas e os ritos (leitura diária do Código Comando, a ação psicológica, etc.), a sua articulação por fases com a necessária articulação/integração de quadros e praças, a exigência na instrução, as eliminatórias como elemento de recompensa (motivação positiva) para os mais aptos e empenhados, os métodos sociométricos de construção de equipas e escolha de líderes, entre outros. Não quisemos, propositadamente, mexer no processo, no sentido de que o produto acabado não saísse diferente daquilo que era esperado. Foram introduzidas alterações (relativas aos últimos Cursos ministrados na Amadora) no conteúdo da formação, adequadas à nova tipologia de armamentos, equipamentos e técnicas, essenciais às novas missões a que as Unidades de Comandos viriam a ser chamadas a desempenhar. As boas soluções estarão sempre ancoradas num bom equilíbrio entre conservar o que está bem e a inovação necessária ao melhor desempenho, para fazer face aos desafios presentes e futuros.

A capacidade de adaptação foi sempre uma característica dos Comandos ao longo da sua existência. A introdução das experiências das operações, depois de suficientemente analisadas, sob a forma de aprendizagem é uma mais-valia importante do processo de aprendizagem, de formação e treino das Unidades de Comandos. E isso foi acontecendo ao longo dos últimos 10 anos, introduzindo o resultado da análise das experiências das operações no Afeganistão, no curriculum do Curso ou do treino operacional, mas procurando manter aquilo que vinca a forma do Comando estar no mundo, e que se encontra consubstanciado no Código Comando. A capacidade de atuar como uma organização aprendente tem sido uma característica das Unidades de Comandos, embora precise de ser sempre melhorada e estruturada.

Conseguiu-se, em 2008, uma estabilização fundamental na Unidade com a sua localização definitiva no aquartelamento da Serra da Carregueira, onde hoje se encontra também o monumento ao Esforço Comando, com todas as condições adequadas ao desempenho da sua missão, seja em termos de autonomia seja em termos de condições para instrução e treino.

Hoje, toda a gente (mesmo os mais céticos, inicialmente) reconhece o sucesso obtido pelas Companhias de Comandos, fruto da sua competência e resultados, nas diversas operações e o quanto, esse sucesso, tem vindo a contribuir para a excelente imagem das nossas Forças Armadas, junto dos seus parceiros e aliados. Não podemos, neste capítulo, esquecer a mais-valia da imagem do Comandos, junto dos

países irmãos de Língua Portuguesa, e na manutenção, e mesmo criação, de projetos de cooperação técnico-militar para se desenvolverem unidades de Comandos, nas Forças Armadas destes países.

OS DESAFIOS DO FUTURO

Uma reflexão sobre o futuro das Tropas Comandos implica, naturalmente, equacionar também o futuro do Exército e das Forças Armadas Portuguesas. Nestes tempos que correm, torna-se difícil perceber o que vão ser as Forças Armadas Portuguesas, em termos de capacidade militar, em especial devido às grandes restrições orçamentais que se preveem para os próximos anos. O poder político deverá definir, no curto prazo, o nível de ambição da componente militar da Defesa Nacional, esta como uma importante função de soberania e afirmação externa do Estado.

Não é objetivo deste artigo elaborar em profundidade sobre este assunto mas importa perceber como está a evoluir o ambiente estratégico internacional, qual o quadro de ameaças, riscos e desafios à Segurança Internacional para percebermos que tipologia de capacidades militares o nosso país deverá ter para, em conjugação com os nossos parceiros e aliado ou de forma autónoma, fazer face às necessidades da nossa Segurança Nacional, incluindo aqui a segurança das comunidades portuguesas, estejam eles onde estiverem.

A situação estratégica terá de ser equacionada de forma global, fruto de tendências e realidades tais como a globalização e a disseminação de tecnologias, que terão impacto no ambiente estratégico global através: da fragilização do Estado-Nação e consequente perda de poder e autonomia estratégica das nações; da emergência e aumento da assertividade de atores não estatais; do aumento da regionalização e da existência de redes globais diversas, com interdependências variadas, nomeadamente na Segurança. As “novas” ameaças à segurança internacional tais como o terrorismo transnacional, a proliferação de Armas de Destruição Maciça, e a insegurança humana em vastas regiões do globo são complexas, transnacionais, assimétricas e imprevisíveis e colocam problemas novos, mostram as vulnerabilidades dos Estados Nacionais e das Organizações Internacionais e exigem respostas estratégicas novas, com as capacidades adequadas. A natureza assimétrica dos conflitos exige respostas rápidas e ágeis, com forças preparadas para combater em situações de insurgência complexa, à imagem do que acontece no Médio Oriente, Ásia Central e nalguns locais de África.

Neste quadro, as Unidades de Comandos continuam a possuir a flexibilidade, a agilidade, a capacidade técnica e tática, individual e coletiva, e o espírito de sacrifício para levar de vencida as missões de que são incumbidas, garantindo o sucesso nestes ambientes operacionais complexos.

Acresce ainda que possuem um ratio custo/eficácia bastante aliciante se comparado com o de outras forças, especialmente em tempos de crise. Não pretendemos, contudo, fazer a apologia do baixo custo, até porque será sempre demagógico afirmar que as forças de Comandos são “baratas” pois, para cumprirem as suas missões, necessitam de treino adequado, além de armamento e equipamentos convenientes.

E aqui, no capítulo do reequipamento, reside uma das principais vulnerabilidades das Companhias e do Batalhão de Comandos. Não obstante algum esforço inicial feito, existem algumas vulnerabilidades na área das comunicações e sistemas de informação, na falta de alguns equipamentos no capítulo da visão noturna e algum armamento mais específico. Importa, no entanto, realçar que Portugal tem feito um esforço razoável no equipamento das suas Forças Nacionais Destacadas, em especial no Afeganistão, e neste caso concreto em prol das forças Comandos que, por ali, têm servido Portugal.

Outra área que merece, em nosso entender, um incremento é a cooperação técnico militar com os Países de Língua Portuguesa. E aqui exige-se explorar alterações qualitativas com a mudança dos quadros de atuação, passando-se da existência simples de Equipas de assessores para um maior intercâmbio entre forças de capacidades congêneres, em especial no capítulo das Forças Especiais, em geral, e das Unidades de Comandos em particular. Aqui seria útil enveredar-se por um programa de treino combinado, nos escalões considerados mais adequados, equacionando-se mesmo a permanência de forças, para efeitos de treino cruzado e maior interoperabilidade, nos diversos países que demonstrassem interesse nesta modalidade de interação.

CONCLUINDO...

S seja ao fim de 50 anos da sua criação seja ao fim de 10 da reativação, as Tropas Comandos continuam no topo da competência militar, em operações de elevada exigência técnica e tática, dignificando Portugal, o seu Exército e as Forças Armadas. Os Comandos, até pelas circunstâncias em que nasceram, têm a marca genética da contrainsurreição e aí sentem-se, podemos dizer, muito à vontade. Nunca descuraram esta vertente das operações militares, mesmo quando as operações convencionais estavam no topo da agenda militar, em plena guerra fria, tendo sido acusados, na década de 80, de não se adaptarem às novas realidades da altura. O que é verdade é que se adaptaram de modo a cumprirem missões no âmbito convencional, seja nas Patrulhas de Reconhecimento de Longo Alcance, seja nas operações de interdição na área da retaguarda inimiga, mas nunca descurando as técnicas e táticas da contra guerrilha, muito úteis nas chamadas Operações de Segurança da Área da Retaguarda das nossas forças, dando combate à infiltração de forças especiais inimigas.



E o século XXI trouxe de novo os conflitos assimétricos para o tabuleiro da conflitualidade global, com especial ênfase no conflito do Afeganistão, e aqui as nossas companhias de Comandos, em especial como Força de Intervenção Rápida da International Security and Assistance Force (força da NATO no território afegão), deram muitíssimo boa conta de si, conforme já referimos anteriormente. E continuam muito ligados à cooperação militar com forças congéneres dos países da CPLP (em especial os países africanos e Timor), porque esta tipologia de forças exerce grande atração e reconhecimento nos países irmãos de língua portuguesa. Embora muitos não o saibam, a origem da palavra Comando está ligada a Portugal. Embora as operações Comando se tenham tornado conhecidas com a Guerra dos Boers,

no início do século XX, e depois importadas pelos Ingleses na segunda Guerra Mundial, diversa literatura afirma que os Boers, sul-africanos, adotaram esta forma de atuação militar daquilo que os portugueses faziam, em Moçambique e na Índia, nos séculos anteriores. As operações de Comandos eram desencadeadas por grupos autónomos, desligados da cadeia normal de comando convencional, executando operações de curta duração e alto efeito, normalmente operações punitivas de grande efeito cinético e psicológico. Podemos assim concluir, embora se exija re-
finar o rigor histórico desta ideia, que os Comandos são, passe o anglicismo, “made in Portugal”.

*Major-General “Comando”



Descubra um lugar para sentir e sonhar.

Apartamentos T1 a T3 | Villas T4 com piscina privativa | Marina | Ténis | Spa | Piscina interior e exterior | Restaurante



O aldeamento turístico Montebelo Agueira Lake Resort & Spa, inserido na deslumbrante paisagem da Barragem da Agueira, entre Viseu e Coimbra, oferece um novo conceito de turismo e lazer. Com todos os serviços e comodidades de um hotel, é o lugar ideal para um fim-de-semana, férias inesquecíveis com a família e amigos, ou ainda para realizar eventos, reuniões e congressos. Beneficiando de um enquadramento de sonho e de uma arquitectura em perfeita harmonia com a natureza, apresenta também uma excepcional oferta residencial para quem deseja adquirir a casa da sua vida.



Montebelo Agueira Lake Resort & Spa
Vale da Agueira, 3450-010 Mortágua, Portugal
montebeloagueira@visabeiraturismo.com | www.montebeloagueira.pt
GPS: Lat. 40° 20' 48" N | Long. 8° 11' 16" W

Reservas
T. (+351) 232 420 000 | F. (+351) 232 415 400
reservasmontebelo@visabeiraturismo.com | www.montebelohotels.com





// Manuel Amaro Bernardo*

25 DE NOVEMBRO DE 1975

A REPOSIÇÃO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA

(...) Como me apercebi na altura (31Julho75) e mais tarde foi provado em Tribunal Militar, esta acção de sublevação (no Reg. Cmds) foi desencadeada pelo PCP, com o aval do seu secretário-geral, Dr. Álvaro Cunhal. Longe iam os tempos em que tinha ido recebê-lo ao aeroporto de Lisboa, por ordem da Junta de Salvação Nacional, poucos dias após o 25 de Abril (...)

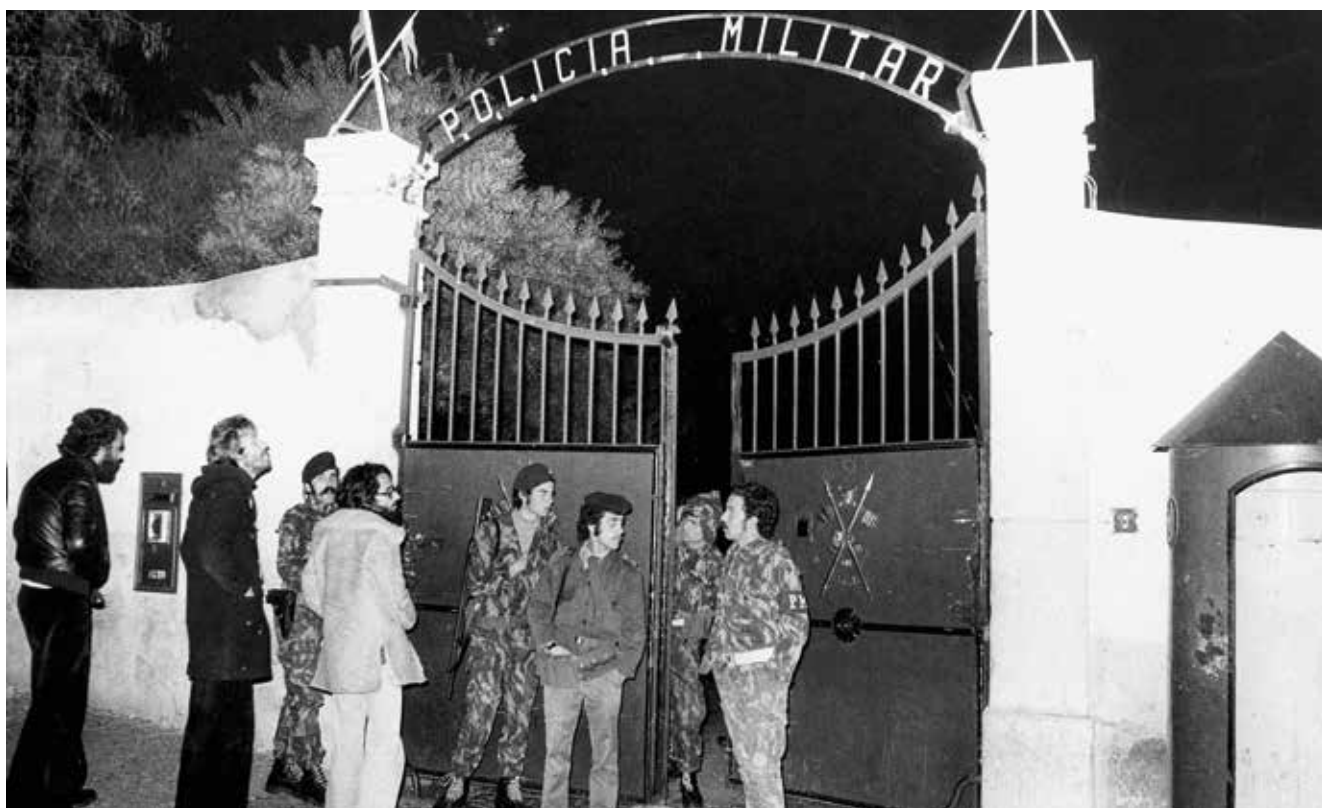
Jaime Neves, in "25 de Novembro 1975 (...)" / 2005, pp241.

Nesta entrevista que o General Jaime Neves me concedeu para o referido livro ("*... Os 'Comandos' e o Combate pela Liberdade*"), em boa hora editado pela Associação de Comandos (30.º aniversário), notou-se estar bem viva na sua memória a incrível e inédita situação da sublevação armada de alguns subordinados contra a sua autoridade. Tal ocorrência para um líder nato e bem considerado pela generalidade dos militares "Comando" do "seu" Regimento, tocava bem fundo na sua "fibra" e dignidade do Militar valoroso e destemido, que era. Até onde tinha chegado a manipulação política levada a efeito ao longo do PREC (Processo Revolucionário em Curso), pelo Partido Comunista, chefiado pelo estalinista Álvaro Cunhal!

ANTECEDENTES E PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Sobre essa época precedente ao 25 de Novembro, recordo o constante no meu livro "*Memórias da Revolução; Portugal, 1974-1975*" lançado em 2004 e que é uma edição actualizada de um livro anterior, publicado em 1999, onde tento explicar a razão da divisão desse período em três partes:

A 1.ª, que coincide com a presidência do General António de Spínola (em Belém), decorreu do 25 de Abril até ao 28 de Setembro de 1974; a 2.ª, desde esta data até à primeira semana de Agosto de 1975; e a 3.ª, até ao 25 de Novembro. Nele afirmo:



“O pano de fundo foi a descolonização e a movimentação das forças militares e políticas no decurso do processo. Apesar disso, na minha opinião, a actuação do PC, com a máquina montada do antecedente (o PS apenas passaria a afirmar-se a partir do seu Congresso, de Dezembro de 1974), foi quem determinou as várias fases indicadas. Em 28 de Setembro tornou-se visível no panorama nacional, com a aplicação da sua praxis estalinista de movimentação de massas populares, e do desencadear de prisões arbitrárias, de barricadas populares nas estradas e lançamento de uma onda de terror.

“Este tipo de actuação agravou-se com o 11 de Março de 1975, tendo havido um aceleração do processo revolucionário, com as nacionalizações, reforma agrária e saneamentos.

“Mas, depois, desde finais de Julho de 1975 o PCP entrou em desequilíbrio, nomeadamente receoso pela onda de anti-comunismo desencadeada a partir do Norte do País, com base na actuação da Igreja Católica e de outros movimentos subsidiários, além das tomadas de posição idênticas de Mário Soares, que viria a ser catapultado a líder da contra-revolução.” E acrescentava:

“(…) Apesar do sucedido, foram vários os oficiais que, sendo actores importantes no 25 de Abril, conseguiram aguentar-se ao longo do processo revolucionário e viriam a ter igualmente papel destacado na resistência anti-comunista e no 25 de Novembro. Em relação aos entrevistados e actuando no terreno, além do já referido Jaime Neves, estou a lembrar-me de Alberto Ferreira e Andrade Moura, entre outros.

“Peças relevantes ao longo do período em causa, terão sido, também, Luís Casanova Ferreira, Soares Carneiro, José Pais, Aventino Teixeira, Ricardo Durão, Carlos Azeredo, Pedro

Cardoso, Passos Esmeriz, Lemos Ferreira, Aurélio Trindade e Ramalho Eanes. De algum modo, na sua área de influência, tentaram travar as loucuras revolucionárias. Não esquecer os militares que, depois da sua autocritica por se terem enleado nos devaneios revolucionários e descolonizadores, tiveram papel relevante em 1975, como Melo Antunes e Vasco Lourenço.

“Outros ainda, depois de, em África, lograrem mininizar os efeitos catastróficos do descontrolado processo de descolonização, tiveram o mérito de serem figuras preponderantes no planeamento e na acção de contenção do 25 de Novembro e na implantação da democracia. Destaco, entre outros, os Generais Tomé Pinto, Alves Ribeiro, Altino Magalhães, Loureiro dos Santos, Monteiro Pereira, Rocha Vieira e o Pára Heitor Almendra.

“Numa outra perspectiva e envolvidos em projectos clandestinos anti-comunistas merecem realce Alpoim Calvão (MDLP), o “Comando” e monárquico D. Francisco Van Uden (ELP) e Paradela de Abreu (“Maria da Fonte”).

ACTUAÇÕES OPERACIONAIS EM MONSANTO E NA CALÇADA DA AJUDA

Lembro que o General Costa Gomes (PR), depois de ter sido pressionado por alguns oficiais e nomeadamente por Jaime Neves, aceitou o plano do Grupo Militar, liderado por Ramalho Eanes, para montar um Posto de Comando no Regimento de Comandos, na Amadora, e desenvolver as acções necessárias para conter o golpe militar em curso, desencadeado pelos pára-quedistas de Tancos, apoiados por várias unidades militares da Região Militar de Lisboa.



A 26 de Novembro, o regresso de Jaime Neves ao Regimento depois da acção na Ajuda. Entre outros, são visíveis o próprio Jaime Neves e Victor Ribeiro

Além disso o Presidente da República tentou atenuar as grandes cristações militares existentes, assim como evitar o desencadear de uma guerra civil, que parecia ser iminente. Daí os seus contactos telefónicos com dirigentes da Intersindical e Álvaro Cunhal, antes e depois da acção dos páras na madrugada do dia 25, assim como o envio de emissários junto dos fuzileiros (Judas, Martins Guerreiro e Rosa Coutinho) para ver se eles se mantinham calmos e dentro da cadeia hierárquica.

O receio do “Posto de Comando da Amadora”, (onde me encontrava), da possibilidade de nos confrontarmos com as presumíveis dez companhias de fuzileiros, acabou por se diluir.

No entanto, o que fez o PCP sair do golpe foi a acção vitoriosa e rápida em Monsanto, com as duas companhias de pessoal “convocado” dos Capitães Milicianos Sousa Gonçalves e Sampaio de Faria, sob o comando directo de Jaime Neves e que voluntariamente se tinham apresentado recentemente na Amadora, para fortalecer o Regimento de Comandos.

Foi na sequência desta actuação que ocorreu o cessar das emissões clandestinas da Emissora Nacional, do Rádio Club Português e da RTP (lembro o Capitão Clemente a ser substituído pelo Danny Kay, às 21H15) e a imposição do estado de sítio na Região Militar de Lisboa, proclamada pelo General Costa Gomes, em comunicado feito na Rádio.

Quanto à acção dos “Comandos” da Amadora na Calçada da Ajuda, no dia seguinte, de novo sob o comando directo do então Cor. Jaime Neves, com as outras duas companhias de comandos operacionais (não “convocados”) dos então Capitães Manuel Apolinário e António Lourenço (hoje maiores-generais), constatou-se não ter havido qualquer ataque contra o Regimento de Lanceiros da Polícia Militar. Apenas

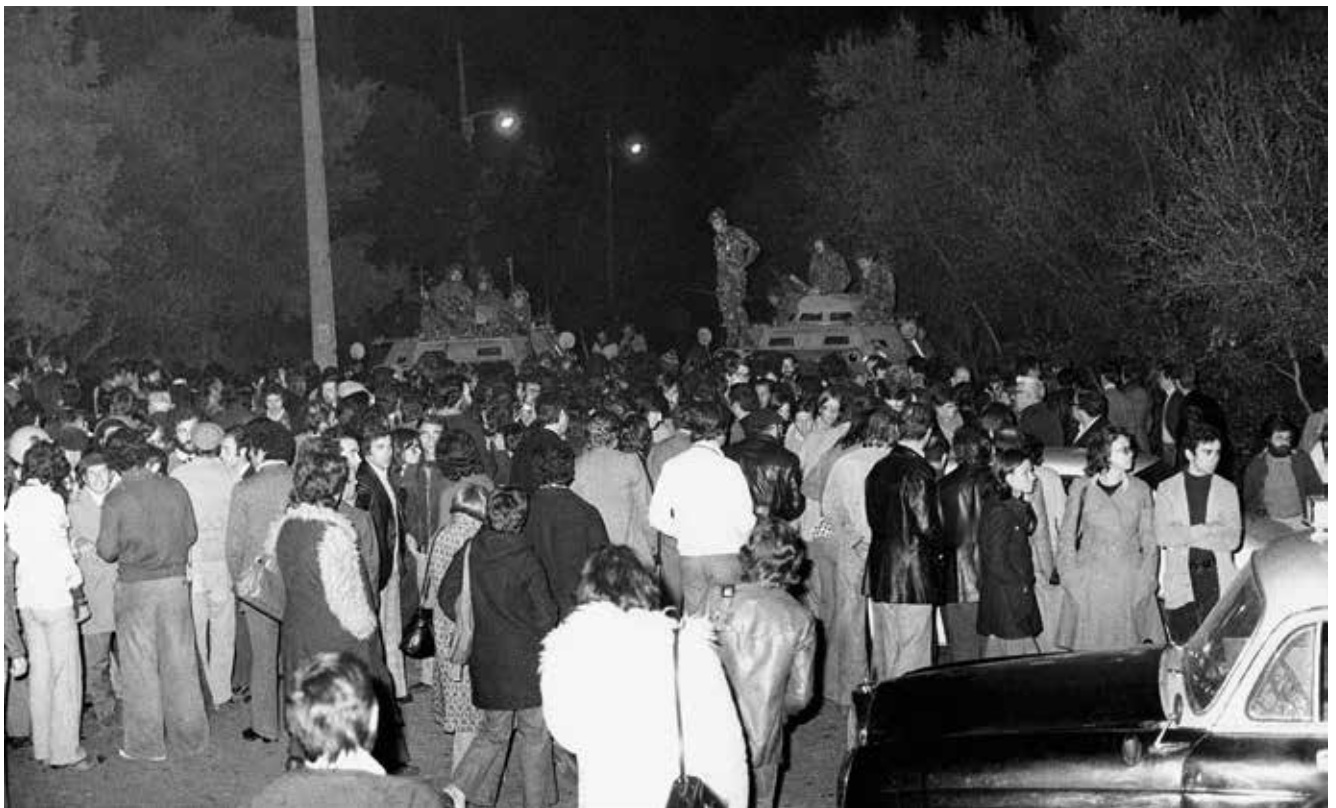
ocorreu a resposta aos tiros de metralhadora vindos do quartel da frente, Reg. Cav.^a 7, que mataram o Furriel “Comando” Joaquim Pires, na coluna de Jaime Neves, antes dela chegar à porta de armas do Regimento de Lanceiros, assim como tiros oriundos desta Unidade que provocaram a morte do Tenente “Comando” José Coimbra, na rua a Norte, durante o cerco montado pelas forças do Regimento de Comandos.

Morreu também o Aspirante miliciano Ascenso Bagagem, não pertencente à Unidade, que era de infantaria e estava na situação de ausente sem licença, depois de cumprir uma punição dada pelo Comandante da Serra da Carregueira. Encontrava-se na altura dentro da Unidade da PM, talvez devido à sua militância revolucionária por ser militante da UDP (extrema esquerda).

AS OPINIÕES DE RAMALHO EANES E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nas cerimónias que decorreram no Centro de Tropas Comando (Carregueira), no passado dia 25 de Novembro (2012), Ramalho Eanes explicou que a sua presença teve dois propósitos: «O primeiro homenagear dois portugueses comandos que morreram em prol da democracia; o segundo para lembrar que revisitar a história é muito importante.» Acrescentou depois:

«O 25 de Novembro é uma altura nefasta que deve ser motivo de aprendizagem, que nos mostra que sempre que um povo não vive em democracia autêntica, o combate político deixa de ser aquilo que deve ser em democracia, que é um combate político desarmado, em que as opiniões se confrontam, as ideologias



se confrontam e tudo se decide em eleições e passa muitas vezes a ser um conflito armado em que irmãos deixam de ser apenas adversários políticos para passarem a ser inimigos».

O antigo presidente da República considerou que este é o momento para pensar e perceber que «só a democracia permite viver em paz» e que «os homens sejam cidadãos e, nessa qualidade, se relacionem com todos os outros com respeito, com tolerância e civilmente» (*notícia da Lusa, em 25-11-2012*).

Recordo que as opiniões de Ramalho Eanes publicitadas aquando de outras celebrações mostraram melhor como se deve fazer a revisitação da história. Por exemplo, no 25.º aniversário do 25 de Novembro, em Oeiras, afirmava, resumindo:

“(…) É necessário acrescentar que a guerra civil esteve por um fio. Se a força militar que ocupou o GDACI (oriundas dos Páras e do RALIS), tivesse obedecido às ordens de fogo sobre as forças do Coronel Jaime Neves, a guerra civil podia ter eclodido. Aliás, a leitura do próprio relatório dos acontecimentos do 25 de Novembro demonstra bem como essa guerra civil esteve iminente.

“(…) Pretendeu-se, em suma, que o 25 de Novembro, como muito bem escreveu Loureiro dos Santos, fosse o acto «esclarecedor do actual regime», a reafirmação do Exército ao seu povo, que honrava a sua palavra, as suas promessas contidas no programa do MFA, sem repudiar, mas antes aceitando e considerando que ensinamentos que o PREC e a sua analogia com passadas perturbações históricas ofereciam. (In “*Os Militares, as Artes e as Letras (...)*”; coord. de Manuel Barão da Cunha/2001, pp 317 e 318).

Nas comemorações do 30.º aniversário, Ramalho Eanes adiantou mais alguns esclarecimentos sobre o sucedido, no

posfácio ao meu livro (com Proença Garcia e Rui Fonseca como co-autores) “*25 de Novembro de 1975; os «Comandos e o Combate pela Liberdade*”, atrás referido:

“(…) Importante é também sublinhar o patriotismo e capacidade de comando do Coronel Jaime Neves, que soube travar, em circunstâncias difíceis, o ímpeto combativo dos seus homens, de modo a minimizar as perdas humanas nos confrontos da Calçada da Ajuda” (no dia 26).

“(…) Não se esqueceu, também, a legitimidade democrática emergente, representada pela Assembleia Constituinte. Com esse propósito se redefiniu o papel político das Forças Armadas, através da Lei 17/75, na qual «pela primeira vez se explicita o princípio da subordinação ao poder político» legítimo na origem e coerentemente legal na acção política. (...)”

Quero salientar ainda que a generalidade dos órgãos de comunicação social de Portugal, por sistema, costuma ignorar estas homenagens em relação ao contragolpe do 25 de Novembro, que repôs a Liberdade e a Democracia em Portugal, tendo havido anos em que não lhes dedicam uma única referência. Então, comparando com o que ocorre todos os anos com o 25 de Abril, leva-nos a lembrar uma sextilha escrita, a meu pedido, pelo Coronel José Caniné (In “*Inquietando*”/2005, pp 153):

De boca cheia de Abril
Mas aos mais jovens eu lembro,
Andam sempre os mesmos mil
Que se não fosse o Novembro,
Erguendo alto a sua voz
Ai do Abril... e ai de nós!

*Coronel Reformado



// Florindo Eugénio Baptista Morais*

JAIME NEVES

JÁ A REVISTA ESTAVA FECHADA E ESTE DEPOIMENTO PAGINADO QUANDO FOMOS SURPREENDIDOS PELA NOTÍCIA DO FALECIMENTO DO MAJOR-GENERAL "COMANDO" JAIME NEVES.

DECIDIMOS PUBLICÁ-LO COMO FOI ESCRITO: É A HOMENAGEM QUE FAZEMOS AO CHEFE MILITAR, AO COMBATENTE DE ELEIÇÃO, AO PORTUGUÊS DE CORPO INTEIRO.



Foi no início do ano longínquo de 1964 que conheci, em Luanda, o então Capitão Jaime Neves.

Estava ele, na altura, no comando duma Companhia de Caçadores que tinha por missão a segurança "à rede" da cidade de Luanda. Todas as noites ele tinha de inspecionar os vários postos ao longo do limite de segurança da cidade e não só ... Eu estava no Norte, em Quitexe, e tive que vir a Luanda ao Hospital.

A nossa amizade surgiu de forma espontânea, Jaime Neves faz facilmente amizade com quantos com ele privam, desde

que leais, como é capaz de gerar ódios entre aqueles que lhe são adversos.

Nunca foi "politicamente correcto". Sempre frontal e de palavra pronta e fácil.

Em 1966 fui para Catur, no Niassa em Moçambique. Fiquei no terminus da linha férrea de Nacala. Um verdadeiro entreposto de homens, abastecimentos e material de todo o tipo com destino ao Niassa, na altura alcinhado de Estado de Minas Gerais. Por lá já andava o Jaime Neves, com a sua 2ª. Companhia de Comandos, sedeadada em Vila Cabral. Foi lá que conheci o saudoso Alferes Gonçalves, bem como o Vitor Ribeiro.

Quanto a mim a 2ª. Companhia de Comandos foi uma Sub-Unitade de excepção, muitíssimo bem enquadrada em Oficiais e Sargentos, em que sobressaía de forma evidente a grande capacidade de liderança de Jaime Neves. Foi lá que tiveram uma das raras, mas a importante baixa do Alferes Guimarães. Eu ia com frequência a Vila Cabral, sede do meu Batalhão Operacional, e recordo-me de ir encontrar o Jaime Neves, com um grande febrão de paludismo, deitado num colchão de ar, no chão, porque se recusava a ir para a enfermaria. Queria estar com os seus Homens.

Eu ia observando o seu comportamento exemplar e ia desenhando um objectivo para mim próprio: Ser Comando e poder comandar tropas especiais como aquelas.

Foi assim que numa primeira oportunidade me ofereci para os "Comandos".

E lá fui eu em 1970 para Luanda em nova comissão por imposição, com a 29ª. Companhia de Comandos para fazer o curso de Comandos no Centro de Instrução.

E no navio em que desembarquei em Luanda, embarcou Jaime Neves com a 28ª. com destino a Moçambique.

E passados que foram 4 duros e longos meses de instrução e igualmente exigente para todos, lá fomos para Moçambique ao encontro de Jaime Neves.

Várias vezes trabalhamos em conjunto ou estivemos estacionados em locais próximos. Foi sempre um grande prazer para mim, trabalhar com ele, pelo seu profissionalismo e grande competência. Pode-se ser tentado a pensar que Jaime Neves é um aventureiro, e que todos os seus êxitos se devem ape-



nas ao seu destemor. Nada mais errado! Em combate ele é minucioso, preciso e astuto. Nada fica ao acaso. A coragem e a determinação são as suas constantes qualidades de combatente exímio, a par duma permanente e forte liderança, mesmo nas situações mais difíceis.

Foi assim que mais tarde, em 25 de Novembro de 1975, no assalto ao quartel de Lanceiros, após as nossas baixas, sob fogo cruzado dos insurrectos, foi ele que impediu, agarrando-os pelos fundilhos, que os nossos Comandos saltassem os muros do quartel e o tomassem de assalto. Aí teria sido muito grave. Teria provavelmente havido um número de baixas muito elevado.

Foi sem tibiezas que em 25 de Abril de 1974 entrou pelo Terreiro do Paço e assaltou o Ministério da Defesa e do Exército, tendo ainda sido determinante na rendição da força contra-revolucionária de Lanceiros.

Em 1974, após o 25 de Abril, foi criado o Batalhão de Comandos da Amadora. Lá fui colocado e a partir de então lidamos sempre de muito perto e em estreita colaboração. Ao lado dele pude viver de muito perto os incidentes de 1974 e 75.

Uma das características da personalidade de Jaime Neves é que ele é muito teimoso. E como eu tenho mau feitio, por vezes discordávamos e tínhamos as nossas “pegas”. Mas quando chegávamos ao fim do dia de trabalho ele passava pelo meu gabinete, chamava-me e perguntava-me: “Então ainda estás chateado?” Metia-me o braço e convidava-me para um “copo”. A discórdia estava ultrapassada sem ressentimentos. É claro que permanecia a vontade dele, embora com algumas “nuances”, resultado da minha discórdia.

Em 25 de Novembro, estava eu no, extinto poucos dias antes, AML, em representação do Regimento de Comandos, quando tive conhecimento do golpe insurreccional. As nossas instalações eram no actual Ministério da Defesa.

Reuni o pessoal que se encontrava a aguardar colocação (alguns da Marinha e da Força Aérea), reuni as viaturas, carregamo-las com o material de guerra e munições que tínhamos à nossa carga e lá fomos nós em direcção à Amadora, onde entrei à paisana no Mercedes do General com mais sete viaturas de representação. Dirigi-me ao Gabinete do Comandante, onde já estava o Ten. Coronel Ramalho Eanes, em cuecas, a vestir o famoso camuflado, que usou durante todo o período de operações. Quando me vê, diz-me Jaime Neves: “Que estás tu a fazer à paisana?”. “Vai-te fardar”. E eu fui. E aí começaram as minhas novas funções e poucos dias depois fui nomeado comandante do Batalhão de Comandos nº. 12 que integrava as Companhias de Convocados.

Refira-se que estas Companhias a quem ainda não foi feito o justo reconhecimento público, eram constituídas pelos militares “Comandos”, oficiais, sargentos e praças que tendo feito pelo menos uma comissão em África, quando chamados pelos seus antigos comandantes largaram tudo, famílias e empregos, e acorreram ao Regimento para vestirem de novo a farda e prestarem novo serviço militar. Estas companhias foram decisivas no processo de contenção. Até hoje nunca percebi bem como é que o Governo e o Conselho da Revolução autorizaram a sua constituição. Deviam estar distraídos ou então subestimaram as capacidades desta Tropa. Após o 25 de Novembro houve que organizar devidamente o

Regimento de Comandos, teorias de actuação operacional, novas técnicas, métodos e conteúdos da Instrução.

Jaime Neves sempre foi um irrequieto. Gosta de acção. Não é propriamente um homem de gabinete ou de estado-maior. Por vezes era difícil.

Foram tantas as histórias passadas que um livro não chegava. Só contos duas.

Uma vez, nos primeiros dias de Novembro de 1974, sexta-feira à tarde, o comandante chama-me ao gabinete e diz-me:

“Olha, prepara-te que amanhã de manhã vamos dar uma volta”. Não fazendo a menor ideia, mas já habituado a surpresas, perguntei:

“Então e onde vamos?”. Resposta pronta:

“Vamos a Moçambique e voltamos. Vamos lá buscar duas companhias nossas e trazê-las para Luanda.”

“Mas e não levamos nada? Vamos assim de mãos a abanar?”.

“Sim. Levamos uma “fusca” cada um”.

E lá fomos nós com um 747 por nossa conta até à Beira. Quando aterrámos eu olho pela janela e vejo uns garotos da Frelimo, fardados com uns camuflados muito largos, uns descalços, outros de sapatilhas, com umas “Kalashs” maiores que eles. Já vamos ter chatice, pensei, e as “fuscas” que tiveram de viajar no porão. Felizmente à nossa espera na escada do avião estava o Brig. Costa Pinto, que nos conhecia bem, e que nos levou directamente para a sala VIP.

Enquanto Jaime Neves ficou na Beira para recolher a Companhia de Comandos que lá se encontrava eu segui para Nacala a recolher a outra. Estas Companhias tinham estado envolvidas nos incidentes de 31 de Outubro em Lourenço Marques. Quando cheguei a Nacala deparei com o quadro insólito duma companhia irradiando alegria porque estava convencida que ia regressar ao “puto”. Foi preciso muito tempo e persuasão para os convencer que afinal o seu destino de embarque era Luanda e não Lisboa. Entretanto a tripulação tinha-se trancado na cabina do piloto. Lá embarcaram todos em boa ordem e a bordo cada um escreveu uma carta que eu fui portador para Lisboa. Desembarcados em Luanda seguiam para o CIC, onde fiz a sua apresentação ao comandante, onde ficaram a terminar a comissão. Ao fim de 39 horas “non-stop” eu e Jaime Neves encontramos-nos em Lisboa.

A segunda história passa-se numa ida em exercício operacional à Beira Alta. No regresso Jaime Neves decide vir pelo Porto. O Brig. Pires Veloso, que tinha tido um acidente de helicóptero, estava internado no Hospital Militar.

Lá fomos visitá-lo, entrando pela porta principal. Após a visita desfilámos com as “chaimites” e demais viaturas ao longo da Avenida da Boavista, e em frente ao Hospital com continência à direita. O vice-rei do Norte à janela do seu quarto, surpreso e deleitado, correspondia à nossa continência.

Em resumo: Jaime Neves para mim é um grande amigo, de longa data, mas antes de tudo é um chefe de excepção, daqueles com quem se vai para qualquer lado. As suas características de líder, combatente corajoso, homem simples, humilde, tal como é, sem artifícios. Ele é uma “força da natureza”.

Ao ser promovido a Major-General conquistou muito merecidamente as suas estrelas. Foram precisos 34 anos para lhe ser feita justiça.

*Coronel “Cmd” (R)

OS COMANDOS

// Cristovão Avelar de Sousa*

NA ÓPTICA DE UM “PÁRA-QUEDISTA”

Foi-me pedida uma pequena dissertação sobre o tema em título. Faço-o com sentida satisfação pela oportunidade que me é dada para, publicamente, poder dizer algo que em consonância com aquilo que são as minhas experiências, os meus sentimentos e as minhas perspectivas relativamente às tropas “Comandos”.



Assim, começarei por reavivar algumas recordações das nossas vivências comuns, até porque as considero riquíssimas:

As resultantes da minha permanência no Teatro de Operações da Guiné durante duas comissões (1968/1969 e 1970/1971) onde para-quedistas e comandos combateram em situações particularmente difíceis contra um inimigo poderoso e bom conhecedor do terreno, procurando sempre estas tropas especiais fazer o seu melhor, conseguindo obter muitas vezes resultados ex-

traordinários. Em inúmeras operações estas tropas lutaram lado a lado.

Em 25 de Novembro de 1975, muito preocupado, dirigi-me ao Regimento de Comandos da Amadora pedindo ajuda para recolher uma significativa quantidade de armas e munições desembarcadas do navio Niassa, vindo de Angola, e que haviam sido apreendidas por forças hostis e, posteriormente, pura e simplesmente abandonadas sem qualquer guarda, no cais da Rocha de Conde de Óbidos. Fiquei impressionado pela eficácia dessa tropa, ao ver constituir-se a coluna de viaturas destinada a recolher o referido armamento, ainda antes de ter finalizado o meu pedido.

Na década de 80 quando, como Presidente de um Aeroclube civil, me disponibilizei para viabilizar a justa aspiração dos

“Comandos” na obtenção da qualificação de para-quedista. Ainda nos dias de hoje, considero esta qualificação como uma alternativa indispensável de inserção de tropas no campo de batalha, perfeitamente adequada e que complementaria e incrementaria a versatilidade, capacidades e possibilidades de emprego das tropas “Comandos”.

Em 1994, como Chefe do Estado-Maior do Corpo de Tropas Pára-quedistas, coube-me dar expressão prática aos conceitos superiormente definidos de criação do Comando de Tropas Aerotransportadas e, por parte do meu comandante directo, da integração dos “Comandos” com as tropas “Pára-quedistas”. Tudo isto foi feito com inteligência e sensibilidade, de tal modo que as tropas se harmonizaram sem confrontos nem roturas. Em 2000, já como Comandante das Tropas Aerotransportadas, tive a oportunidade de recolher os frutos da harmonia que ajudara a plantar. Assim, oficiais oriundos dos “Comandos” foram nomeados, sempre por proposta minha, comandantes de batalhão de para-quedistas e de unidades do Comando de Tropas Aerotransportadas. O meu adjunto foi sempre um Sargento-Mor “Comando” a quem eu, já em 1976, tinha ministrado o curso de para-quedismo civil. Um dos meus sucessores no comando daquela Força foi um Major-General oriundo dos “Comandos”.

Terminada a evocação de algumas das nossas vivências comuns, passemos a outros pontos, porventura mais importantes. Os “Comandos” sempre foram, para mim e desde a sua criação, a emanação do melhor que o Exército tem em termos de recursos humanos. Os seus quadros permanentes (oficiais e sargentos) rejeitam, por princípio, a mediocridade e, sobretudo, a acomodação. Com as praças ocorre um fenómeno idêntico àquele que se passa com as praças para-quedistas: elas são a nata do povo português, descendentes seguramente dos nossos melhores e mais heroicos antepassados.

A hostilidade, ou a pseudo-hostilidade, entre “Pára-quedistas” e “Comandos” sempre foi, em meu entender, instilada “de fora”, sobretudo por parte daqueles que pouco ou nada fazem, e a quem dá muito jeito que os “bons” se neutralizem em atitudes de pouco mérito e nenhum significado.

Reitero o que tive oportunidade de afirmar em 2001, numa cerimónia militar em Tancos após a reactivação do Centro de Tropas Comandos: “saúdo vivamente o reaparecimento destas tropas especiais, a quem o País muito deve, e que estarão sempre unidas aos para-quedistas pelas suas saudáveis rivalidades”. Considero que a plena realização na carreira das armas, que livremente escolhi, assenta em três factos, para mim relevantes: ter comandado uma Grande Unidade, ter entrado em combate e ter feito parte de uma tropa especial. Se não fosse “Pára-quedista”, seria certamente “Comando”.

*Major-General Pára-quedista (R)

As minhas impressões sobre os Comandos

// Alpoim Calvão*

A primeira vez que contactei com estas Forças de Élite, foi em 1964 na ilha do Como, na Guiné Bissau, durante a Operação “Tridente”.

Tratava-se de um grupo comandado por um alferes sobre o franjinote, com um grande chapelão preto, de nome Maurício Saraiva. Eram jovens, desembaraçados e a diversidade de atavios com que cobriam as cabeças—desde o quepi da Legião Estrangeira (Vassalo Miranda) aos pequenos bonés cubanos, demonstravam personalidade e a sua atitude perante a vida: alegres, faramalheiros na base logística e disciplinadíssimos na emboscada. Nos 70 dias da Tridente pude apreciar o modo como se movimentavam e mudavam de posição rápidos e mortais. Pareciam grandes predadores a flexionar os músculos antes do bote final.

Caíram bem no goto dos meus fuzileiros. Arranchávamos juntos muitas vezes e uma ou outra ocasião tiraram-me de apertos o que procurámos pagar da mesma maneira. Irmãoando todos muito acentuado, um grande amor à Pátria e um saudável espírito de emulação. Depois, durante os tempos que passei na Guerra do Ultramar, fizemos mais umas tantas operações juntos, a partir duma certa altura com os Comandos Africanos, em boa hora criados. Absorveram muito bem os ensinamentos ministrados, com grande espírito ofensivo e de persistência na acção. Foram galardoados com duas Torre e Espada: o Capitão João Bacar Djaló (morto em combate) e o actual Tenente Coronel Marcelino da Mata, que conheci como soldado e sendo um comandante de excepção ganhou uma notável série de Cruzes de Guerra. Acabada a Guerra, fui encontrar os que sobraram dos



fuzilamentos que a inércia e incompetência dos ministros negociadores de Argel não souberam(?) prever e contornar, abandonados à sua sorte e sobrevivendo à deriva e à matroca, por aquela terras. Tive a oportunidade de ajudar alguns, que ainda hoje trabalham comigo. São como eram: dedicados leais e esforçados. Nunca lhes ouvi uma palavra contra a Pátria que os abandonou. São Comandos e como todos os seus companheiros e camaradas, são de elevada estatura. SÃO HOMENS DE TRÊS METROS DE ALTURA.

*Capitão-Mar e Guerra. “Fuzo”

zuritel



Ligue já!
800 20 61 00

Chamada Gratuita

Uma parceria de confiança!

Através da parceria entre a Zuritel e a **Associação de Comandos**, os seus sócios e respetivo agregado familiar poderão beneficiar de **condições vantajosas** na subscrição dos seus seguros individuais.

- Fácil e Rápido
- Adesão imediata
- Sem encargos de fracionamento nos pagamentos por Débito Bancário
- Extensível ao seu agregado familiar!

Peça-nos já uma simulação!



ZURICH

As soluções de seguro mencionadas são da Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal e comercializadas através da Zuritel. A Zuritel é um serviço da Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal. Esta comunicação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.



// Carlos Martins Branco*

As Parcerias e a Transformação da Aliança

“Existe uma terceira área onde a OTAN deve ir mais além - envolver-se com o mundo para construir a segurança cooperativa. De uma forma simplificada, a Aliança deve desenvolver parcerias mais profundas, mais alargadas e práticas com países à volta do globo. Quando o nosso ultimo Conceito [Estratégico] foi adoptado em 1999, a OTAN podia atingir os seus objectivos recorrendo apenas aos seus membros. Os parceiros eram bem vindos mas não eram essenciais. Mas hoje, os nossos parceiros fornecem tropas, os seus territórios para trânsito, apoio financeiro e político. E nós ajudamo-los, tornando as suas vizinhanças mais seguras. A cooperação com os nossos parceiros é essencial, para eles e para nós.”

Secretário-Geral da OTAN,
Bruxelas, 8 de Outubro de 2010

Nos primórdios da década de noventa, a OTAN iniciou uma política de diálogo e cooperação com os países que emergiram da dissolução do Pacto de Varsóvia, a qual não só se tem mantido até aos dias de hoje, como se tem vindo a reforçar e progressivamente a alargar a outras regiões do globo adquirindo, por isso, uma importância cada vez maior. Pretendemos, pois, com este artigo mostrar o modo como esse diálogo e cooperação se têm desenrolado e evidenciar o papel que as parcerias têm tido na transformação da Aliança. Esse diálogo e cooperação materializa-se, entre outras coisas, através de programas acordados entre a OTAN e os parceiros, nos quais são estabelecidos os termos desse relacionamento.

Os objectivos da cooperação variam consoante o interesse que cada parceiro coloca no seu relacionamento com a Aliança. Podemos considerar as seguintes quatro categorias genéricas de objectivos da cooperação: aumentar a segu-

rança internacional; promover a reforma do sector de defesa e a modernização das forças armadas; preparar os parceiros para participarem em operações sob a liderança da OTAN (interoperabilidade); e preparar os parceiros para se tornarem membros da Aliança. Ajudar os parceiros a serem interoperáveis com as forças da Aliança é seguramente o objectivo mais importante do ponto de vista militar.

As relações entre a OTAN e os parceiros baseiam-se numa reciprocidade de benefícios, num diálogo de pares inter pares. As parcerias tornaram-se um elemento fundamental da identidade da OTAN a qual merecerá, inclusivamente, uma análise do ponto de vista geoestratégico, abordagem essa que ultrapassa os objectivos daquilo que nos propomos aqui discutir. Apesar das parcerias serem um tema iminentemente político, paradoxalmente, a sua implementação manifestou-se através de actividades que, na sua maioria, e de um ou de outro modo são do foro militar.

AS PARCERIAS: UMA HISTÓRIA COM CERCA DE 20 ANOS

Uma análise do papel desempenhado pelas parcerias no processo de transformação da Aliança desde a queda do muro de Berlim obriga-nos a uma romagem histórica. Embora o processo das parcerias seja menos visível que o das operações da OTAN, a verdade é que têm sido as parcerias que têm determinado a parte visível da nova OTAN, nas décadas que se seguiram ao colapso do Pacto de Varsóvia, não só contribuindo decisivamente para o alargamento da Aliança de 16 membros, em 1991, para os actuais 28, como no tremendo esforço político que levou países a associarem-se às operações de gestão de crises lideradas pela organização, em que o caso do Afeganistão é o mais ilustrativo, com a participação de cerca de 50 parceiros, lado a lado com os aliados e, em muitos casos, com uma participação mais expressiva que estes.

Uma característica fundamental do processo de transformação da Aliança tem sido a adesão de novos membros. O alargamento mais recente foi em 2008 com a adesão da Croácia e da Albânia após um “estágio” como parceiros, o qual permitiu à Aliança certificar-se que aqueles cumpriam os critérios exigidos.

A importância do tema fez com que fosse tratado em quase todas as cimeiras. As duas últimas - Lisboa e Chicago - foram particularmente importantes no capítulo das parcerias. A primeira porque acordou um novo Conceito Estratégico apoiado em três pilares, sendo as parcerias a base fundamental do terceiro, ou seja, a Segurança Cooperativa; e a segunda porque confirmou as orientações tomadas em Lisboa e ordenou a implementação dessas mesmas decisões.

As parcerias encontram-se organizadas segundo quadros de cooperação em que os países parceiros são agrupados segundo um critério geográfico. O quadro de cooperação inicial foi a Parceria para a Paz (PpP) na qual se inserem os países da Europa Central e de Leste, assim como os novos países da Ásia Central que emergiram com o colapso da União Soviética. À Parceria para a Paz juntaram-se o designado “Diálogo para o Mediterrâneo” (DM) agrupando países da margem Sul do Mediterrâneo, a Iniciativa de Cooperação de Istambul (ICI) agrupando países do Médio Oriente, e mais recentemente os Parceiros Através do Globo (PATG) que inclui países do Sudeste asiático.

A PARCERIA PARA A PAZ

A Parceria para a Paz (PpP) foi o primeiro projecto de parcerias e ainda hoje é o mais importante. Foi lançada em 1994 e tinha como objectivo aumentar a estabilidade, diminuir as ameaças à paz no espaço Euro-Atlântico e reforçar as relações de segurança entre os parceiros e a OTAN. A base formal da PpP é um documento quadro que define as responsabilidades e deveres dos países que nela parti-

cipam, nomeadamente o empenhamento político que estes devem ter em preservar sociedades democráticas, manter os princípios do Direito Internacional, cumprir as obrigações da Carta das Nações Unidas e dos Direitos Humanos.

Foi sob a égide da PpP que antigos países comunistas reuniram as condições para se tornarem membros da Aliança, o que já ocorreu com doze antigos membros da PpP. Note-se que dos 22 actuais membros da PpP apenas quatro querem ser membros da Aliança (Antiga República Jugoslava da Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Geórgia e Montenegro). Os restantes querem cooperar com a Aliança em diversos domínios, nomeadamente na reforma do sector de segurança e no desenvolvimento de interoperabilidade, mas sem que isso signifique que tenham a adesão no horizonte.

O Conselho da Parceria Euro-Atlântica (EAPC) é o fórum político onde a OTAN e os membros da PpP têm consultas regulares sobre assuntos de segurança e defesa. A nível militar existe um fórum de consulta que reúne regularmente - o Comité Militar da Parceria Euro-Atlântica - tanto ao nível de Representantes Militares como de Chefes da Defesa.

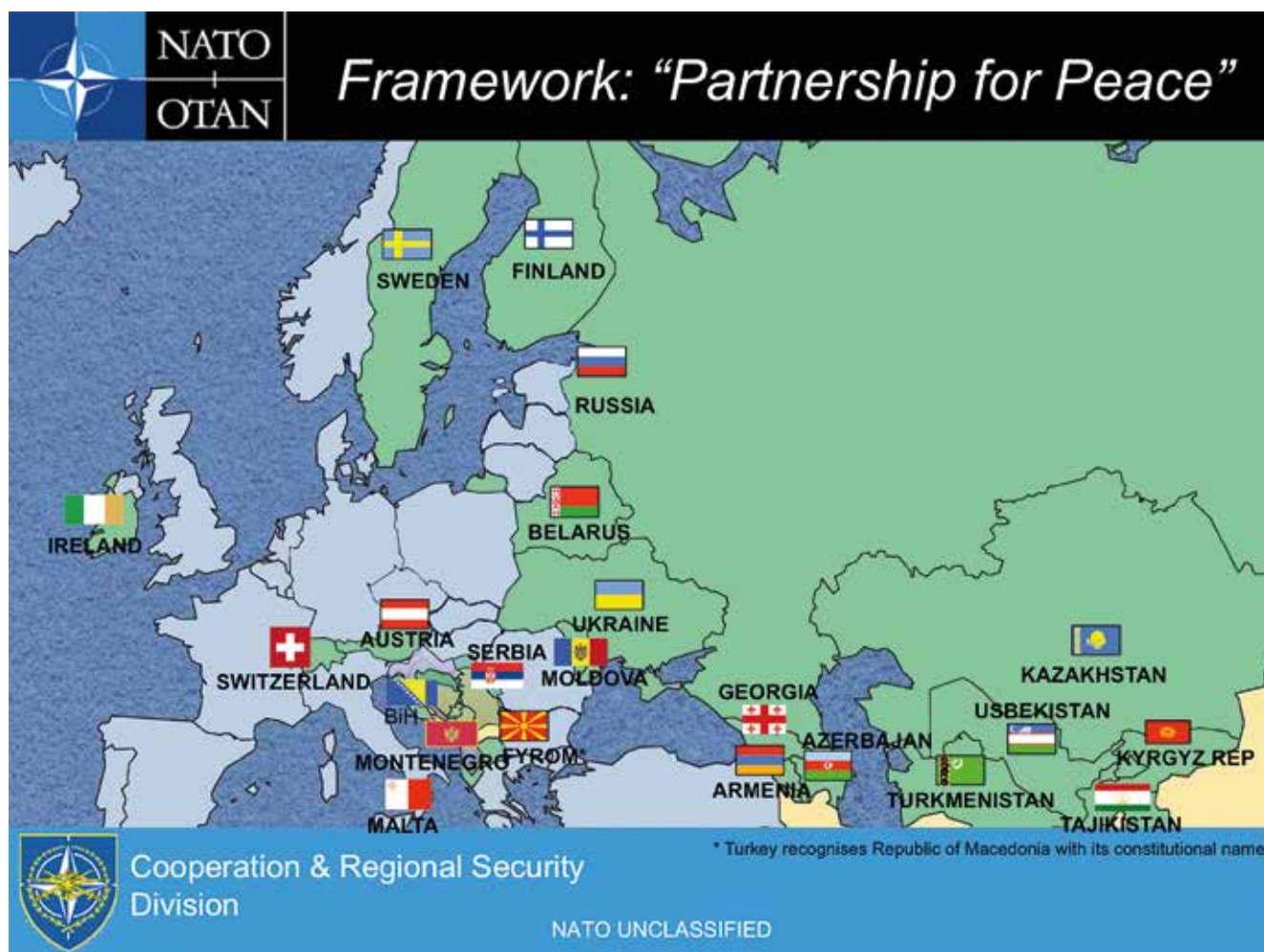
No seio da PpP encontramos os parceiros da Europa Ocidental que também são membros da União Europeia e com quem partilham algumas capacidades. Mas também encontramos os parceiros do Cáucaso do Sul que se têm revelado cruciais na preservação da estabilidade nesta importante região estratégica. E os parceiros da Ásia Central, os quais fornecem um tremendo apoio à OTAN, muitos dos quais com um impacto directo na missão da Aliança no Afeganistão.

AS PARCERIAS ESPECIAIS: RÚSSIA, UCRÂNIA E GEÓRGIA

Situações políticas especiais fizeram com que se tivessem desenvolvido relações especiais com a Federação Russa, a Ucrânia e a Geórgia, apesar de já integrarem a PpP. A Rússia tem sido um parceiro especial da OTAN desde 1997, quando assinou com a OTAN o “Acto da Fundação”. Desde essa data, as relações nunca mais deixaram de se aprofundar. Em 2002, no seguimento da assinatura da Declaração de Roma, foi criado o Conselho OTAN-Rússia que passou a ser a mais alta autoridade política que dirige a cooperação entre a OTAN e a Rússia.

De salientar um desenvolvimento qualitativo que emerge desta nova relação: o processo de decisão a 29 países (28 da OTAN mais a Rússia), o qual não existe em mais nenhum arranjo da OTAN. Na Cimeira de Lisboa, a parceria com a Rússia foi elevada ao estatuto de parceria estratégica e tornou-se, por isso, o segundo assunto mais importante na agenda da Aliança, imediatamente a seguir ao Afeganistão.

As actividades do Conselho OTAN-Rússia desenvolvem-se em 11 comités. O Comité dos Representantes Militares desempenha um papel particularmente importante. É aí que se



acordam os termos da cooperação militar entre a OTAN e a Rússia, a qual tem sido crucial no reforço das relações entre ambas. É no âmbito do Conselho OTAN-Rússia que se discutem todos os aspectos da cooperação: combate ao narcotráfico, treino da manutenção dos helicópteros das Forças Afegãs, trânsito de material pelo território da Federação Russa, contra-terrorismo, etc.

Embora o Afeganistão seja um domínio de intensa cooperação entre a OTAN e a Rússia, a cooperação vai muito para além do Afeganistão. Salienta-se a cooperação no campo da notificação de actividades aéreas suspeitas através da facilitação da interoperabilidade na gestão do espaço aéreo. A contra-pirataria é outro domínio onde se tem verificado uma cooperação frutuosa, em particular no Corno de África. A OTAN também coopera com a Rússia na resposta a desastres naturais, como sejam tremores de terra e inundações, destruição de munições e no domínio técnico e científico.

Considerado por muitos, incluindo o lado russo, como o driver da cooperação OTAN-Rússia, a cooperação militar inclui as seguintes seis áreas: logística, combate ao terrorismo, busca e salvamento no mar, contra pirataria, encontros académicos militares e defesa anti-missil de Teatro. Mas é também

neste forum que se confrontam e gerem as divergências, nomeadamente no que respeita ao projecto de defesa anti-missil da OTAN e os aspectos da possível interoperabilidade entre os sistemas de defesa anti-missil da OTAN e da Rússia.

Por seu lado, a parceria com a Ucrânia, como sucedeu com a Rússia, remonta ao ano de 1991, quando a Ucrânia aderiu ao Conselho de Cooperação do Atlântico. Mas a relação especial com OTAN só teria lugar em 1997 com o estabelecimento da Comissão OTAN-Ucrânia e a assinatura de uma Carta sobre uma Parceria Distinta. A Comissão OTAN-Ucrânia é o forum de tomada de decisão relativamente às actividades de cooperação. Esse estatuto viria a ser reforçado em 2005 com a atribuição do estatuto de um Diálogo Intensificado, visando então a adesão.

Tudo indicava que a Ucrânia viria brevemente a tornar-se membro da OTAN. Mas o colapso da “Revolução Laranja” e a adopção pelas novas autoridades em Kiev de uma “política não-bloco” resultou numa pausa nesse caminho. A mudança de prioridades na política externa ucraniana não afectou, em termos gerais, o nível de cooperação com a OTAN, a qual continua com grande intensidade, sobretudo no campo militar. Um domínio de intensa cooperação é o da reforma do

sector de defesa, mas a escassez de recursos financeiros re-frearam a ambição em implementar reformas.

A cooperação com a Ucrânia inclui a cooperação técnica de defesa no campo do armamento, com enfoque no aumento da interoperabilidade. O planeamento civil de emergência é outro domínio de estreita cooperação. A Ucrânia tem ainda participado activamente em programas científicos da OTAN. Para além disso, a Ucrânia tem permitido o sobrevoo do seu território às forças a prestar serviço no Afeganistão.

A cooperação militar tem aumentado de complexidade e sofisticação. Tem ajudado ao desenvolvimento de capacidades operacionais e à interoperabilidade com a OTAN e tem demonstrado ser um mecanismo efectivo para apoiar a transformação das forças armadas Ucrânicas, à reforma no sector da defesa e à profissionalização. A Ucrânia prepara-se igualmente para se envolver com a OTAN num programa ambicioso no domínio da standartização.

A Ucrânia participa ainda na implementação de projectos conjuntos de defesa, como sejam a troca de informação sobre Vigilância Aérea (ASDE) e Comando, Controlo e Comunicações. Deve igualmente salientar-se o facto da Ucrânia ter sido o primeiro parceiro a contribuir para a NRF e participar activamente nas operações lideradas pela OTAN. Mais recentemente, a Ucrânia juntou-se ao grupo de parceiros que participam no planeamento da missão da OTAN no Afeganistão, a ter lugar após 2014, no seguimento da ISAF.

No que respeita à Geórgia, atribuição de um estatuto de uma parceria especial é mais recente e surge no rescaldo do conflito com a Rússia, em Agosto de 2008, quando é estabelecida a Comissão OTAN-Geórgia. Também com a Geórgia a cooperação é intensa em vários domínios, nomeadamente no militar. A Geórgia é o maior contribuinte não aliado com forças para a ISAF.

O DIÁLOGO PARA O MEDITERRÂNEO

Em 1994, a principal preocupação estratégica da Aliança residia nos antigos países do Pacto de Varsóvia. Mas eram já evidentes as preocupações dos aliados com o impacto que a instabilidade noutros espaços pudesse ter na área Euro-Atlântica. A criação do Diálogo para o Mediterrâneo, em 1994, integrando sete países da margem Sul do Mediterrâneo (Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) foi um claro indicador dessas preocupações. Foi inicialmente concebido apenas como um fórum de consultas políticas de efeito prático reduzido.

Na Cimeira de Istambul, em 2004, o Diálogo para o Mediterrâneo elevou-se ao estatuto de uma parceria genuína passando a incluir igualmente um fórum militar. Os desenvolvimentos têm sido limitados mas consistentes. Alguns países deste Quadro de cooperação têm participado em operações lideradas pela OTAN e têm-se envolvido em iniciativas no campo da interoperabilidade.

Ao contrário da PpP, não foi acordado até aos dias de hoje um documento quadro político de referência semelhante ao existente na PpP. Na Cimeira de Chicago, os Chefes de Estado e de Governo, determinaram a continuação ao nível político dos trabalhos conducentes à elaboração de tal documento. Dois aspectos fundamentais afectam o aprofundamento da cooperação do Diálogo para o Mediterrâneo: as divergências entre alguns países árabes e Israel sobre o conflito Israel-palestiniano e uma percepção negativa da população em relação à Aliança. Este será um domínio onde a Aliança terá de efectuar um esforço adicional.

A INICIATIVA DE COOPERAÇÃO DE ISTAMBUL

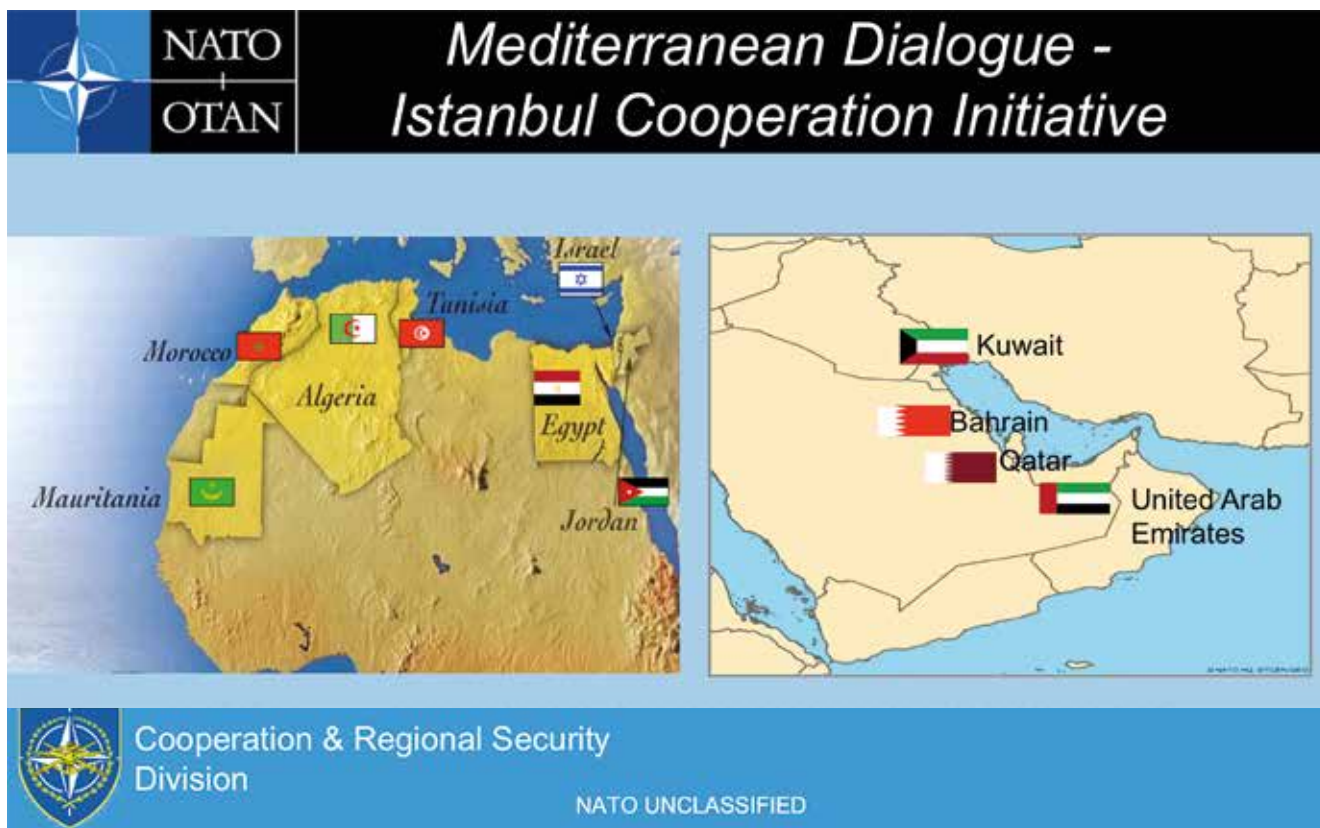
As preocupações com a segurança em determinadas regiões do globo cuja instabilidade possa ter repercussões na região Euro-Atlântica levou a Aliança a celebrar novas parcerias, mas desta feita com países do Médio Oriente. É neste contexto que surge em 2004 a “Iniciativa de Cooperação de Istambul”, integrando quatro países da região do Médio Oriente (Kuweit, Bahrein, Qatar e Emiratos Árabes Unidos). Este é o Quadro em que a cooperação com a OTAN é menos ambiciosa e a disponibilidade dos países que a integram para participarem em projectos de cooperação é menos exigente.

Dois aspectos fundamentais afectam o aprofundamento da cooperação na Iniciativa de Cooperação de Istambul: a percepção negativa da população em relação à Aliança. Este será um domínio onde a Aliança terá igualmente de efectuar um esforço adicional; mas sobretudo pelas garantias de segurança que os Estados Unidos garantem a estes países e que a OTAN não poderá proporcionar. O facto da Aliança não poder proporcionar tais garantias leva a que as elites da região questionem a necessidade do aprofundamento das relações com a Aliança.

PARCEIROS ATRAVÉS DO GLOBO

Em 2006, após a Cimeira de Riga, a NATO iniciou programas de cooperação com quatro países localizados no Sudeste asiático (Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão) os quais passaram a ser conhecidos no jargão da OTAN como “Países de Contacto”. A razão desta aproximação e do aprofundamento do diálogo com estes países advém fundamentalmente da sua relevância operacional e das contribuições para as operações lideradas pela OTAN (i.e. no Kosovo e no Afeganistão).

Com a Cimeira de Lisboa, aqueles parceiros passaram a designar-se “Parceiros Através do Globo” (PATG), cabendo também nesta designação o Paquistão, o Iraque e o Afeganistão. No início de 2012, a Mongólia juntou-se ao grupo tornando-se no oitavo PATG. Este grupo é particularmente heterogéneo sendo grandes as diferenças entre os países



que o incluem no que respeita ao nível de desenvolvimento, estabilidade política e nível de ambição no seu relacionamento com a OTAN.

Como sugerido atrás, o aumento da cooperação da OTAN com países daquela região do mundo surge como uma consequência do conflito no Afeganistão. Sem o Afeganistão estas relações não se teriam desenvolvido, pelo menos ao nível presentemente verificado, e num período de tempo tão reduzido. Por conseguinte, esta parceria foi predominantemente concebida no contexto da operação internacional no Afeganistão.

Os quatro primeiros PATG são sobretudo países contribuintes com forças para as operações lideradas pela OTAN. As suas parcerias encontram-se orientadas para assuntos operacionais concretos. Mas as razões e as motivações para cooperar com a OTAN diferem de país para país. Alguns deles, nomeadamente a Austrália, tornaram-se mais exigentes no que respeita, por um lado, à necessidade da OTAN partilhar mais informação com os parceiros, especialmente em assuntos relacionados com as operações em participam, por outro, a um maior envolvimento no policy-shaping e no decision-making da Aliança. Como consequência desta insistência, alguns destes parceiros foram convidados para participarem no planeamento da operação da OTAN no Afeganistão pós-2014, situação absolutamente inusada.

Para além daquilo que foi referido, a cooperação com este grupo de países não deve ser vista de uma forma isolada, mas directamente relacionada um debate mais geral da re-

definição do papel da Aliança em assuntos de segurança global, nomeadamente naquela região do globo. A ideia de uma segurança global avançada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido não obteve consenso na Cimeira de Riga, em 2006. A parceria sob a forma dos Países de Contacto representou uma solução de compromisso, mas o debate sobre qual deve ser a direcção e a forma exacta das parcerias da Aliança para além da região Euro-Atlântica encontra-se ainda nos primórdios. Uma vez que a adesão e o projecto da Parceria global parece estar fora de questão, coloca-se a questão de saber o que estes países esperam da OTAN e como é que esta poderia corresponder às suas expectativas.

AS PARCERIAS APÓS A CIMEIRA DE LISBOA

O Conceito Estratégico aprovado em Lisboa identificou a missão da Aliança com base em três tarefas principais (core tasks): Defesa Colectiva, Gestão de Crises e Segurança Colectiva. Seguramente que os parceiros não contribuirão para a primeira - defesa colectiva, mas no que respeita às restantes duas tarefas o seu envolvimento é crucial. A contribuição dos parceiros para a segunda tarefa - Gestão de Crises - é igualmente uma realidade pelo facto da esmagadora maioria dos parceiros participar nas operações lideradas pela OTAN de diversos modos (contribuições financeiras, acordos de trânsito, direitos de sobrevoo ou com tropas no terreno). A sua participação tornou-se não só necessária como essencial.



O ímpeto dado às parcerias em Lisboa encontra-se reflectido na terceira tarefa “Segurança Cooperativa”, a qual tem como premissa o facto da segurança do espaço Euro-Atlântico tem de ter em consideração os desenvolvimentos de segurança para além das fronteiras da Aliança. Conceito complexo, “Segurança Cooperativa” pode-se definir de uma forma simples como a capacidade da Aliança reforçar a segurança através de parcerias com países relevantes e com outras organizações internacionais.

Na lógica apontada, a Aliança procura estabelecer formas de comunicação com novos países, nomeadamente as potências emergentes (Índia, China e Brasil), mas também com países como a Indonésia e a África do Sul, sustentada por encontros de alto nível com o objectivo de procurar formas de entendimento. Enquanto até aqui as parcerias eram vistas fundamentalmente como cooperação com Estados, a partir de Lisboa passou-se a dar uma ênfase muito particular ao relacionamento com organizações internacionais e regionais, com a ONU e a União Europeia à cabeça.

Na sequência das decisões tomadas em Lisboa, os aliados acordaram na reunião de ministros dos negócios estrangeiros de Abril de 2011, em Berlim, uma nova política de parcerias, a qual visa aprofundar e alargar as parcerias da OTAN através e para além dos quadros actualmente existentes.

É neste contexto que surgem os chamados “formatos flexíveis” especialmente concebidos como foruns ad hoc de diálogo para discutir assuntos específicos com uma comunidade de parceiros particularmente interessada em discutir e cooperar com a Aliança naqueles assuntos, para os quais os Quadros formais das parcerias não serão as melhores soluções. Os formatos flexíveis foram criados a pensar em foruns onde se discutisse o envolvimento dos parceiros nos designados desafios de segurança emergentes identificados em Lisboa (cibersegurança, contra-terrorismo, não-proliferação de armas de destruição massiva, segurança marítima).

Para além do envolvimento dos parceiros nos desafios de segurança emergentes, a Aliança prevê igualmente o envolvimento dos parceiros em projectos da designada “Defesa Inteligente”, embora a forma como isto irá ocorrer terá ainda de ser discutida no seio da Aliança. Com os países da OTAN a viverem um período de grande austeridade, resta saber se existirão os recursos necessários para sustentar um programa de parcerias tão ambicioso.

* Major General Comando
Director da Cooperação e Segurança Regional
do Estado-Maior Militar Internacional,
OTAN (Bruxelas)



MARTINHAL
"europe's finest luxury family resort"

MARTINHAL BEACH RESORT & HOTEL

O DESTINO PERFEITO PARA
A SUA ESCAPADELA EM FAMÍLIA!

O resort, localizado na praia do Martinhal, em Sagres, é o local ideal para férias e escapadelas em família. Com muitos dias de Sol e temperaturas amenas durante todo o ano todos os elementos da família poderão relaxar e descontraír no cenário idílico junto ao mar. Apresentando um Hotel de 5 estrelas com 38 quartos e uma vasta selecção de espaçosas casas de família, a essência do Resort é o luxo despretensioso e hospitalidade genuína, oferecendo uma alternativa contemporânea aos mais tradicionais Resorts da Europa. Existe uma grande variedade de actividades e facilidades para famílias incluindo 4 piscinas, Finisterra Spa, Creche e Kids club, 3 restaurantes, Mercado - a nossa loja de conveniência, loja de roupa Biondi Couture, ginásio, campos de ténis e padel ténis, bicicletas, aulas de surf, e muito mais!

Para mais informações por favor visite www.martinhal.com ou contacte-nos através do telefone **282 240 200** ou via e-mail para info@martinhal.com

www.facebook.com/martinhalbeachresortandhotel



Design que faz
crescer água na boca



Chegou a nova Qosmo da Delta Q.
Uma máquina com um design único e 100% português, fácil de transportar
e capaz de tirar o café Delta que há muito os portugueses se habituaram a beber.
Qosmo da Delta Q. A máquina perfeita para o café perfeito.





// Álvaro de Souza Pinheiro *

O COMBATE AO TERRORISMO TRANSNACIONAL CONTEMPORÂNEO

A ONU E O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS: REFLEXOS NO BRASIL

A AMEAÇA TERRORISTA TRANSNACIONAL CONTEMPORÂNEA

Muito embora, ponderável parcela da opinião pública nacional, em função de seus endêmicos despreparo e desinformação, e também, uma elite intelectual, político-ideologicamente motivada, acreditem que o Brasil está imune a este tipo de ameaça, na atualidade, está evidente nos cinco continentes, sobretudo, após os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, uma idéia força de que o "Terrorismo Transnacional Contemporâneo" tornou-se a principal ameaça à paz e à segurança internacionais.

Na verdade, o fenômeno do Terrorismo, da forma como se apresenta na atualidade, é uma ameaça antiga com roupagem nova. Sua ocorrência remonta à Idade Antiga, quando, ainda no Sec II, marcou presença no conflito armado entre Roma e Cartago. No Sec XI, a história registra a presença dos "Assassinos", seita muçulmana de etnia xiita, que buscava a eliminação sumária de cristãos e de muçulmanos rivais da etnia sunita. No final do Sec XVIII (1793-1794), por ocasião da derrubada da monarquia pela Revolução Francesa - "A Queda da Bastilha", ocorre a primeira manifestação do terrorismo com motivação político-ideológica. "Os Jacobi-

nos" eliminavam antagonistas com métodos sumários de execução em massa, no que a História reconhece como "Repressão Revolucionária Preventiva". No Sec XIX, a violência extremista marca presença pelo surgimento da filosofia anarquista de *Bakunin*.

A década de 1970 vem marcar o encontro da violência revolucionária com o marxismo-leninismo, ocorrendo a proliferação de movimentos que, contextualizando o terrorismo internacional no "Conflito Leste-Oeste", passam a empregar a violência extremista como instrumento de suas ações revolucionárias. Tais grupos armados empregavam um "terrorismo clássico", cujo papel era eminentemente tático, no contexto daqueles movimentos revolucionários característicos da época da Guerra Fria. Na América Latina, destacaram-se como grupos armados que utilizaram intensiva e extensamente, esta forma de violência extremista, em ambientes operacionais urbanos e rurais: os "Tupamaros", no Uruguai; os "Montoneros", na Argentina; o "Sendero Luminoso", no Peru; a "Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional", em El Salvador; e as "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - FARC", que, inclusive, mantém-se ativas, naquele País vizinho, até os dias de hoje.

Esse cenário foi, inclusive, vivenciado no Brasil, cuja profícua e muito bem sucedida experiência de combate ao terrorismo (desencadeada sem a presença nem de tropa, nem de asses-



Comandos do 1º BAC / Bda Op Esp executando Infiltração Terrestre.



Comandos do 1º BAC / Bda Op Esp executando lançamento por pára-quedas de Anv C-130 da FAB.

sores estrangeiros, o que é internacionalmente reconhecido como uma lisonjeira exceção naquele cenário latino-americano), no período 1968-1974, foi objeto de várias observações da conceituada analista *Claire Sterling*, no best seller de sua autoria - "*The Terror Network: The Secret War of International Terrorism*". Numa dessas referências, ela se reporta ao "*Minimanual do Guerrilheiro Urbano*" (tornado público em julho de 1969), de autoria de Carlos Marighella, ratificando que, naquele momento, essa obra constituiu-se numa significativa fonte doutrinária sobre atividades terroristas diversificadas para organizações, tais como: "*Irish Republican Army - IRA*" (irlandês); "*Baader-Meinhoff*" (alemão); "*Black September*" (palestino); "*Brigate Rossi*" (italiano); "*Euskadi ta Askatasuna - ETA*" (basco); e outros. Segundo vários serviços de inteligência internacionais, essa publicação, ainda hoje, orienta as atividades de inúmeras células terroristas de diferentes países. Seu conhecimento, portanto, tornou-se um subsídio obrigatório no preparo para forças de segurança engajadas na prevenção e no combate ao terrorismo, em todo o mundo. No próprio "*Joint Publication 3-26 - COUNTERTERRORISM, 13 November 2009*", Manual Conjunto de Contraterrorismo das Forças Armadas dos EUA, são feitas referências àquela obra de autoria de Marighella.

A partir da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a violência extremista caracterizada pelo terrorismo ganhou um papel eminentemente estratégico, tornando-se uma forma de projeção de poder à distância, por meio de sua transnacionalidade contemporânea, que passou a ter um fim em si mesmo. Novas formas de nacionalismo, sectarismo religioso, bem como, o fundamentalismo islâmico, mudaram drasticamente o ambiente operacional psicossocial global, em função do emprego do que, hoje, identifica-se universalmente, como Terrorismo Transnacional Contemporâneo.

A lógica da confrontação que, na Guerra Fria, era caracterizada por uma certa previsibilidade, em função de objetivos palpáveis e definidos, deu lugar, na atualidade, à uma imprevisibilidade absoluta, primeiro, pela existência de uma amea-

ça transnacional (e não mais localizada); segundo, pelo fato de que as organizações terroristas passaram a operar, tendo como sua motivação preponderante, a idéia de que quanto maior a destruição, melhor. A lógica fica completamente prejudicada quando se faz necessário combater indivíduos que nada mais tem a negociar, e que, visando causar o maior terror possível, usam como instrumento desse terror, a sua própria morte, e que ambicionam atingir o "paraíso", matando, indiscriminadamente, em nome de Deus (terrorismo suicida).

Nesse contexto, embora as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) mantenham-se os mesmos da época da Guerra Fria (sequestros, assassinatos, atentados a bomba, incêndios criminosos, tomada de instalações diversificadas à viva força, golpes de mão e incursões), a metodologia da seleção do pessoal, e o preparo e adestramento das células terroristas, hoje, integradas por elementos de elevado nível técnico-profissional, com a utilização intensiva de tecnologia de ponta, inclusive, da tecnologia da informação, tornou ainda mais complexa e de difícil execução, a prevenção e o combate a essa solerte e insidiosa ameaça.

A posse e o emprego de meios classificados como "armas de destruição em massa", os temíveis agentes QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares) incorporou-se definitivamente dentre os objetivos a serem atingidos pelas principais organizações terroristas da atualidade. As informações contidas na sintética apreciação abaixo transcrita, foram extraídas do Doc "Terrorist CBRN; Materials and Effects", elaborado pelo "Directorate of Intelligence/Central Intelligence Agency".

No que se refere aos agentes químicos, tais como Gás Mostarda; VX; Sarin; Gás Cloro; Gás Cianídrico; e outros, são adquiridos e implementados com facilidade, resultando um efeito imediato devastador. Quanto aos agentes biológicos, tais como Antraz; Botulismo; Peste; Varíola; Tularemia; Febres Virais Hemorrágicas; e outros, são de aquisição complexa, porém, de utilização de grande facilidade, resultando um efeito imediato devastador. Quanto aos agentes radiológicos e nucleares, sua aquisição e utilização são de gran-



de complexidade, embora, possam ser obtidas por meio de roubo, compra ilegal ou cessão por governos simpatizantes. Há que considerar-se, de forma muito especial, a caótica ameaça dos ataques cibernéticos. Tecnologia de ponta, pessoal qualificado na exploração de vulnerabilidades na internet, tudo resultando em efeitos catastróficos sobre as diversificadas redes de infraestruturas nacionais e regionais críticas, inclusive de segurança e defesa. Esta ameaça já se consolidou como um contundente pesadelo dos sistemas de inteligência do mundo civilizado.

CONCEITO DE TERRORISMO

No que se refere à conceituação de Terrorismo, há que se destacar uma sintomática inexistência de consenso, dentre aquelas existentes. Mesmo nos EUA, nas conceituações adotadas pelos Departamento de Defesa (DOD) e Departamento de Estado (DOS), registra-se uma significativa diferenciação, senão vejamos:

“É a ameaça ou o emprego ilegal da força ou da violência contra indivíduos e propriedades, para coagir ou intimidar governos e sociedades, visando atingir objetivos políticos, ideológicos ou religiosos.” (Departamento de Defesa /OTAN).

“É a violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes, por grupos não nacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência”. (Departamento de Estado).

Fica clara uma profunda idiossincrasia entre estes dois conceitos, na medida em que o Departamento de Estado só caracteriza o atentado terrorista, quando exclusivamente perpetrado contra alvos não-combatentes (não reconhecendo atentados contra elementos das Forças Armadas).

A conceituação adotada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) aproxima-se muito daquela formulada pelo Departamento de Estado dos EUA. “É a violência premeditada, politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes e, geralmente, destinada a influenciar uma audiência, e que pode ser apoiada por Estados.” (ABIN).

Na verdade, em organismos internacionais, como é o caso da ONU, a dificuldade de consenso para conceituar o fenômeno do terrorismo se deve ao fato alegado que, muitas vezes, a conjuntura política internacional se divide ao avaliar determinados atos de violência extremista, que tanto são identificados como terroristas por alguns Estados, assim como são vistos como atos legítimos de heróica resistência por outros (nesse caso, os terroristas seriam vistos como “*freedom fighters*”).

Há que se ter em mente, entretanto, que esta inexistência de consenso na conceituação não significa que a comunidade internacional não saiba identificar com precisão o que venha a ser um ato terrorista. Uma evidência dessa realidade fica perfeitamente caracterizada na obra “*Political Terrorism*”, do conceituado analista inglês Paul

Wilkinson, quando numa série de observações, registradas no parágrafo abaixo, ele define com rara propriedade esta violência extremista:

“O que distingue o terrorismo de outras formas de violência não é apenas a sua severidade, mas, sobretudo, a sua amoralidade plena e o total desrespeito às legislações vigentes... Trata-se de uma violenta manifestação de que os fins justificam os meios... Na tentativa de atingir seus objetivos, as organizações terroristas repudiam qualquer compromisso com os códigos éticos e morais vigentes no mundo civilizado, declarando-se totalmente isentas dessas obrigações... Deflagrada de forma deliberada, a violência sacrifica, sem contemplação, qualquer tipo de consideração de caráter humanitário, sobretudo, o respeito à vida e à dignidade humanas... A clemência, a misericórdia e a compaixão são vistos como fraquezas de origem judaico-cristã, e como tal, devem ser drasticamente rejeitadas.”

Mais do que nunca, há que se ter em mente que o terrorismo é uma forma de guerra psicológica, o que absolutamente não impede, muito pelo contrário, estimula, a ocorrência de baixas letais, na sua maioria, de cidadãos civis não combatentes.

CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS CONTEMPORÂNEAS

Esta classificação pode ser feita conforme vários aspectos. Em função de seus objetivos estratégicos e modus operandi, é possível classificar as atuais organizações terroristas em quatro grandes grupos:

- 1ª variante: organizações terroristas inseridas no contexto de movimentos revolucionários, desencadeando atentados em conjunção a atos de subversão e guerrilha, visando à derrubada do sistema político vigente. Ex. *FARC* e *ELN* (Colômbia); e a Frente de Libertação *Abu Sayyaf* (Filipinas).
- 2ª variante: organizações terroristas que, apesar do engajamento em causas tidas como justas, em função do radicalismo de suas posições, mostram-se incapazes de obter um significativo apoio popular. Ex. Grupo Separatista Basco *ETA* (Espanha) e as Autodefesas Unidas da Colômbia (*AUC*).
- 3ª variante: organizações terroristas que seguem as diretrizes emanadas de governos de estados nacionais patrocinadores, visando à consecução de objetivos diversificados. Ex. *Hezbollah*, *Hamas*, e o *Jihad* islâmico.
- 4ª variante: organizações terroristas que, embora contando com o apoio velado de diversos governos simpatizantes, operam de forma totalmente independente, não restringindo nem as suas bases, nem as suas ações aos territórios de determinados países ou a determinadas filosofias políticas. Ex. *Al Qaeda* e suas filiações.



Veículo aéreo não tripulado (VANT) sendo testado no Centro Tecnológico do Exército (CTEx) para apoio às Operações Especiais.

LIGAÇÕES COM A CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Na atualidade, a atividade terrorista, não raro, está envolvida com uma cerrada conexão de natureza criminosa. A obtenção de recursos financeiros e o suporte logístico demandam, impositivamente, o contrabando de armas e munições diversificadas; não raro, um profundo envolvimento com o tráfico de drogas; bem como, um intensivo fluxo financeiro, materializado pela atividade criminosa internacional identificada como "lavagem de dinheiro" ("money laundry").

Os exemplos das conexões com organizações do crime organizado são inúmeros: *Al Qaeda* e o tráfico internacional de ópio de origem afegã; *Hezbollah* e o tráfico internacional de ópio e heroína de origem libanesa; Frente Separatista Chchena e a chamada Máfia Russa; *FARC*, *ELN* e *AUC* com os cartéis colombianos e com o crime organizado da maioria dos países latino-americanos e dos EUA.

No dia 21 de abril de 2001, Luís Fernando da Costa, vulgo "Fernandinho Beira Mar", foi preso por uma patrulha do Exército Colombiano, na selva do Departamento de Vichada, a leste daquele País, e não distante da fronteira com o Brasil. "Beira Mar", naquele momento, já era o maior narcotraficante do Brasil, e líder da mais perigosa facção do crime organizado do Estado do Rio de Janeiro. Sua captura ocorreu quando da execução da "Operação Gato Negro", quando mantinha contato com o Comandante da *Frente 16* das *FARC*, codinome "*Negro Acacio*" (morto na "Operação *Sol Nascente*", em 3 de setembro de 2007), para negociar com ele a troca de fuzis russos *Kalashnikov AK-47*, Cal 7.62 mm por cocaína refinada. Preso, foi repatriado para o Brasil, onde se encontra cumprindo uma extensa pena, em presídios nacionais de segurança máxima. Essa conexão é uma evidência de que, hoje, muito mais do que um movimento revolucionário, as *FARC* se constituem no maior cartel de cocaína refinada do mundo, exercendo um papel de liderança numa das mais graves ameaças sociais do planeta - o NARCOTERRORISMO.



Equipe Tática do Destacamento Contraterrorismo do 1º BFEsp / Bda Op Esp; Helcp HM -1 Pantera, da Aviação do Exército.

Nesse contexto, a Resolução 1373, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, registra que: "Observa com preocupação a estreita conexão que existe entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, as drogas ilícitas, a lavagem de dinheiro, o tráfico ilícito de armas, e a circulação ilícita de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros materiais potencialmente letais. E a esse respeito enfatiza a necessidade de promover a coordenação das iniciativas nos planos nacional, subregional, regional e internacional, para reforçar a resposta internacional a estas graves provocações e ameaça à segurança internacional." (*United Nations Office for Drugs and Crime - UNODC*).

O IMPACTO DA COMUNICAÇÃO

Apropaganda e a contundente comunicação com a opinião pública nacional e internacional são indispensáveis às organizações terroristas, quaisquer que sejam as suas motivações. O chamado "oxigênio da publicidade" é quem gera o aproveitamento do êxito dos atentados, resultando tanto no que se refere à disseminação do horror e do sentimento de insegurança, quanto ao apoio de diferentes matizes para a causa. Os exemplos mais significativos foram os efeitos produzidos, tanto junto à opinião pública nacional quanto à opinião pública internacional, nos ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA; 11 de março de 2004, em Madri; e 7 de julho de 2005, em Londres.

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE UM ATENTADO TERRORISTA

Durante a última década, ocorreu um verdadeiro refinamento da eficiência assassina das organizações terroristas. O planejamento operacional terrorista ganhou consistência em seus mínimos detalhes, tudo visando a minimizar riscos e alcançar a mais alta probabilidade de êxito, maximizando a atenção da opinião pública nacional e internacional. Quanto mais capacitada militarmente é a organização terrorista, mais proficiente ela é em termos da metodologia de seu planejamento e execução.

As TTP selecionadas são integradas ao plano geral, tendo sempre em mente que o sucesso na consecução dos objetivos operacionais deve ter repercussões altamente positivas na consecução dos objetivos estratégicos.

Nesse contexto, de uma maneira geral, na atualidade, pode-se levantar as fases do planejamento e da execução de um atentado terrorista, da seguinte forma: 1ª - Seleção ampla de alvos; 2ª - Levantamento de Inteligência e Vigilância; 3ª - Seleção do alvo específico; 4ª - Vigilância pré-ataque, reunião dos recursos humanos e materiais e planejamento final; 5ª - Ensaaios; 6ª - Fuga, evasão e exploração psicossocial do ataque.

ATIVIDADES BÁSICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO

Uma política de prevenção e combate ao terrorismo deve integrar, holisticamente, medidas em todos os campos do poder nacional: político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico.

Hoje, existe um consenso global que tais atividades, desenvolvidas nos três níveis - estratégico, operacional e tático, estão enquadradas nas seguintes vertentes: **Apoio de Inteligência, Antiterrorismo, Contraterrorismo, e Administração de Consequências.**

O **Apoio de Inteligência** é a atividade fundamental, porque sem a sua eficiência e eficácia, todas as demais atividades de Prevenção e Combate ficam sensivelmente prejudicadas. Para que o Sistema Nacional de Inteligência (no caso brasileiro, o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN) opere de forma eficiente e eficaz, é impositiva uma sólida integração entre os Organismos de Inteligência da Segurança Nacional e da Segurança Pública. A atual conjuntura internacional e os ensinamentos colhidos recomendam que também é impositivo o relacionamento com selecionadas Agências de Inteligência de outros países.

Inclui a Busca (caracterizada pelo sigilo na sua execução) e a Coleta de dados (executada de forma ostensiva). Dentre as principais fontes a serem trabalhadas pelo Sistema, destacam-se informações de fonte aberta (mídia, publicações diversificadas, internet, etc.); informações de garantia da lei e da ordem, via de regra, oriundas dos organismos da Segurança Pública; e as da Comunidade de Inteligência Governamental (onde avulta a importância dos Sistemas de Inteligência das Forças Armadas, pela sua capilaridade em todo o território nacional).

Nas atividades de Inteligência referentes especificamente à Prevenção e o Combate ao Terrorismo, prepondera a Inteligência Humana sobre a de Sinais e de Imagens. A execução da Busca e da Coleta de dados deve ser fundamentalmente agressiva. Tal fato é uma decorrência de que, na atualidade, a Inteligência Contraterror reativa (da época da Guerra



Comandos Anfíbios do Corpo de Fuzileiros Navais executando Infiltração Aquática apoiada pelo Submarino S 34 - Tikuna.

Fria, característica do Contraterror Defensivo) foi impositivamente substituída pela Inteligência Contraterror Proativa ou Preeemptiva (característica do Contraterror Ofensivo). Nesse contexto, as Equipes de Operações de Inteligência devem ser capazes de, após o levantamento das informações necessárias, prosseguirem, de imediato, na missão de neutralização (captura e/ou eliminação dos integrantes) da(s) célula(s) terrorista(s).

Ao Sistema de Inteligência cabe proceder à “**Análise da Ameaça Terrorista**”, estudo permanentemente atualizado que consiste num processo de exame e avaliação contínua de todas as informações disponíveis, concernentes a potenciais atividades de grupos ou indivíduos que possam afetar os Interesses Nacionais. Nesta Análise, configura-se como um relevante instrumento, o estabelecimento impositivo de conexões com agências de inteligência internacionais selecionadas. Até porque, a natureza dos “Elementos Essenciais de Inteligência - EEI”, em situações dessa natureza, determina que se priorize, nas organizações terroristas, informações especificamente relacionadas com: Liderança; Intenções e Motivações; Atividades recentes e atuais; Áreas de Homizio; Fontes de recursos; TTP, etc.

O elemento coordenador do Apoio de Inteligência é, via de regra, o órgão focal do Sistema Nacional de Inteligência, no caso do SISBIN - a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

O **Antiterrorismo** é a atividade que engloba as medidas defensivas de caráter preventivo, a fim de minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e das propriedades, impedindo e dissuadindo os atentados terroristas.

O **Contraterrorismo** é a atividade que engloba as medidas ofensivas de caráter repressivo, a fim de impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas.

Enquanto que o Antiterrorismo se fundamenta na ação de proteção caracterizada pela presença ostensiva, de caráter



Infiltração por Salto Livre Operacional a grande altitude/ 1º BF Esp / Bda Op Esp.



Caçador do Dst Op Esp Paz em posição no telhado do Palácio do Governo do Haiti, em Porta au Prince; BRABATT / MINUSTAH.

eminentemente preventivo, o Contraterrorismo demanda a execução de ações diretas de contato, eminentemente repressivas/retaliatórias, com as organizações terroristas em presença. Isto acarreta, em consequência, que tanto os elementos das Forças Armadas quanto os da Segurança Pública destinados, seja às ações Antiterrorismo, seja às de Contraterrorismo, desenvolvam programas de preparação e adestramento especiais específicos.

Independentemente de sua extensão territorial ou de seu nível político-estratégico no cenário mundial, praticamente todos os países, nos cinco continentes, desenvolveram, tanto nos seus aparatos de Segurança Pública (Unidades policiais tipo Special Weapons and Tactics - SWAT) quanto nas suas Forças Armadas, Forças de Operações Especiais - FOPEsp, especificamente organizadas, adestradas e equipadas para as ações de Contraterrorismo.

No Brasil, nas suas Forças Armadas, destacam-se como FOPEsp: no Exército Brasileiro, a Brigada de Operações Especiais - Bda Op Esp, tendo como seus elementos de combate, o 1º Batalhão de Forças Especiais - 1º BF Esp, o 1º Batalhão de Ações de Comandos - 1º BAC, e a 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª CiaFEsp), sediada em Manaus, sob Controle Operacional do Comando Militar da Amazônia (CMA). Como seus elementos de apoio ao combate, o Batalhão de Apoio às Operações Especiais - BAPOPEsp, e o Batalhão de Operações Psicológicas - BOPsc.

Na Marinha do Brasil: o Grupamento de Mergulhadores de Combate - GRUMEC, e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais - BOPEspFN (Comandos Anfíbios); e na Força Aérea Brasileira (FAB), o 1º Esquadrão Aeroterrestre de Busca, Salvamento e Operações Especiais - além de unidades aéreas de asa fixa e móvel adestradas para a execução de Operações Aéreas Especiais.

No Departamento de Polícia Federal, o Comando de Operações Táticas (COT); nas Polícias Militares e Cíveis Estaduais,

os Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE) e os Grupos de Operações Policiais Especiais (GOPE), respectivamente. No Estado do Rio de Janeiro, o elemento de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil é identificado como Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE).

O elemento básico de emprego do 1º BF Esp são os Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFEsp), constituídos por 12 combatentes: 4 Oficiais (Comandante, Subcomandante, Operações e Inteligência) e 8 Sargentos (2 de Armamento, 2 de Comunicações, 2 de Demolições e 2 de Saúde).

O elemento básico de emprego do 1º BAC é o Destacamento de Ações de Comandos (DAC), comandado por um 1º Tenente, e integrado por 4 Sargentos e 37 Cabos e Soldados Comandos.

A integração de um DOFEsp com um DAC recebe a identificação de "Destacamento de Ação Imediata" - DAI, rotineira medida adotada nas Forças de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

A exemplo da Inteligência Proativa, as ações de Contraterrorismo são, na atualidade, eminentemente preemptivas (Contraterrorismo Proativo). A neutralização das células terroristas, por meio de ações retaliatórias, antes que executem seus atentados, é o maior ensinamento colhido nos mais recentes ataques, a começar pelos realizados a 11 de setembro de 2001. Nessa concepção, avulta a necessidade de que as unidades das FOPEsp das Forças Armadas e do aparato da Segurança Pública que operarem ações contraterrorismo, tenham um adestramento específico bastante diferenciado daquele realizado pelas unidades destinadas às ações antiterrorismo.

Fundamentalmente, a mais moderna concepção de combate ao terror preconiza que a neutralização das células terroristas em presença, deve ser desencadeada nas fases anterior-

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)



res à execução do atentado (ou seja, ainda nas fases do planejamento, reunião e desdobramento dos meios). A Unidade de Comando nas ações de combate (anti e contra-terrorismo) é essencial. A autoridade especializada de mais alto nível hierárquico, em presença, exercerá as funções cumulativas de Comandante da Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais - FTCjOpEsp - Controle Operacional das unidades anti e contraterrorismo; de Coordenador da Ação Contraterrorista (CACT) e, via de regra, no contexto dos Centros de Coordenação de Operações de Segurança Integrada - CCOPI, dos Comandos Militares de Área, de Chefe do Centro de Coordenação Tática Integrada - CCTI, onde estarão todos os elementos especializados em contraterrorismo, das diversas instituições em presença.

Na concepção proativa, uma inteligência eficiente e eficaz é indispensável. Inclusive, um dos adestramentos mais relevantes das Equipes Táticas Contraterrorismo das FOPEsp é o referente às Operações Táticas de Inteligência, particularmente, de Inteligência Humana - "Vigilância", "Cobertura de Pontos" (locais de encontro entre elementos das células terroristas) e "Estouro de Aparelhos" (entradas a viva força em áreas de homizio visando a neutralização de células terroristas). Quanto maior for a capacitação militar das organizações terroristas, maior será a demanda por Equipes Táticas Contraterrorismo oriundas das Unidades das Forças Armadas (com prioridade de emprego sobre aquelas oriundas do aparato policial).

Nas ações cinéticas de combate a serem executadas pelas FOPEsp contraterrorismo, são 4 os principais vetores das atividades terroristas: Momentum, Finanças, Motivação e Liderança. O ideal é pressionar todos eles, porém, a experiência tem demonstrado que os mais acessíveis às ações contraterroristas são a Liderança e as Finanças.

A **Administração de Consequências** dos atentados terroristas constitui-se numa série de ações de resposta, visando restaurar a capacitação antiterrorista. Inclui a preparação para minimizar as consequências de um atentado, inclusive com emprego de agentes QBRN. Consiste na emissão de alertas e diretrizes à população, planejamento do aten-

dimento a catástrofes, saúde pública, vigilância sanitária e outras medidas preparatórias. A Administração de Consequências é, via de regra, gerenciada pelo órgão central da Defesa Civil Nacional.

A ONU E O COMBATE AO TERRORISMO

A atuação da ONU em relação ao terrorismo não é um fato recente. Conforme a própria Organização, as primeiras resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU referentes ao combate ao terrorismo, datam de 1972 e 1989, respectivamente. Os atentados de 11 de setembro de 2001, porém, trouxeram novas imposições às Nações Unidas.

Ainda em setembro de 2001, o Conselho de Segurança expediu a Resolução 1373 (já citada, neste trabalho, no tópico "Ligações com a Criminalidade Organizada"), que criou o "Comitê Contraterrorismo" ("*Counter-terrorism Committee - CTC*"), responsável por monitorar a implementação da Resolução 1373 e fortalecer a capacidade dos estados em combaterem o terrorismo. Esta Resolução determina aos Estados que punam indivíduos que apóiem atividades terroristas, a negarem apoio financeiro e logístico aos terroristas e a compartilharem informações a respeito de grupos que estejam planejando ataques terroristas.

Em 2002, a Resolução 1390, do Conselho de Segurança, expandiu as funções do "Comitê de Sanções contra a Al Qaeda e o Talibã" ("*Al Qaeda and Taliban Sanctions Committee*") visando ao desencadeamento de um processo de incremento daquelas sanções.

Em março de 2004, criou-se o "Diretório Executivo do Comitê Contraterrorismo" ("*Counter-Terrorism Committee Executive Directorate - CTED*") com a função de revitalizar o trabalho do CTC, ao prover aconselhamento especializado, facilitar a assistência técnica relativa a medidas de combate ao terrorismo, e promover uma maior cooperação

entre as diversas organizações regionais e inter-governamentais.

Em 10 de março de 2005, em Madri, num evento comemorativo do primeiro aniversário dos atentados terroristas aos trens em *Atocha*, o Secretário Geral *Kofi Annan* lançou os fundamentos da estratégia contraterrorismo das Nações Unidas. Esta estratégia foi confirmada, em setembro de 2005, quando da sexagésima sessão das Nações Unidas, também conhecida como “Cúpula Mundial de 2005”. Nesse evento, foi expedido o Relatório “Unindo contra o Terrorismo” (“*Uniting against Terrorism*”), contendo recomendações para uma estratégia global contraterrorismo. Conforme suas próprias palavras, naquela oportunidade, *Kofi Annan* declarou: “Minhas recomendações para uma estratégia buscam tanto orientar-nos quanto unir-nos no desenvolvimento de uma capacidade estatal pela ênfase nos elementos operacionais de dissuasão, negação, impedimento e defesa dos direitos humanos.”

Os fundamentos dessa estratégia ficaram conhecidos como os “*Five Ds*”: *Dissuading, Denying, Deterring, Developing, Defending*.

Dissuadir pessoas de utilizarem o terrorismo ou apoiá-lo

Ação estratégica que se fundamenta no enquadramento do terrorismo como ato inaceitável e que o combate às condições que favorecem o seu surgimento deve ser a base das ações da ONU para se dissuadir a cooptação de pessoas para o seu apoio ou utilização. Como são inúmeros os Estados em que governos falidos não são capazes de garantir os direitos humanos, nem de evitar a discriminação religiosa ou étnica, assim como, a exclusão política e a marginalização socioeconômica, torna-se uma tarefa quase impossível às Nações Unidas, por si só, conduzir exitosamente esta ação.

Negar aos terroristas os meios para a realização de um ataque

Outra ação estratégica altamente complexa, em virtude das conexões entre as organizações terroristas e a criminalidade organizada, que lhes proporciona recursos financeiros para a aquisição de armas, munições, explosivos, o acesso de recursos humanos e materiais a possíveis alvos, a obtenção do desejado impacto e a visibilidade dos ataques, a nível global. O próprio Secretário Geral confessou não ver progresso na consecução dessa ação estratégica.

Impedir que estados apoiem o terrorismo

O problema nesta ação estratégica é a inexistência de sistemas que propiciem um cerrado acompanhamento da implementação das Resoluções do Conselho de Segurança e do reconhecimento de sua autoridade por parte de inúmeros Estados, cuja posição político-estratégica é tradicionalmente caracterizada por uma insidiosa ambigüidade.

Desenvolver a capacidade dos Estados no combate ao terrorismo

Outra ação estratégica de difícil consecução pela tremenda heterogeneidade inter-estatal, inexistência de recursos financeiros para prover assistência técnica aos Estados mais

necessitados e, mais uma vez, a ambigüidade político-estratégica de inúmeros Estados.

Defender os direitos humanos na luta contra o terrorismo

O Secretário Geral *Kofi Annan*, desde o primeiro momento, deixou claro que esta ação estratégica seria o pilar básico de sua estratégia. E nesse contexto, enfatiza que da mesma forma que condena as organizações terroristas por sua rotina agressão aos direitos individuais, não pode aceitar qualquer ação contraterrorismo que agrida esses direitos. Na verdade, a presente estratégia contraterrorismo das Nações Unidas, cujos fundamentos foram ratificados na atual gestão do Secretário Geral *Bankimoon*, não podem ser consideradas como exitosas, sobretudo, por dar maior preferência às causas do que ao combate efetivamente orientado à neutralização das mais notórias organizações terroristas. Até porque, a incapacidade da ONU nesta tarefa é perfeitamente entendida, por não ser um corpo homogêneo e, sim, uma “colcha de 195 retalhos” (dos mais variados matizes). Dessa forma, a presente estratégia é muito mais uma política de combate a longo prazo, com efeitos duvidosos, uma vez que é incapaz de uma atuação eficaz contra as organizações terroristas, sobretudo, no curto prazo.

Na atualidade, a ONU está propagando a implementação do que está sendo reconhecido como “*robust peacekeeping*”, mesmo em missões fundamentadas no Cap VI da Carta da ONU. Componentes militares e policiais de Missões de Paz da ONU estão sendo autorizados a empregar a força na neutralização, sobretudo, de grupos criminosos que, utilizando TTP terroristas se constituem em significativos óbices na consecução da paz. A MINUSTAH, Missão no Haiti, cujo Componente Militar é liderado por um Oficial General brasileiro, e que conta com um sólido contingente nacional (o maior da Missão), está vivenciando um exemplo marcante dessa ação estratégica.

O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS, O COMBATE AO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO E O DIREITO PENAL INTERNACIONAL.

Inicialmente, há que se destacar que o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) é um ramo do Direito Internacional (DI), só existindo quando em presença de uma situação de conflito armado. Caso contrário, permanece-se no campo do Direito Internacional Público, no contexto de seus vários matizes: Direitos Humanos (DIDH), Direito de Navegação, Direito Penal Internacional ou diferentes tratados celebrados no seio da Comunidade internacional, dentre as quais ressaltam-se as Convenções e Resoluções da ONU.

Se analisarmos a natureza ancestral da guerra e da violência, desde os primórdios das cidades – estado originárias da Paz de *Westphalia*, passando pelos conflitos entre exércitos nacionais, as duas guerras mundiais e chegando aos dias



de hoje, constatamos indubitavelmente que o Terrorismo Transnacional Contemporâneo está completamente fora do esquema das normas e princípios internacionais em vigor. E tal fato é respaldado por duas razões básicas. Primeira: as atuais normas internacionais foram estabelecidas com base nos modelos clássicos das guerras de 2ª (cujo ápice foi atingido na I Guerra Mundial) e da 3ª Geração (cujo ápice foi atingido na II Guerra Mundial). Segunda: inexistência de um conceito legal e amplamente aceito sobre o Terrorismo Transnacional (muito embora a expressão “ato de terror” tenha seu entendimento perfeitamente compreendido e acordado, inclusive em inúmeras Resoluções da ONU).

Na visão de renomados especialistas internacionais, os três instrumentos do DICA mais importantes na atualidade são: as Convenções de 1949, já consideradas como consuetudinárias, ou seja, não há necessidade de ratificação, pois são obrigatórias. Há que se destacar que nelas não há menção a “atos de terror” como método, pois, basicamente, estão focadas na preservação da integridade das pessoas. Em segundo lugar, aparecem os Protocolos de 1977; e, em terceiro lugar, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), resultante do Tratado de Roma, que o criou vinculado à ONU. Acrescente-se que mais de dois terços de Estados (inclusive, o Brasil), integrantes das Nações Unidas, subscreveram o Tratado de Roma, manifestando, assim, ainda que implicitamente, no caso daqueles que ainda não a subscreveram, a intenção de cooperar com a nova Corte Internacional. Tanto os Protocolos de 1977 quanto o Estatuto do TPI condenam os “atos de terror” como método.

Admitindo-se que há um estado de guerra (conflito armado) e, portanto, o DICA é aplicável, o emprego de “atos de terror” como método é vedado. Nesse caso há, por exemplo, artigos dos Protocolos de 1977 que expressamente os proíbem. A Comunidade Internacional e o DICA os repudiam, tanto expressa, quanto tacitamente. Um bom exemplo foi o resgate de *Ingrid Bettancourt* que, embora tenha sido feito violando o DICA (em função da utilização de um helicóptero médico com fins militares), a Comunidade Internacional considerou um ato válido (apesar de ilícito), tamanha é a carga de ojeriza que “os atos de terror” como método, carregam. Em outras palavras, o peso político e a opinião pública internacional fizeram com que, apesar de o Presidente *Alvaro Uribe* ter admitido violar a lei internacional, ele tenha sido “absolvido” no tribunal da opinião pública. E até o próprio Comitê da Cruz Vermelha viu-se impossibilitado politicamente de ratificar os comentários que havia publicado em seu site. Ou seja, ainda que pendendo uma definição internacional específica para o fenômeno do Terrorismo, há um consenso que os métodos por ele empregados para atingir objetivos de diversificados matizes (quer políticos, quer militares) agridem contundentemente os usos e costumes da guerra.

No que se refere à “esterilização” de Osama Bin Laden, à época daquela espetacular ação, muitos juristas vieram a público assacar que houvera uma contundente violação das fronteiras de um país soberano (Paquistão), e que, além disso, apesar de o terem capturado, com vida, eliminaram-no

sumariamente, e o sepultaram em alto mar. Esse questionamento, está muito mais enquadrado no DI em si, do que no DICA, em particular.

No que concerne ao DI, houve de fato uma invasão ilegal das fronteiras de um país soberano. Discute-se, entretanto, se haveria outro modo de fazê-lo, posto que: 1) os SEALs dispunham da mais acurada Inteligência possível; 2) tratava-se do terrorista mais procurado da face do planeta; 3) o Governo Paquistanês estava indubitavelmente dando guarida a Bin Laden, e qualquer solicitação de autorização implicaria numa dramática perda de oportunidade.

Quanto ao Direito Penal Internacional (DPI), realmente, o Governo dos EUA violou-o ao não conceder um julgamento com direito à ampla defesa e ao dar destino ao cadáver em local indeterminado (o que caracterizou a “esterilização”- termo empregado nas Operações Especiais). Nesse contexto, à luz do DPI, Osama Bin Laden seria levado a julgamento no Tribunal Penal Internacional, de Haia.

Para o DICA, por sua vez, ele poderia ser considerado um prisioneiro de guerra (PG), e, como tal, deveriam ser-lhe concedidas as garantias acima. Na verdade, tanto no que concerne ao DPI quanto ao DICA, um antecedente comum a esse caso, (Saddam Hussein), produziu-se, no Iraque, um julgamento “fantoche”, com advogados e promotores fictícios, com o Ocidente tentando aplicar o seu conceito de justiça num país primitivo, com um regime tribal com dezenas de comunidades diferenciadas, cada uma reivindicando justiça pelas próprias mãos. Como consequência, aquela bizarra execução por enforcamento, que vazou por um vídeo de celular, levou ao recrudescimento dos combates, após uma equivocada martirização de um tirano frio e sanguinário.

Outro ponto a considerar, o Presidente Barack Obama, desde a sua campanha eleitoral, comprometeu-se com o povo dos EUA e com a Comunidade Internacional, a “eliminar” *Bin Laden* e “destruir” a *Al Qaeda*. A Operação “*Neptune Spear*” nada mais foi que o cumprimento da promessa feita.

E, há ainda que se considerar que Osama Bin Laden não era, realmente, um PG, como visualizado e referido nas normas legais das guerras de 2ª e 3ª Geração, mas o assassino frio e calculista que admitiu ser o responsável pelo dramático episódio de 11 de setembro de 2001, que mudou radicalmente o curso da História Contemporânea.

Acrescente-se que não há provas cabais de que aquele terrorista não tenha sido eliminado numa ação de combate, o que tornaria o ato tecnicamente lícito; e, onde mais, na face da Terra, seria possível sepultá-lo, se não fosse em algum ponto desconhecido e inacessível, como as profundezas abissais do oceano?

Conclusivamente, é inquestionável que a referida ação foi considerada “militar e politicamente necessária”, inclusive, por conceituados especialistas em normas internacionais, em todos os continentes, inclusive, no mundo muçulmano.

CONCLUSÃO: TERRORISMO NO BRASIL?

Não existe mais lugar seguro no mundo! A avaliação da possibilidade de atuação de organizações terroristas transnacionais contemporâneas no território nacional deve envolver dados de diferentes matizes.

Há que se ter sempre em mente que os mais violentos ataques já efetuados contra o Estado de Israel pelo *Hezbollah*, não foram executados dentro do território israelense, e, sim, na Argentina. O primeiro deles foi executado em 17 de março de 1992, tendo como objetivo, a Embaixada de Israel em *Buenos Aires*, resultando em 29 mortos e 242 feridos. O segundo, foi perpetrado contra a Associação Mutual Israelense-Argentina (AMIA), também no centro da Cidade de *Buenos Aires*, em 18 de julho de 1994, resultando em 86 mortos e 250 feridos.

Destaque-se que, na consecução dos objetivos estratégicos do *Hezbollah*, havia outras alternativas na América do Sul, incluindo a Embaixada Israelense em Brasília, ou o Consulado Israelense em São Paulo. E, certamente, as opções selecionadas, priorizando Buenos Aires, foram feitas em função das vulnerabilidades que a segurança argentina oferecia. Os dois atentados foram contra o Estado de Israel, porém, todas as baixas foram de cidadãos argentinos, não houve nenhuma baixa humana israelense.

A empresa privada *Maplecroft*, contratada para assessorar o "*National Counter Terrorism Center - NCTC*", dos EUA, na "*Análise de Risco da Ameaça Terrorista*", no seu "*Terrorism Risk Index*", na sua edição de fevereiro de 2010, estabelecia os Estados Nacionais classificados como "*Extreme Risk*": Colômbia, Argélia, Somália, Afeganistão, Iraque, Paquistão, Índia e Tailândia. Como "*High Risk*": Peru, países da África Central, Iemen, Irã, Síria, Líbano, Israel, Espanha e Turquia. Como "*Medium Risk*": EUA, China, Líbia, Egito, Arábia Saudita, França, Brasil, México, Equador e Venezuela. Como "*Low Risk*": Argentina, Canadá, Austrália, e outros. A justificativa de se igualar o nível de ameaça terrorista (médio) entre EUA, França, China e Brasil, deve-se, dentre outros fatos científica-tecnologicamente fundamentados, de que todos esses Estados estão muito bem servidos por infraestruturas críticas nacionais, fator considerado de alto risco e indicador de grande favorabilidade na seleção de um país para atentados dessa natureza.

Na verdade, comparando-se as infraestruturas críticas do Brasil (bacias petrolíferas, campos de produção de petróleo, dutos, refinarias, produção de biocombustíveis, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, produção de gás natural, portos, aeroportos, ferrovias e estações rodod-ferroviárias, telecomunicações, estações de transmissão de energia elétrica, e centros de poder político) com as dos demais países do Hemisfério Ocidental, o Brasil só é superado pelos EUA.

Por outro lado, o Brasil, a curto, médio e a longo prazo vai ser o anfitrião de eventos internacionais de grande vulto,

tais como: em 2012, a Conferência de Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável "RIO+20", com a presença de cerca de 150 Chefes de Estado; em 2013, o Festival da Juventude de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, e a Copa das Confederações de Futebol; em 2014, a Copa do Mundo de Futebol; e em 2016, os Jogos Olímpicos.

Sem dúvida alguma, aqueles que não conseguem visualizar que o País, em função de sua atual estatura político-estratégica, como potência emergente, já é um alvo compensador para ataques dessa natureza, não podem ignorar que todos esses eventos são alvos potenciais para organizações terroristas transnacionais dos mais variados matizes.

E, há que se ter em mente que a preparação necessária para prevenir e combater organizações terroristas transnacionais contemporâneas não pode ser improvisada. Há que se construí-la, dia após dia. Sob pena de se pagar a irresponsabilidade ou a incompetência de não fazê-lo, de forma catastrófica, com traumáticos prejuízos para os Interesses Nacionais, inclusive, o pagamento com sangue do generoso povo brasileiro.

*General de Brigada do Exército Brasileiro, na Reserva.
Analista Militar, especialista em Operações Especiais,
Guerra Irregular e Combate ao Terrorismo.

REFERÊNCIAS

- Cinelli, Carlos Frederico, "Direito Internacional Humanitário - Ética e Legitimidade na Aplicação da Força em Conflitos Armados", Juruá Editora, março de 2011; e respostas à pesquisa específica relacionada ao Direito Internacional dos Conflitos Armados.
- Joint Publication JP 3-05, "*Doctrine for Joint Special Operations*", December 2003.
- Joint Publication JP 3-07.2, "*Antiterrorism*", April 2006.
- Joint Publication JP 3-26, "*Counterterrorism*", November 2009
- Pinheiro, Alvaro de Souza, JSOU Report 06-4, "*Narcoterrorism in Latin America: A Brazilian Perspective*", April 2006.
- Pinheiro, Alvaro de Souza, "A Prevenção e o Combate ao Terrorismo no Sec XXI", CEE ECEME, maio de 2010/ PADECEME 3º Quadrimestre 2010.
- Rezek, Francisco, "Tribunal Penal Internacional: Princípio da Complementariedade e Soberania", Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, No. 11, Brasília, agosto de 2000.
- United Nations, "*Uniting against Terrorism: Recommendations for a Global Counterterrorism Strategy*", New York, May 2006.



// Américo José Valente *

UMA PERSPECTIVA LUSÓFONA

SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

INTRODUÇÃO

Na sociedade globalizada em que vivemos a língua ultrapassa cada uma das nossas actividades individuais e colectivas. As línguas se cruzam, se complementam e se modificam incessantemente, acompanhando o movimento de transformação do ser humano e suas formas de organização social.

Neste artigo abordamos a língua e a sua ligação as Operações de Apoio Paz executadas por soldados que estejam sob a égide das Nações Unidas, União Africana ou das Organizações Regionais e Sub-regiões africanas. Pretendemos avaliar o impacto da língua no cumprimento eficaz das missões de Paz e trazer ao debate soluções que possam contribuir para o melhoramento deste factor nas Operações de Apoio a Paz num ambiente multinacional e multidimensional que conformam as Forças de Paz.

OS CONCEITOS DE LÍNGUA, LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

O conceito de língua está intrinsecamente ligada a linguagem e a comunicação pelo que convém-nos aferir a trilogia no seu todo para melhor compreensão do fenómeno. A língua pode ser vista em várias acepções. Por um lado, o

conceito língua faz referência ao idioma, que é um sistema de comunicação verbal, gestual de uma comunidade humana e por fim, sinónimo de idioma.

Linguagem em várias interpretações é qualquer sistema ou conjunto de sinais convencionais, fonéticos ou visuais que servem para expressão de pensamentos e sentimentos.

Comunicação é o acto ou efeito de comunicar. Troca de informações entre indivíduos através da fala, da escrita, de um código comum ou do próprio comportamento. Facto de comunicar ou estabelecer relação com alguém, correspondência, mensagem, informação, aviso, anúncio, etc.

AS LÍNGUAS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

Desde a criação das organizações internacionais, um dos grandes problemas com que se debatem, e que até aos nossos dias persiste, é exactamente a língua. A maioria delas adoptou várias línguas de trabalhos com a complexidade e onerosidade nas traduções simultâneas, o emprego de numerosos funcionários para esta finalidade e que muitas vezes revelam-se pouco eficazes. Nesta comunicação vamos falar um pouco das principais línguas de trabalho das organizações internacionais, mormente da ONU, União Africana, CEEAC e SADC.

LÍNGUAS OFICIAIS NAS NAÇÕES UNIDAS

As línguas oficiais instituídas pela Organização das Nações Unidas são seis (6): a língua chinesa, o inglês, árabe, espanhol, francês e russo. Para além das línguas árabe e espanhola, as demais, representam línguas dos membros permanentes do Conselho de Segurança, por outro lado, as seis línguas são das mais faladas do mundo.

LÍNGUAS OFICIAIS DA UNIÃO AFRICANA

A União Africana, a quando da sua fundação adoptou as línguas: Árabe, francês, inglês, espanhol, português e swahili como línguas oficiais de trabalho e afirmou um forte compromisso para a promoção das línguas africanas.

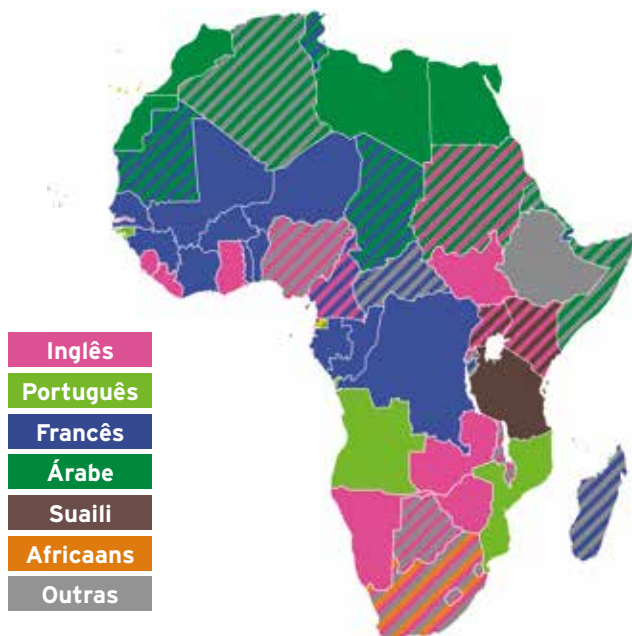
Mais de uma dezena de países africanos adoptaram duas línguas oficiais, sendo na maioria combinando a língua nacional e a língua colonial e no caso dos Camarões duas línguas coloniais, no caso, o francês e o inglês.

No continente, 18 países tem como uma das línguas oficiais o francês e o inglês sendo as duas comunidades linguísticas as mais numerosas (Francófona e Anglófona). No extremo oposto vai aparecer o Português, Amárico e o Espanhol como as comunidades com menos falantes respectivamente. O swahili embora constituindo língua oficial da União Africana, é língua oficial da Tanzânia, Uganda e Quênia e bastante falada na África Oriental e Central.

DISTRIBUIÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTINENTE

N/PAÍSES	LÍNGUA OFICIAL	PREDOMINÂNCIA
18	Francês	Francófona
18	Inglês	Anglófona
9	Árabe	Árabe
5	Português	Lusófona
3	Suaíli	Swahili
1	Amárico	Amárico
1	Espanhol	Espanhol

MOSAICO LINGUÍSTICO EM ÁFRICA



LÍNGUAS OFICIAIS DA CEEAC

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), composta por 10 membros cuja as línguas oficiais de trabalho são: Francês, Inglês, Português, Espanhol. É uma comunidade onde a predominância linguística é francófona com o quadro abaixo demonstra.

N/O	PAÍS	LÍNGUA OFICIAL	PREDOMINÂNCIA LINGUÍSTICA DA COMUNIDADE
1	Angola	Português	Francófona
2	Burundi	Francês	
3	Camarões	Francês (80%) e Inglês (20%)	
4	R. Centro Africana	Francês	
5	Chade	Francês e Árabe	
6	Congo	Francês	
7	R.D.Congo	Francês	
8	Gabão	Francês	
9	Guiné Equatorial	Espanhol	
10	São Tomé e Príncipe	Português	

O Quadro acima espelha bem as dificuldades de integração linguística a empreender por Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné - Equatorial dentro da Comunidade Económica dos Estados da África Central, comunidade linguisticamente já integrada francophonamente. Nestas circunstâncias aos países aludidos caberão as iniciativas de gizar políticas linguísticas para a sua verdadeira integração linguística.

LÍNGUAS OFICIAIS DA SADC

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é composta por 14 Estados membros, e as línguas oficiais de trabalho são o inglês, o francês e o português.

Podemos verificar no quadro abaixo que 6 países da SADC têm duas ou mais línguas oficiais em combinação com a língua colonial. A Tanzânia é o único país da comunidade que tem a língua nacional swahili como língua oficial. Os restantes países, suas línguas oficiais são as línguas coloniais sendo o inglês o predominante que constitui língua oficial de 8 países membros.

A tendência da integração linguística nesta comunidade é anglófona. E aqui Angola, Moçambique (lusófonos), a R.D. Congo, Madagáscar (Francófonos) deverão envidar esforços adicionais para integração linguística. A Tanzânia embora



tenha o swahili como língua oficial, de facto, pode utilizar perfeitamente a língua colonial (inglês).

N/O	PAÍS	LÍNGUA OFICIAL	PREDOMINANCIA LINGUÍSTICA DA COMUNIDADE
1	África do Sul	Inglês	Anglófona
2	Angola	Português	
3	Botswana	Inglês e setswana	
4	Lesotho	Inglês e sesotho	
5	Madagascar	Francês e malgaxe	
6	Malawi	Inglês e Chichewa	
7	Maurícias	Inglês	
8	R.D.Congo	Francês	
9	Moçambique	Português	
10	Namíbia	Inglês	
11	Suazilândia	Inglês e Suazi	
12	Tanzânia	Suaili	
13	Zâmbia	Inglês	
14	Zimbábue	Ingles, shona e ndebele	

Uma língua moderna, apta a expressar as complexidades do mundo actual, parece a alguns que seria a melhor solução. Bastaria para isso que os demais a aprendessem como segunda língua. Indica-se por muitos o inglês, alegando que, de certa forma, já funciona como língua universal, por ser a mais estudada e empregada no comércio internacional, ao menos no Ocidente.

Outros propuseram outra língua moderna, como o francês, que já teve um período de certa internacionalidade, quando era considerado a língua da diplomacia. Outros ainda mencionam o espanhol, por ser a língua de mais de 20 países, com fonética simples e gramática sem grandes complexidades.

A LÍNGUA NAS OPERAÇÕES DE APOIO A PAZ

Mesmo assim, o desafio persiste e deve ser entendido em duas vertentes importantes:

A primeira é no âmbito da comunicação, da interacção e interoperabilidade entre os efectivos que compõem os vários contingentes da Força de Paz e suas componentes (civil, militar e policial).

A segunda, o domínio, mesmo que seja minimalista, da língua, dos usos e costumes na nação hospedeira da missão de Paz, garantindo uma interacção saudável entre a Força de Paz e as autoridades e populações locais, minimizando as fricções sobre a missão.

Quer na primeira, quer na segunda vertente constitui um desafio permanente para as Forças de manutenção de Paz. Os conhecimentos linguísticos insuficientes podem contribuir para erros durante as Operações de Apoio a Paz que podem conduzir a ocorrência de baixas, podendo em outros casos reduzir a influência de algumas nações, podendo criar tensões e frustrações desnecessárias em consequência desta perspectivar discriminação cultural.

Sobre isso, temos como experiência os diversos contingentes que passaram por Angola, durante o longo conflito armado pelas várias missões da ONU.

A Formação em línguas inglesa e francesa tem servido largamente para melhorar a interoperabilidade linguística. É uma condição ideal que os efectivos da Força de Paz tenham conhecimentos da língua, cultura e situação política do país hospedeiro da Missão de Paz. Os factores culturais e religiosos têm impacto nas Operações de Apoio a Paz.

A formação em outras línguas para os falantes de Francês e Inglês será sempre de mais-valia para colmatar os défices que se registarem quando o francês ou o inglês do nosso interlocutor for imperceptível. Para a lógica das organizações sub-regionais o aprendizado das línguas vai do sentido das línguas oficiais de trabalho da organização.

CONCLUSÕES

Nem mesmo o desenvolvimento científico e tecnológico conseguiu remover totalmente as barreiras linguísticas no mundo cada vez mais globalizado em que vivemos.

Cabe por isso aos Estados adoptarem políticas concretas no âmbito da língua para uma efectiva integração linguística muito importante e complementar as integrações políticas e económicas. Alguns Estados já deram passos significativos ao adoptarem várias línguas oficiais o que constitui por si só, um compromisso para o ensino e aprendizagem das línguas oficiais adoptadas.

No quadro sub-regional, por herança colonial, configuraram-se regiões de predominância linguística anglófona no caso da SADC e francófona no caso da CEEAC, dada a maioria dos países desta região terem como língua oficial o inglês e o francês respectivamente, o que coloca desafios acrescidos aos países que não tem o

inglês e o francês como língua oficial. Para este caso, no sentido prático e lógico estes países deverão esforçar-se para integração linguística efectiva nestas comunidades.

O ensino de línguas para os contingentes a integrar Forças de Paz é indispensável pelo que deve ser prestada uma atenção especial e tempo para sua concretização, de modo a garantir a interoperabilidade linguística entre os efectivos. Por último não se deve descurar o domínio pela Força de Paz, da língua, dos hábitos, usos e costumes do país hospedeiro da Missão de Paz garantindo uma interacção saudável entre a Força de paz, com as autoridades e populações locais, minimizando as fricções sobre a missão.

Como contribuições, sugerimos o seguinte:
A inclusão nos programas curriculares das instituições militares de ensino e de ensino militar, dos Estados membros, o estudo das línguas francesa e inglesa;
A elaboração de cartilhas com os termos e símbolos mais

usuais nas Operações de Apoio a Paz e pela nação hospedeira; No caso concreto de Angola, para a sua integração nas organizações sub-regionais todos os anos são enviados militares angolanos para os países vizinhos (RDC e Congo Brazzaville) na busca do aprendizado da língua francesa e para a África do Sul, Namíbia, Zâmbia e Zimbábwe para assimilação do inglês.

De igual modo, os países envolventes frequentam em Angola, cursos de língua portuguesa. A título de exemplo, nos últimos cinco anos foram formados na Escola Superior de Guerra cerca de cem militares destes países.

*Tenente-General
Chefe da Direcção de Operações
da DPO, EMG das Forças Armadas de Angola

BIBLIOGRAFIA

- Dicionário, (Porto editora, 2011).
Ethnologue, - Languages of the World, em www.ethnologue.com.
GARMADI, Juliette. Introdução à sociolinguística, Lisboa: Dom Quixote, 1983.
IORDAN, Iorgu. Introdução à linguística românica. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.
MARTINET, André. Elementos de linguística geral Lisboa: Sá da Costa, 1964.
ODGEN, C. K. e RICHARDS, I. A. O significado do significado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
PASSINI, José. Bilinguismo: Utopia ou antibabel? 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.
PORTO EDITORA, Dicionário de Língua Portuguesa, Porto, 2011.
PRIVAT, Edmond. Vocabulaire de Zamenhof. 4. Edition. Rickmaknsworth (Herts): The Esperanto Publishing Co. Ltd., 1957.
ROMAN, Jakobson, Essai de linguistique generale, vol1, 1963.
RÓNAI, Paulo. Babel & Antibabel ou o Problema das línguas universais. São Paulo: Perspectiva, 1970.
SAPIR, Edward. A linguagem: introdução ao estudo da fala. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística geral. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
UMBERTO, Eco, La struttura Assente 1968.



EXPORPLÁS®

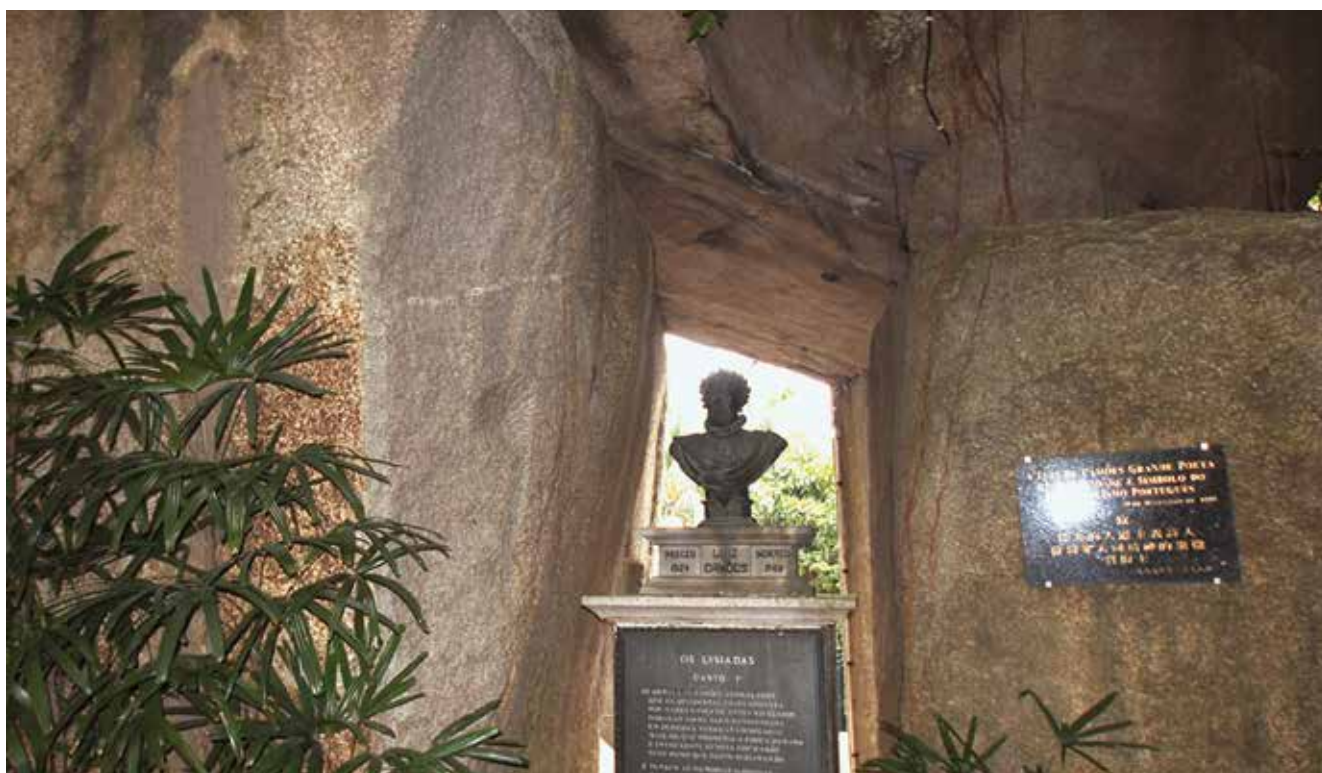
www.exporplas.pt



// Jorge A. H. Rangel *

MACAU

UM LEGADO A PRESERVAR



Treze anos após a transferência do exercício da soberania, de Portugal para a República Popular da China, é justo realçar, não obstante algumas insuficiências ou eventuais desvios, fáceis de identificar, a forma reconhecidamente positiva como o legado de Portugal foi amplamente respeitado e, em certas áreas, até valorizado, em Macau.

Os desafios eram enormes, em todos os domínios da actividade governativa e no seio da sociedade civil, quando se definiu o enquadramento político do processo de transição e se escolheu a data de 19 de Dezembro de 1999 para a sua conclusão, com o estabelecimento formal, no dia seguinte, da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), marcando o fim duma presença administrativa plurissecular de Portugal.

Enquanto no foro diplomático prosseguiram os contactos regulares, no âmbito de um Grupo de Ligação Conjunto, coube ao Governo de Macau a responsabilidade ingente de pôr em execução, com reconhecido sucesso, um vastíssimo programa de realizações, que iam das infra-estruturas à educação, da organização jurídica e judiciária à expansão dos serviços sociais e da estabilização financeira à consolidação das instituições.

A REGIÃO DE MACAU

Quando, naquela noite fria de 19 para 20 de Dezembro, numa cerimónia inolvidável, uma bandeira era arriada e outra içada e os mais altos magistrados das duas nações selavam, simbolicamente, o compromisso com um histórico



aperto de mãos perante 2500 convidados e entidades de muitos países e câmaras de televisão com cobertura mundial, tínhamos chegado ao fim de um tempo de Portugal no Oriente. O território iria, a partir dessa data, fixada na Declaração Conjunta Luso-Chinesa, enfrentar o futuro que para ele tinha sido traçado pelos dois Estados com legitimidade de intervenção na definição do seu novo figurino político.

Em conformidade com aquela Declaração Conjunta, a Lei Básica da RAEM assegurou a manutenção dos sistemas social e económico, bem como das leis então vigentes e de “todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau”, designadamente as liberdades pessoais, as liberdades de expressão, de imprensa, de reunião, de associação, de deslocação e migração, de greve, de escolha de profissão, de investigação académica, de comunicação, de religião e de crença, e o direito à propriedade privada.

No quadro da sua autonomia, foram também atribuídos à região poderes executivo, legislativo e judicial próprios, incluindo o de julgamento em última instância, cabendo-lhe também definir, por si própria, as políticas de cultura, edu-

cação, ciência e tecnologia e proteger o património cultural de Macau. O estatuto de porto franco e território aduaneiro separado, para desenvolvimento de actividades económicas, foi mantido, assim como o livre fluxo de capitais, a circulação de moeda própria (a Pataca de Macau) e a sua convertibilidade, comprometendo-se o Governo Popular Central da China a não arrecadar quaisquer impostos na região, cuja independência financeira foi, desta feita, contemplada.

No que respeita a Portugal, ficou expressa a possibilidade de a região estabelecer relações económicas de benefício mútuo, sendo também tidos em consideração os interesses económicos de Portugal e de outros países em Macau, ao mesmo tempo que se estabeleceu que os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa seriam protegidos em conformidade com a lei. E, quanto à língua portuguesa, garantiu-se a continuidade do seu uso nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos tribunais da região, sendo também língua oficial.

Para muitos, para além da história, da memória, da identidade e do património arquitectónico, cultural e humano, foram, indubitavelmente, os direitos, as liberdades e as garantias, no seu conjunto, anteriormente assegurados pela Constituição da República Portuguesa, a melhor expressão viva do legado luso em Macau. São esses direitos e liberdades que lhe garantem, afinal, um estatuto diferente no seio da grande China.

PLATAFORMA DE COOPERAÇÃO

A RAEM ganhou uma nova dimensão nas suas relações com o exterior, quando, em 2003, foi criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com o secretariado e serviços de apoio ali permanentemente instalados.

Esta decisão pragmática, inteligente e politicamente coerente com a visão estratégica da China na afirmação crescente do seu papel incontornável no mundo, representou também o reconhecimento definitivo da vocação histórica de Macau como entreposto privilegiado entre povos e culturas, agora com novos propósitos, assumindo-se a região como plataforma oficial de cooperação, inicialmente com objectivos predominantemente económicos e abrangendo, paulatina e estavelmente, outras áreas, à medida que as estruturas de suporte ao alargamento dessa cooperação, que foi produzindo resultados financeiros muito encorajadores para todas as partes envolvidas, se foram consolidando e a experiência na sua promoção e gestão foi sendo enriquecida.

A capacidade de resposta, rápida e segura, das autoridades e instituições locais a este oportuno desafio lançado pelo Governo Central da China, tornou-se possível graças às condições criadas no período de transição, à forma suave e consensual como se processou a transferência de poderes e aos passos dados no início da nova etapa do percurso daquele minúsculo território, assolado por muitas tempestades naturais e políticas, mas que soube alimentar sempre uma ambição le-



gítima muito maior do que a sua limitadíssima geografia. Recebendo há cinco séculos o primeiro abraço de Portugal, quis depois abraçar o mundo. E é hoje património da humanidade.

A visita a Macau, em 2010, do Primeiro-Ministro Wen Jiabao constituiu um ponto de viragem nas atribuições, que se foram tornando mais extensas, do Fórum para a Cooperação, e o discurso lapidar que então proferiu, exaltando o valor da cooperação e a importância da língua portuguesa, como instrumento de comunicação no e com o mundo lusófono, deu um renovado impulso e incentivo à missão de Macau no exercício dessa plataforma de cooperação, não só económica, mas também e cada vez mais cultural e social. Especial ênfase foi colocada na formação.

FORMAÇÃO

Macau passou, assim, quase de imediato, a funcionar como um grande centro de formação contínua, por cujas instituições vão passando milhares de quadros médios e superiores dos países lusófonos, para a frequência de cursos de variadíssima natureza, temática e duração, em língua portuguesa.

O Fórum para a Cooperação criou o seu próprio centro de formação, mas pode utilizar os recursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior ali existentes e diversos institutos técnicos, cobrindo uma gama imensa de necessidades e oferecendo alargadas oportunidades. A Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Instituto de Formação Turística, a Universidade de S. José, a Universidade da Ciência e Tecnologia de Macau, a Universidade Cidade de Macau, o Instituto do Milénio de Macau e o Instituto de Gestão de Macau são algumas das instituições disponíveis e várias delas continuam a oferecer cursos em língua portuguesa. As três primeiras e, ainda, a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, são as instituições públicas de ensino superior, todas criadas nas últimas décadas da administração portuguesa.

Neste âmbito, é indispensável referir, igualmente, a Escola Portuguesa de Macau (EPM) e a Fundação responsável pela sua gestão, instituída em 1998 pelo Estado Português, associado à Fundação Oriente e à Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, e o Instituto Português do Oriente (IPOR), instituição portuguesa vocacionada para promover o ensino da língua portuguesa, enquanto língua oficial consagrada na Lei Básica da RAEM, “assegurando o seu ensino não curricular como língua de trabalho em articulação com instituições representativas das actividades profissionais de Macau”. Desde a sua criação, o IPOR tem mantido um papel relevante no apoio aos centros de estudos e leitorados de português em universidades do Extremo Oriente, onde é crescente o interesse na aprendizagem da língua portuguesa.

A Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau continuam a ser membros muito activos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e desenvolvem parce-

rias úteis com instituições de ensino superior de Portugal. Essa Universidade tem um Departamento de Português e o Instituto Politécnico uma Escola de Línguas e Tradução, com acções de intercâmbio e colaboração envolvendo instituições educativas de Portugal e da R.P.C., e acabou de criar um Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa. O curso anual de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Macau, levado a efeito todos os anos no período de férias escolares, propicia a estudantes e professores daquela área geográfica oportunidades de encontro e partilha de experiências pedagógicas.

Os Serviços de Educação e Juventude também promovem o ensino da língua portuguesa em centros de formação e nas escolas luso-chinesas, havendo ainda um estabelecimento pré-escolar, o Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, cuja língua veicular é a portuguesa.

LEGADO HISTÓRICO E CULTURAL

A inclusão pela UNESCO do centro histórico de Macau na sua prestigiada lista do património da humanidade, em Julho de 2005, foi um acontecimento de invulgar relevância e significado. Este centro histórico engloba praças e largos e uma sucessão de monumentos integrados nesse espaço. O património é maioritariamente português, mas também é, naturalmente, chinês e de outras origens, reflectindo aquele que foi o mais prolongado e fecundo encontro do Ocidente com o Oriente Extremo.

Apesar de alguma notória descaracterização das áreas envolvidas dos principais monumentos desse centro histórico, em resultado do rápido crescimento urbano, é possível e absolutamente desejável manter e valorizar todo esse património, sendo a obrigação assumida perante instâncias internacionais a sua melhor garantia, a par da crescente exigência manifestada pela população local, especialmente pelas gerações mais novas, na sua adequada preservação. Cabe, em primeiro lugar, ao Instituto Cultural da RAEM, a salvaguarda de todo o património histórico e cultural e a manutenção do Arquivo Histórico de Macau e das bibliotecas públicas, onde existe um valioso acervo de obras e documentos em língua portuguesa.

Neste contexto, interessa também referir que as placas toponímicas de Macau permanecem bilingues, tendo sido plenamente respeitados os nomes originais das vias públicas, sendo preocupação visível a manutenção da traça portuguesa nos arranjos urbanísticos, com recurso, amiúde, à calçada portuguesa na decoração artística dos passeios do centro histórico.

A actividade editorial em língua portuguesa permanece significativa, continuando a ser publicadas obras na língua de Camões, através de vários serviços públicos, instituições académicas e organismos da sociedade civil, como, por exemplo, o Instituto Internacional de Macau que, em pouco mais de uma década, produziu mais de 100 títulos.

A imprensa escrita portuguesa tem uma história antiga em Macau, desde 1822, quando saiu o “Abelha da China”. Sucessaram-se muitos outros títulos, que registaram para a posteridade os acontecimentos mais relevantes dos últimos dois séculos. Hoje, ainda ali temos, em língua portuguesa, três diários e um semanário, sendo várias as revistas publicadas em português. O Boletim Oficial do Governo da RAEM, com duas séries semanais, é bilingue.

No que respeita aos órgãos audiovisuais, a Teledifusão de Macau (TDM), que iniciou emissões regulares em Fevereiro de 1988, tem um canal em português (TDM - Macau) e outro em chinês (TDM - Ou Mun), e, na sua dependência, operam duas estações de rádio, uma das quais em língua portuguesa (Rádio Macau).

A Lei de Imprensa é ainda do tempo da administração portuguesa, tendo sido aprovada em Agosto de 1990. Ela regula o exercício da liberdade de imprensa e do direito à informação, bem como a actividade das empresas jornalísticas, editoriais e noticiosas. Existem oito associações de profissionais de comunicação social em Macau, uma das quais é a Associação de Imprensa de Língua Portuguesa e Inglesa de Macau.

PEDRAS VIVAS

Além das pedras da história, há a considerar as “pedras vivas”, as pessoas, os portugueses e gentes de muitas nacionalidades que escolheram Macau para sua terra e ali permaneceram para além da transição. Também importa referir a comunidade macaense, legado precioso daquele encontro de Portugal com o mundo e fruto da longa viagem da história, com as suas tradições, os seus valores, a sua culinária própria, contribuindo para reforçar a singularidade de Macau e para afirmar a terra e a memória na diáspora que se espalhou por longes terras, sabendo manter o coração ligado, indissolivelmente, a Macau e a Portugal, e fazendo funcionar os seus centros de convívio que são as Casas de Macau.

Todas essas gentes dão vida e razão de ser às suas associações e outras instituições, fazendo com que Macau seja também exemplar na força e na capacidade interventora da sua sociedade civil. São múltiplas as que ostentam com orgulho a sua “matriz portuguesa”, desde a Casa de Portugal ao Instituto Internacional de Macau, passando por organismos com longa história como a Santa Casa da Misericórdia, ou profissionais e sociais como a Associação dos Trabalhadores da Função Pública e a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau, clubes desportivos, recreativos e culturais, organismos da Diocese de Macau, a Confraria da Gastronomia Macaense, a centenária Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, a Associação dos Macaenses e o grupo de teatro Dóci Papiacám di Macau, cultor e promotor do patuá, crioulo português de Macau. Cerimónias religiosas da Igreja Católica são também facultadas aos fiéis, diariamente, em português.

Na RAEM funcionam um Consulado-Geral de Portugal e uma delegação da AICEP - Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal. As estruturas da administração pública local são, em larga medida, uma herança da administração portuguesa, como o são muitos dos quadros que já então exerciam cargos ou frequentavam acções especializadas de formação.

Algumas daquelas instituições revelam um surpreendente dinamismo, promovendo uma diversidade de eventos em que a marca portuguesa é sentida, além da Semana da Lusofonia e da Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, que já fazem parte de um calendário intenso, emprestando à cidade e às ilhas um ambiente de festa permanente. Por outro lado, instituições, agentes culturais e artistas portugueses realizam iniciativas em Macau, na forma de exposições, espectáculos, seminários, conferências, mostras comerciais e outras. Até as mais emblemáticas instituições académicas portuguesas têm sido ali acolhidas para a realização dos seus encontros.

Vale a pena referir, ainda, que os I Jogos da Lusofonia, promovidos pela Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP), tiveram lugar em Macau, em Outubro de 2006, tirando-se proveito do excelente parque desportivo ali existente. Participaram nesses Jogos mais de mil atletas do mundo lusófono, que competiram sob o interessante lema “Quatro continentes, uma língua, unidos pelo desporto”. O evento contou com oito modalidades de alta competição, com 156 medalhas em disputa, sendo os dois primeiros lugares da classificação geral alcançados pelo Brasil e por Portugal.

MISSÕES FUNDAMENTAIS

Muito mais ficou por dizer sobre o legado que importa valorizar em Macau e sobre o papel que aquele território, hoje região administrativa especial da China, pode continuar a desempenhar no reforço das relações entre o mundo lusófono e a maior potência emergente do século XXI.

A China atribuiu, entretanto, a Macau três missões fundamentais: a de grande centro internacional de turismo, a de plataforma de cooperação com os países de língua portuguesa e a de centro de formação avançada, estando o novo e enorme campus da Universidade de Macau em fase de conclusão, permitindo-lhe ganhar uma dimensão compatível com a inserção de Macau no grande Delta do Rio das Pérolas, que é, presentemente, a área de maior desenvolvimento em todo o mundo.

Oxalá Portugal possa compreender e acompanhar a dimensão da cooperação que exige a sua interessada e empenhada participação.

* Presidente do Instituto Internacional de Macau



// António Leite da Costa*

ORIGEM E SIGNIFICADO DO 1º DE DEZEMBRO

As datas históricas atingem simbolismo com o passar dos anos, sobretudo em momentos de crise ou em que periga mesmo a própria identidade nacional. Assim sucedeu, naturalmente, com o 1º de Dezembro. Sendo, desde o séc. XVII, uma data que calou bem fundo na alma nacional, como símbolo indiscutível da independência e da afirmação nacional, foi, no séc. XIX, quando Portugal voltou a ser alvo de ambições hegemónicas e aglutinadoras de outras potências europeias - nomeadamente a Espanha, com a questão do iberismo, e a Inglaterra, com a ocupação dos nossos territórios ultramarinos - que o 1º de Dezembro se afirmou, de novo, e podemos dizê-lo, exclusivamente, como a grande data comemorativa da independência nacional e da afirmação da Pátria Portuguesa. De facto, é na segunda metade do séc. XIX que se acelera o movimento que vai dar origem ao peso que esta data tem até hoje e há-de continuar a ter no futuro de Portugal porque já faz parte da sua própria essência como nação que se quer independente.

Em 1852 foi publicada entre nós uma obra de um autor espanhol que acendeu - ou reacendeu - a questão do iberismo, dando origem a uma tremenda polémica que durante largos anos agitou consciências e abalou as culturas portuguesa e espanhola. ***A Ibéria, memória, escripta em língua hespanhola por um philo-portuguez*** (D. Sinibaldo de Mas), ***traduzida em lingua portugueza por um philo-iberico*** (José Maria Latino Coelho) defende a união de Portugal a Espanha, suscitando imediatamente vigorosos protestos da imprensa portuguesa e, como é evidente, grandes louvores da congénere espanhola. Logo no ano seguinte saiu nova edição, cujo título mais claramente expressava ainda a intenção do autor: ***A Ibéria, memória em que se provam as vantagens políticas, economicas e sociaes da união das duas monarchias peninsulares em uma só nação, escripta originalmente em hespanhol por um philo-***

-portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um jornalista portuguez. Esta segunda edição, corrigida e aumentada, é quase o dobro da primeira, acrescida de um apêndice " contendo as respostas aos artigos communicados que contra a primeira edição d'esta memória têm publicado alguns periodicos de Lisboa".

É de referir também um dado curioso que nos aparece na última nota do livro. Aí defende Sinibaldo de Mas a escolha da cidade de Santarém como futura capital da nação ibérica " porque a sua situação - para usarmos as suas próprias palavras - a punha a coberto de qualquer ataque de uma esquadra inglesa".

Dois anos depois, nova edição, igualmente corrigida e aumentada, e com outro título: ***A Ibéria memória sobre a conveniência da união pacífica e legal de Portugal e Hespanha, escripta por D. Sinibaldo de Mas, ex-enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. E. na China; traduzida em portuguez.*** É, de facto, a última edição portuguesa, pois, em 1868, sai em Madrid a quinta edição espanhola com um prólogo de Latino Coelho - iberista convicto e antigo Ministro da Marinha - e com um retrato de D. Jeronymo José da Matta, bispo de Macau, particular amigo do escritor espanhol, e a legenda: " Brinde pela união de Portugal e Hespanha! " Segue-se uma elucidativa nota: " Brinde proposto pelo ex.mo sr. Bispo D. Jeronymo José da Matta n'um jantar dado por elle, no seu palácio episcopal de Macau no dia 6 de Abril de 1851, e bebido por ele e seus commensaes, que eram todos eclesiasticos portugueses e hespanhoes, com excepção do seu parente o ex.mo sr. Carlos José Caldeira e de D. Sinibaldo de Mas."

Foi esta obra que lançou o rastilho do iberismo no início da segunda metade do séc. XIX. É certo que já desde 1812,



Os Conjurados de 1640 - Quadro de M. Gustavo

data da Constituição de Cádiz, se fazia sentir entre nós influência do liberalismo espanhol, por vezes acusado de iberismo, intensificando-se também as relações entre a Maçonaria Portuguesa e a Maçonaria Espanhola. Curiosamente, quer fruto da agitada situação política que se viveu no país vizinho nos últimos anos do reinado de Isabel II (1833-1868), quer como consequência do desenvolvimento das ideias iberistas, a Maçonaria Portuguesa assume um papel de tutela em relação a Espanha, decidindo, entre 1868 e 1890, muitas lojas espanholas - mais de oitenta - filiar-se no Grande Oriente Lusitano. A supremacia cabe, neste caso concreto e episodicamente, a Portugal, mas o iberismo, salvo uma ou outra situação revela quase sempre cariz espanhol.

O impacto da obra de Sinibaldo de Mas levou à criação da Liga Hispano-Lusitana, cujos estatutos, publicados em Madrid, em 1855, a definiam - no artigo 2, título 1 - como uma associação para difundir o pensamento da união ibérica, através da propaganda, da união postal, telegráfica, escolástica dos dois países, possibilitando o recíproco direito de propriedade literária e artística, dando origem a igual sistema de construção de estradas, enfim, tentando criar aos poucos as condições para o aparecimento de um só Estado que englobasse as duas nações peninsulares. No seu rasto, proferiram-se conferências e publicaram-se opúsculos, em ambos os países, em defesa da união ou federação ibérica.

É claro que a reacção portuguesa às correntes iberistas não se fez esperar e assumiu várias formas. A primeira,

foi através da publicação de livros, opúsculos, panfletos que refutavam os argumentos das pretensas vantagens da união ibérica. A segunda forma de lutar contra o iberismo consistiu no reforço da própria identidade nacional, relembrando e comemorando de forma pública e claramente patriótica uma data carregada de simbolismo e plena actualidade: o 1º de Dezembro de 1640.

Coube a iniciativa a um industrial de alfaiataria, Feliciano de Andrade Moura, que recebeu pronto apoio de inúmeras personalidades públicas. O **Manifesto da Comissão 1º de Dezembro de 1640**, publicado Lisboa, em 1861, é assinado, entre outros, por Alexandre Herculano, Anselmo Braancamp, Inocêncio da Silva, dr. Gomes de Abreu, José Estêvão, Palmeirim, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Silva Túlio, Barão de Santa Engrácia, Conde de Redondo e o próprio Conde de Almada em cujo palácio se efectua a primeira grande reunião pública da chamada Comissão Central 1º de Dezembro. Fora desse palácio que tinham partido os revoltosos que na manhã do primeiro dia do último mês do já longínquo ano de 1640 se dirigiram ao Terreiro do Paço para expulsar os representantes de um monarca tirano e usurpador e restaurar a independência do Reino na pessoa do Duque de Bragança, El-Rei D. João IV.

A carga simbólica do palácio dos Almadás levou a Comissão Central 1º de Dezembro - a partir de 18 de Fevereiro de 1927 chamada Sociedade Histórica da Independência de Portugal - a querer fazer dele a sua sede permanente. O que só foi alcançado em 1940, após muitas vicissitu-

des e com o apoio de uma grande subscrição nacional, onde sobressaiu o contributo da Colónia Portuguesa do Brasil e a boa vontade e pronta colaboração do seu legítimo proprietário, o Conde de Almada. Hoje, como todos sabemos, é o Palácio da Independência a sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Dos estatutos da então Comissão Central 1º de Dezembro constava a criação de um monumento evocativo aos Restauradores de 1640. Inicialmente previsto para o largo fronteiro ao palácio, acabou por ficar no Passeio Público, onde é hoje a Praça dos Restauradores, tendo sido inaugurado em 1886. Outras iniciativas foram igualmente tomadas pela Comissão: a publicação dos sermões proferidos na Sé patriarcal, aquando das comemorações do 1º de Dezembro, de manifestos ou de opúsculos, para além, mais tarde, da realização de conferências, todas elas tendentes a reforçar a nossa identidade histórica.

E é nesse sentido que começam a surgir obras que pretendem alicerçar nos fundamentos da história pátria as raízes de um profundo anti-iberismo. Em 1860, sai em Lisboa, dos prelos da Imprensa Nacional, ***A fundação da monarchia portuguesa. Narração anti-ibérica***, da autoria de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, particular amigo de Tomás Ribeiro e a quem é dedicada a segunda edição de ***D. Jaime***. Nesse mesmo ano é editado o ***Brado aos portugueses, opusculo patriótico contra as ideias da união de Portugal com a Hespanha***, com uma introdução de Sebastião José Ribeiro de Sá e a reprodução do conhecido texto de João Pinto Ribeiro, ***Usurpação, retenção e restauração de Portugal***. No ano seguinte, de J. Pinheiro de Mello, Quadro histórico da restauração e independência de Portugal de 1640 e ***O dia 1º de Dezembro de 1640 ou memória histórica dos sucessos em Portugal desde a morte de el-rei D. Sebastião até a feliz aclamação de D. João IV***, por António Francisco Moreira de Sá. Mas seria fastidioso continuar a enumerar as várias obras de carácter historiográfico que vão saindo a público ano após ano. Vale por todas a ***História de Portugal nos séculos XVII e XVIII***, de L. A. Rebelo da Silva (Lisboa, Imprensa Nacional, 1869). No campo do Direito, é de referir o trabalho de um aluno da Faculdade de Direito e impresso em Coimbra pela própria Imprensa da Universidade, em 1881: ***Da formação da nacionalidade portuguesa, e do estabelecimento da forma monarchica em Portugal. Dissertação para a cadeira de direito civil***, por Alfredo C. da Cunha. É mais um estudo solidamente alicerçado em importantes documentos históricos, escrito com grande agilidade e forte poder argumentativo contra a ideia da união ibérica.

À medida que avançam e se consolidam as comemorações do 1º de Dezembro, ganha também cada vez maior importância a parenética, através de orações, sermões ou discursos pronunciados em cerimónias religiosas de acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640 e que se realizam não só na Sé patriarcal de Lisboa, mas noutras igrejas do País, como prova do intenso fervor patriótico da Nação portuguesa. A quase imediata publicação dos textos, normalmente por deliberação e com o



apoio da Comissão Central do 1º de Dezembro, revela a necessidade de extravasar para fora dos templos sagrados o eco das palavras que nem os ouvintes mais atentos conseguem reter por muito tempo, dando-lhes definitivamente a forma escrita que lhes permite circular de mão em mão e entrar em todas as casas como meio ao mesmo tempo simples e eficaz de propaganda anti-ibérica, servindo a oratória sagrada para refutar argumentos dos adversários e reafirmar os sentimentos de inabalável fé patriótica.

Fé patriótica que transparece ainda no campo literário. Na poesia, com *Eccos de Aljubarrota*, de Guilherme Braga, ou *Lyra cívica*, de Alberto Pimentel - poesia anti-ibérica -, ambas editadas na cidade do Porto, em 1868. Ou, nesse mesmo ano, agora em Lisboa: ***Um brado contra a Ibéria, poesia original de Baptista Machado. Recitada no theatro de variedades pelo actor Abel*** e ***Um brado patriótico, poesia de Luiz Paulino Borges. À hora do resgate. Canto patriótico ao 10 de Dezembro de 1640***, do poeta popular Jorge Hilário de Almeida Branco (A:B.) é publicado em Lisboa em 1871. Três anos depois vem a lume na mesma cidade, ***Sempre livres! Por D. R. Annes Baganhs. Poesia expressamente escripta para ser recitada pelo auctor na noite do 1º de Dezembro de 1874, pela inauguração do theatro 1º de Dezembro, na cidade de Faro***. Na sessão solene da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 que se realizou na noite do 1º de Dezembro de 1874, depois do discurso alusivo proferido pelo prior P.e Francisco da Silva Figueira, foi declamada uma poesia da autoria do conselheiro Tomás Ribeiro, como consta do texto impresso no ano seguinte. Intitulada "O Primeiro de Dezembro", foi mais tarde recolhida no volume de poesias dispersas - ***Vésperas***, Porto, 1880 - e reproduzida por José Valle de Figueiredo, na ***Antologia Poética***, editada pela Câmara Municipal de Tondela, em 2001. O poema reflecte todo o ambiente da época, fortemente marcada pela questão do iberismo.

Não apenas a poesia mas também o teatro exerce forte sedução sobre todos quantos se julgam capazes de passar a letra de forma os seus nobres sentimentos. Constituiu um extraordinário êxito o drama em dois actos e três quadros **Opressão e liberdade**, da autoria de Eduardo Coelho. Foi representado pela primeira vez em Coimbra, em 1862, e alcançou mais de duzentas representações em vários teatros do Reino, tendo o texto sido impresso em Lisboa, em 1871. Sete anos volvidos é publicado, nesta mesma cidade, **Portugal restaurado, 1640**, drama em um acto de L. F. Castro Soromenho.

É claro que durante todos estes anos a propaganda ibérica não esmoreceu, antes pelo contrário, revestindo ora formas mais agressivas ora atitudes mais insinuantes e até sedutoras, crescendo de tal modo que podíamos contabilizar no final do século cerca de duas centenas de livros, panfletos, discursos, opúsculos, sermões, poemas, peças de teatro, etc. sobre esta matéria. A campanha dos iberistas intensificou-se, defendendo não apenas a união ibérica mas a “fusão ibérica”, expressa numa obra de Pio Gullon (Madrid, 1861) que num estilo violento e por vezes agressivo chega a propor, sem quaisquer reboços, a conquista de Portugal. Ganham também adeptos os partidários, espanhóis e portugueses, da república federal. E no meio de todo esta acesa polémica há ainda quem pense ingenuamente que a melhor maneira de evitar a absorção de Portugal por Espanha é diluir o Estado português num conjunto mais vasto: Os Estados Unidos da Europa. É o que propõe, em 1870, A. Ennes em **A guerra e a democracia. Considerações sobre a situação política na Europa**. Registe-se, a propósito, que as velhas cimeiras luso-espanholas de que se falava no século vinte, são hoje a cimeira ibérica e Madrid assume-se cada vez mais para muitas empresas multinacionais como autêntica capital económica da Península Ibérica.

Mas não foi só o vendaval do iberismo que se abateu sobre a Nação portuguesa no séc. XIX. O ultimato inglês, que pretendia pôr em causa a legítima soberania de Portugal sobre os seus territórios ultramarinos e que, por isso, levantou uma onda de protesto nacional, e as crises económicas e financeiras que abalaram o País nos anos noventa levaram a Comissão Central do 1º de Dezembro, nesses difíceis momentos que muito justamente considerou de abatimento, de descrença e de perigo, a reforçar as comemorações do 1º de Dezembro - em 1892 -, de molde a reacender o espírito de sacrifício patriótico, a estimular a auto-confiança dos portugueses e a relançar, em todos eles, de novo uma fé inquebrantável no futuro, alicerçada uma vez mais na memória de um passado que faz e fará sempre parte integrante de todos e de cada um de nós.

Foi, pois, nesse ano de 1892 que solicitou a El-Rei D. Carlos e ao Governo, chefiado então pelo Doutor José Dias Ferreira, que o 1º de Dezembro fosse promovido a *Dia de Grande Gala*. Impõe-se aqui um parêntese para uma breve explicação. Na Monarquia Constitucional havia dois tipos de feriados: *Pequena e Grande Gala*. Os primeiros eram feriados privados ou particulares que, não obstante a existência de cerimónias públicas comemorativas ou quaisquer outro tipo de manifestações, não implicavam a suspensão

das actividades laborais por parte dos trabalhadores ou o encerramento das repartições públicas, o que só ocorria nos *dias de grande gala*. O seu pedido de considerar o 1º de Dezembro Dia de Grande Gala, ou seja, com todas as prerrogativas que tem hoje um feriado nacional, não foi, porém, atendido. Foi preciso esperar por um Decreto com força de Lei - de 12 de Outubro de 1910 - do Governo Provisório republicano para que o 1º de Dezembro se tornasse num feriado oficial, então consagrado à autonomia da pátria portuguesa.

Mas a 1ª República fez ainda mais. O Governo Provisório, através de um Decreto da Presidência de 22 de Novembro de 1910, tentou republicanizar o 1º de Dezembro impondo-o como a festa da nova bandeira, que tanta polémica gerou. No 1º ponto do citado Decreto dizia-se mesmo: “Que se solemnize o dia 1º de Dezembro com a festa da Bandeira Nacional, que é a representação objectiva da Pátria e o precioso symbolo que resume as suas aspirações, sentimentos nobres e energia”. A saudação à nova bandeira - que se queria impor, tal como o hino “Heróis do Mar”, como novos símbolos nacionais - devia ser feita também junto ao monumento dos Restauradores e em todas as escolas do País.

Só com a IIª República - ou Estado Novo - é que o 1º de Dezembro voltou a adquirir a sua primitiva feição, tão fortemente ligada às iniciativas promovidas pela S.H.I.P. como o feriado mais marcante de afirmação e independência nacional. Não importa referir aqui o 10 de Junho que resultou, como se sabe, das comemorações camoneanas e que com a III República, isto é, o 25 de Abril, foi inicialmente posto de lado, tendo mesmo entre 1975 e 1977 sido a data da “Revolução dos Cravos” considerada como Dia de Portugal. Hoje o 10 de Junho é o Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas. Até ver.

Para aqueles que se julgam sobreviventes da Arca de Noé e cujo passado foi levado nas enxurradas do Dilúvio, começando a vida apenas com o presente, o 1º de Dezembro nada significa. Pelo contrário, a maioria dos portugueses sabe que o futuro só se constrói com as raízes lançadas no passado, como a boa árvore que não fenece, porque se fixa em terra firme, arada por séculos que a fertilizaram e enriqueceram. O dia da feliz restauração não assinala somente o regresso da independência política e as naturais consequências que daí advieram. Representa muito mais: o espírito de sacrifício do povo português, a sua capacidade de resistência, o seu amor ao trabalho são e honesto, a crença inabalável num futuro melhor, em suma, a forte personalidade de uma Nação que não se deixou vergar nem abater nos momentos de maior dificuldade, de profunda tristeza e até mesmo de enxovalho da comunidade internacional. Serão outros os tempos, mas os exemplos ficam. E servem de referência e de estímulo para enfrentar os momentos mais difíceis. Daí a necessidade de permanentemente os lembrarmos para que a nossa identidade se não perca nas areias de este nosso tempo que o inconstante vento tão facilmente dispersa e desfaz.

*Historiador e Ensaísta



// Severino Cabral *

A guerra brasílica e o mestre da emboscada:

O NASCIMENTO DA NAÇÃO LUSO-BRASÍLICA NOS TRÓPICOS

“Houve um tempo em que me ocupei, com prazer e até com entusiasmo, das cousas velhas do meu País...”

José de Alencar
in “Cartas sobre a Confederação dos Tamoios”

“(...) fundamentalmente numa mistura ou combinação da arte militar europeia e das técnicas de guerrilha”

Evaldo Cabral de Melo
in “Olinda Restaurada”

Nem deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que, nos reinos lá da Aurora,
Se fizeram por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora.

Camões, Os Lusíadas (I,14)

Deve-se ao grande historiador de Pernambuco, José Antônio Gonsalves de Mello, e ao grande historiador militar, Cel. Cláudio Moreira Bento, a redescoberta de uma das maiores figuras da história pátria: Antonio Dias Cardoso. Ao lado dos heróis da Insurreição Pernambucana que fomentaram e sustentaram a Guerra da Luz Divina contra o domínio holandês, Dias Cardoso se notabilizou pela coragem, a habilidade e a destreza militar no combate contra forças bem maiores às dos filhos da Nova Lusitânia. Nascido no Porto no início do século XVII e falecido no Recife em 1670 foi um gênio criador e impulsionador da Guerra Brasílica. Patrono das forças especiais e primeiro operador militar do exército de terra brasileiro seu nome se inscreve no livro dos heróis da pátria junto com os demais patriotas que se levantaram contra a ocupação holandesa do Nordeste do Brasil. Ao prestar homenagem aos heróicos soldados de Portugal e do Brasil que lutaram para a independência das duas pátrias não se pode deixar de dizer algo sobre o que representa ainda hoje o legado desses valorosos guerreiros pátrios.



A GUERRA BRASÍLICA: MATRIZ DA NACIONALIDADE

“Quase desajudado da metrópole, que mal podia defender as próprias fronteiras, o Brasil defendeu-se e reconstituiu-se por si só. Era a prova mais evidente da sua vitalidade e da natureza atlântica da nação portuguesa.” Carlos Selvagem, in Portugal Militar.

A Guerra Brasílica, desenvolvida no Brasil, sobretudo a partir das invasões holandesas na Bahia, em 1624, e em Pernambuco em 1630, resultou da inserção eficaz da organização militar da metrópole lusa num meio cultural caracterizado pela forma indígena de combater. Criou-se assim um tipo de guerra adaptada ao terreno e ao homem do trópico, cuja ação militar principal era baseada em emboscadas realizadas por pequenos grupos de homens. Que foi de grande valor na defesa do território brasílico, na primeira hora contra o assédio do corso e da pirataria franco-inglesa (os contestadores de Tordesilhas)--- e mais tarde contra a grande vaga da invasão holandesa.

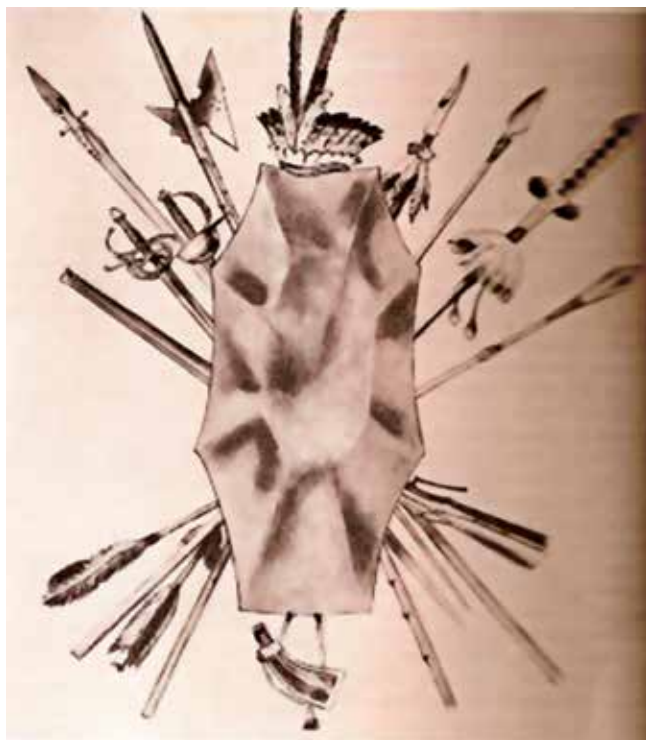
O elemento híbrido gerado por essa forma de guerra revelou-se dotado de extrema mobilidade e uma singular capacidade de empreender ataques de surpresa. Em pequenos grupos volantes evoluíram ao longo da guerra pernambucana, crescendo lenta e progressivamente suas forças, abrindo sempre novas frentes guerrilheiras até travarem com êxito combates diretos contra as tropas regulares inimigas em maior número e as derrotarem na memorável jornada de Guararapes.

Em belíssimo, rico e denso estudo publicado nos anais do II Encontro Internacional de História Colonial, a Profa. Soraya Geronazzo assim definiu um dos aspectos essenciais da Guerra Brasílica, como produto da história da formação do povo brasileiro:

“Outra característica das campanhas militares no Brasil foi o aproveitamento dos indígenas, onde se aplicou uma política de alianças com os grupos indígenas locais, pois era um método já utilizado com sucesso na África. Indispensáveis, já no Regimento de Tomé de Souza (1549), existiam normas estabelecidas para o recrutamento de guerreiros junto às tribos amigas, e esta presença do indígena nas campanhas e estruturas militares da colônia imprimiu sua forma característica de guerrear, e junto com os colonos, gestou e amalgamou elementos europeus aos elementos indígenas, dando origem a uma forma de expedição militar e de luta que melhor se adaptava à realidade do meio brasílico. Esta maneira específica de luta armada no Brasil ficou conhecida como Guerra Brasílica, a qual durante a invasão holandesa, se fortaleceu e destacou a importância do elemento indígena na manutenção da colônia.”

Permita-se ao historiador, assinalava Oliveira Martins, “julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado”.

Assim, ao examinar os acontecimentos que geraram o grande feito histórico da restauração pernambucana contra as forças de uma grande potência marítima de dimensão global no século XVII, podemos destacar a criação de uma força militar híbrida que, ao reunir na Guerra Brasílica, o “mazombo” (o luso dos trópicos), o ameríndio e o africano veio a forjar a nacionalidade brasileira.



Essa forja apresentou-se na terra brasílica com a mesma disposição da que gerou nas terras altas do Ocidente, na adusta e ensolarada Ibéria, a união das trinta tribos que, sob a liderança de Viriato, tornou-se a mais poderosa das nações ibéricas.

Mas ao transplantarem-se para o novo mundo os descendentes lusos dos “bravos e rudes montanheseiros de Aquém Douro que, segundo o testemunho de Estrabão, tão fortemente se destacavam dos outros povos da Ibéria pelo valor e agilidade na luta”--- se depararam com tribos insubmissas e infatigáveis na resistência. Desse encontro e dessa saga comum no enfrentamento do inimigo holandês brotaram os elementos basilares que deram origem à Nação, ao Povo e ao Exército do Brasil.

Por isso que, ao julgar de hoje para ontem, e inferir do atual para o passado, a data de 19 de abril de 1648, que assinala o grande feito de Guararapes, a “Epopéia brasílica” veio a ser reconhecida como marca de nascimento do sentimento nacional pátrio e do próprio Exército Brasileiro. E os heróis da saga pernambucana foram inscritos para sempre no livro dos heróis da pátria.

A relevância desse excepcional feito histórico foi lapidarmente sintetizada nas palavras de Mascarenhas de Moraes, em 1945, ao retornar da campanha da Itália e depositar os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes:--“Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a nação brasileira”.



O MESTRE DAS EMBOSCADAS: PATRONO DAS FORÇAS ESPECIAIS BRASILEIRAS.

A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

Camões, *Os Lusíadas* (X, 153).

A epopéia brasílica revelou heróis eternos da história brasileira: João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e Henrique Dias habitam o imaginário nacional como os construtores da idéia de independência e autonomia do Brasil. E junto deles, embora um pouco menos lembrado pelo registro histórico de época, encontra-se a figura de Antonio Dias Cardoso, cognominado o Mestre das Emboscadas.

No entanto, soldado e homem de estado que culminou com ser honrado Cavaleiro da Ordem de Cristo, nomeado mestre de campo e assumir o governo da Paraíba, pelo que realizou nos campos de batalha do Nordeste brasileiro, da Bahia a Pernambuco, Dias Cardoso talvez encarne em sua essência mais do que qualquer outro herói luso-brasilico a natureza do guerreiro especial. Razão pela qual a sua figura venha a ser cada vez mais presente ao historiador que se propõe “julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado”. Os poucos registros históricos disponíveis pouco falam de

seu nascimento, mas é tido como certo que tenha nascido na cidade do Porto e que tenha vindo menino para o Brasil e falecido no Recife em 1670. Cresceu em contato com a natureza abrupta do trópico e hauriu a cultura da guerra indígena a ponto de ser tão habilidoso no emprego do estratagemas e da rapidez na ação que veio a ser cognominado o Mestre da Emboscada.

Desde os primeiros combates contra os holandeses destacou-se por suas qualidades de combativo guerreiro especial. Combateu um exército melhor armado e em maior número de combatentes usando a surpresa da emboscada, treinando e mobilizando a população local para a guerra irregular de resistência ao invasor, mapeando o território inimigo e se infiltrando entre suas hostes sob o disfarce da deserção. Desde os começos da resistência ao domínio holandês participou como um dos estrategistas da conspiração dos insurretos de Pernambuco, tendo assinado o pacto dos 18, onde pela primeira vez se faz presente a palavra Pátria na Nova Lusitânia. E, na guerra, a sua presença combativa e lúcida como subcomandante do Terço João Fernandes Vieira, sob o comando do General Francisco Barreto de Menezes, foi notável em todos os feitos militares relevantes da Guerra da Luz Divina: Monte das Tabocas, Casa Forte, 1º e 2º Batalha de Guararapes.

Com o recuo da história, pode-se concluir, hoje, que em sua trajetória de soldado da Guerra Brasileira--- “vendo, tratando e pelejando”---, de sargento-mor a mestre de campo, Antonio Dias Cardoso foi o modelo do soldado especial capaz de realizar “Qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora, de qualquer maneira”.

Em reconhecimento de seus feitos foi homenageado como patrono do 1º Batalhão de Forças Especiais--- unidade de elite do Exército Brasileiro encarregada de planejar, conduzir

e executar operações de guerra de resistência do EB--- que é também conhecido como Batalhão Antonio Dias Cardoso. Além de patrono o seu nome, e feitos bélicos, inspirou a Canção das Forças Especiais, que é a seguinte:

Em resposta ao clamor do dever
Abandono o meu lar meu amor
O convívio sagrado da prole
Repudiando o conforto e o prazer.
A distancia, a saudade e a dor,
Me transformam em lobo feroz,
Rosto negro, olhar de rapina,
Braço armado que lança o terror.
Quando a luta cerrar os seus punhos
Exigindo o sangue do audaz
Quando o medo atingir o mais forte
Misturando pavor com a morte
Vai erguer-se um guerreiro do chão
Destemido, treinado e leal,
Vai buscar a vitória final
E lutar pelo seu batalhão
O silencio das noites escuras
Nos garantem sigilo total,
O sabre rubro revela a bravura
Inerente ao guerreiro especial,
As batalhas de Dias Cardoso
Líder nato, imortal varonil,
Fazem-nos orgulhosos soldados, (Rhum! Ruhm! Há!)
Das Forças Especiais do Brasil.
Letra de Cel. Hélcio Bruno de Almeida e música de Capitão
Benedito Ferraz de Oliveira

* Professor da Escola Superior
de Guerra do Rio de Janeiro

BIBLIOGRAFIA:

- ALENCAR, José Martiniano de. Obras Completas. Rio de Janeiro, Edições Aguilar, 1960.
- ARAUJO, Soraya Geronazzo. A Nova Guerra, a Guerra Brasileira e a Guerra dos Sertões: uma nova perspectiva sobre a Guerra dos Bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de Historia Colonial. www.cerescalco.ufrn.br/mneme/anais
- 1ºBATALHÃO DE FORÇAS ESPECIAIS. www.lbfesp.eb.mil.br/patrono.php
- BENTO, Cláudio Moreira. As Batalhas de Guararapes--Descrição e Análise Militar. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas-Edição Comentada. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1980.

- ESTADO MAIOR DO EXERCITO (CHEFIA DO). História do Exército Brasileiro; perfil militar de um povo. Brasília, EME, 1972.
- MELLO NETO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste-1630-1654. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- MELLO NETO, José Antonio Gonsalves de. Restauradores de Pernambuco. Recife, Imprensa Universitária, 1967.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. História de Portugal. Lisboa, Guimarães editores, 2004.
- SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar. Compêndio de Historia Militar e Naval de Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.



// Carlos Acabado*

CHISSÓIA**

Quando a luz difusa que anuncia o amanhecer tropical começou a dar cor ao casario da cidade, havia já na marginal um movimento desusado. Ao fundo da avenida, frente ao porto, a praça fora engalanada com bandeiras e a tribuna erguida na véspera, recheada de cadeirões forrados a veludo vermelho, aguardava, imponente, a chegada das individualidades. Comemorava-se o dez de Junho e Portugal, de Camões e da raça, e os heróis iam ser solenemente exaltados.

Do alto do pedestal a estátua do navegador, erguida no centro do largo, olhava a baía a que os raios do sol nascente douravam já as águas tranquilas, como se aguardasse ainda a chegada das naus, deslizando suaves e silenciosas, como cisnes negros de asas brancas.

Nesse tempo, a população descia dos morros e barrocas sobranceiras á zona ribeirinha, esperando que os nautas varassem os botes na praia para o encontro dos mundos que “o mar já unia”. Agora, a baía, que se recorta como um sensual dorso de mulher, foi pudicamente coberta com o manto verde das palmeiras da marginal, e na comunhão dos mundos só as naus estão ausentes. Portugal e o mar ali estavam, marcando presença perante uma população que, a pouco e pouco, tomou a cor da mestiçagem de sangue e vivência, deixando perplexo, quem se interrogasse, de que raça se iriam enaltecer as virtudes naquele dia!

A praça fora enchendo. As cadeiras da tribuna tinham sido ocupadas e um general, em voz monócórdica e enrouquecida, lia o discurso onde salientava que quinhentos anos de esforço, e querer, uniam o herói que, ali immortalizado em pedra, olhava absorto o oceano sem fim, aos heróis de hoje que, frente á tribuna, aguardavam o agradecimento da Pátria reconhecida.

Perfilado, com a dignidade de um bem-nascido, altivo no camuflado verde, o Chissoia aguardou o chamamento e a leitura do louvor em que era descrito o seu acto de bravura. Subiu os degraus da tribuna e, como se fosse talhado em ébano, sem mover um músculo, abriu o peito largo onde o general, quase em bicos dos pés, lhe colocou uma cruz de guerra, dizendo-lhe em voz baixa que Portugal sentia orgulho por ter filhos como ele. Regressou ao lugar na fila dos heróis e, erecto, assistiu ao desfile de estandartes dos batalhões espalhados pelos confins do território, à passagem do corpo de fuzileiros, do regimento de comandos, dos flechas

e dos leões de Cabinda, que em marcha acelerada, entoavam canções guerreiras. A cavalaria fechou o desfile a galope curto, com garbo e tradição.

Era impressionante a portugalidade que se respirava e as gentes, de todas as cores, que tinham emoldurado a praça, ao dispersarem derramavam na cidade a confiança inabalável no Portugal granítico e multirracial que, naquela manhã, tinha estado presente naquele largo, frente ao porto.

Quando conheci o Chissóia era ele já um veterano de guerra, não que fosse velho, pelo contrário, apenas começara cedo e aprendera depressa. Parece que desde pequeno acompanhava o pai como pisteiro de elefantes. O Lucusse, onde nascera, era uma zona de passagem dos paquidermes que, nos seus itinerários até ao rio Lungué-Bungo, muitas vezes destruíam o trabalho de meses no arranjo das lavras. Entre os animais e os aldeões travava-se uma luta pela sobrevivência, em que nem sempre eram os humanos os vencedores. Era assim natural que os caçadores, convidados pelo governador do distrito ou pelos homens importantes da província, fossem vistos com agrado pelas populações, pois além de abaterem alguns animais, afugentando por algum tempo as manadas, deixavam toneladas de carne que, mesmo dura e fibrosa, o soba e o velho Chissoia ficavam encarregados de distribuir. Aos brancos só os dentes interessavam, e o velho pisteiro aguardava que os crânios enterrados apodrecessem para lhes retirar as presas que, numa próxima visita, entregava já limpas de medula.

Foi nessa época que os Chissoias, pai e filho, se tornaram amigos de gente importante. O profundo conhecimento das matas e a perícia em seguir e interpretar trilhos como quem lê um livro, aliados à camaradagem que a aventura comum proporciona, permitiu-lhes sentarem-se, conversar e comer lado a lado com os grandes da terra que, amiúde, os apresentavam como prova de reconhecimento. O prestígio do velho Chissoia era grande perante as populações, não só dos povoados próximos, como de toda a região.

Corriam tranquilos os primeiros anos da década de sessenta. A luta que se ateava no norte do território não tinha chegado ainda às planícies sem fim do leste. As matas eram seguras e, logo pela manhã, as mulheres seguiam em fila e sem receios, para as lavras onde recolham lenha e mandioca para o sustento da prole.

Uma madrugada apareceu no Lucusse um grupo de gente estranha à região. Vinha armada e queria falar com o soba. Depois de uma longa conversa, e perante a atitude de incompreensão e até de alguma hostilidade, o chefe do grupo resolveu utilizar um meio de persuasão mais eficaz e, perante a população aterrorizada, fuzilou o soba por ser um chefe corrupto e o velho Chissoia por ser lacaio dos colonialistas. O filho fugiu para a mata e, passados dias, chegou à capital do distrito, onde contou o sucedido. Acompanhou depois a força militar que foi enviada para a zona e seguiu, até ao fim, a pista de rastros humanos como o pai lhe ensinara a seguir a dos elefantes.

A partir dessa época ficou ligado ao destacamento militar que foi aquartelado na povoação. O seu conselho e actuação foram sendo cada vez mais imprescindíveis, acabando por ser integrado nas forças irregulares, chefiando um grupo de homens escolhidos por si e com relativa autonomia.

Quando a luta de defesa do território foi alargada ao leste para sustentar a tentativa do inimigo de alcançar o planalto central por essa via, a táctica das nossas forças teve que se adaptar ao terreno plano e com grandes extensões pouco povoadas. A Força Aérea iniciou então uma colaboração íntima nas operações terrestres, proporcionando uma maior mobilidade através de helicópteros e aviões ligeiros. Foi nessa época que conheci o Chissoia, e muitas horas passadas em amena conversa, junto das fogueiras que aqueciam as noites frias das savanas de leste, caldearam a amizade e a admiração que desde então sentia por ele.

Uma tarde, quando o crepúsculo já anunciava a noite que cairia breve, perto do lago Dilolo, quando o seu grupo dava protecção a um movimento das nossas tropas, houve uma emboscada e dois soldados feridos jaziam no chão dentro do campo de tiro do inimigo, que continuava a alvejá-los. Passado o primeiro momento de surpresa, o Chissoia levantou-se e, a descoberto, com a arma ao quadril, fazendo fogo para se proteger, foi buscar um e, depois, o outro, arrastando-os para lugar mais seguro.

Foi por esse acto de bravura que o Chissoia esteve presente naquele Dez de Junho, em que o general se esticou para lhe pendurar a condecoração na farda honrada e que, passados tantos anos, algures num recanto de Portugal, dois homens de meia idade podem recordar, em reuniões de família, como uma vez, quando estavam no Ultramar, um preto lhes salvou a vida.

O ano de setenta e quatro decorreu convulso! A esperança inicial, transmitida pelos novos políticos no poder, em vez de tranquilizadora e bem colocada, parecendo ter a percepção da complexidade dos problemas a enfrentar, fora substituída por dúvidas cada vez mais angustiantes. As cidades tinham acolhido com palmas os guerrilheiros vindos das matas, aplaudindo-os como actores inesperados, num final de acto antecedido e improvisado, mas antes do fim do ano muitas das mais importantes povoações eram já palco de lutas entre os diversos movimentos, com recurso a armas pesadas, que destruíam tudo o que fora construído com sacrifício e amor.

As Forças Armadas portuguesas, desviadas dos seus objectivos e da sua missão, assistiam a tudo como espectadoras, ocupando, salvo raras excepções, um lugar pouco digno.

A partir do meio do ano setenta e quatro, começaram a chegar a Lisboa os soldados do fim da era imperial. Traziam estampada no rosto, na farda e na mente, a parte negativa da revolução.

A população civil começara há muito a sair face à insegurança em que se passou a viver, e muitos de nós, militares, habitávamos as casas vazias onde tínhamos vivido com as famílias, aguardando o fim da missão.

Uma noite ouvi um bater tímido de palmas no quintal da casa que ainda ocupava. Quando abri a porta, o Chissoia e a família estavam à minha frente.

“Preciso de ajuda!” atirou, quase envergonhado.

“Entrem e sentem-se por aí”, disse, apontando os caixotes onde embalava o que queria levar de regresso a Lisboa. “Caixotes já não há!”, conclui.

A mulher e os filhos acocoraram-se, silenciosos, junto à parede da sala. Eu e ele sentámo-nos frente a frente, como sempre tínhamos feito, cada um em seu caixote.

“Estamos abandonados!”, começou “Três dos meus homens foram detidos por um dos movimentos de libertação, e foram mortos...”

“Não pode ser”, interrompi “Vocês terão que ser protegidos nos acordos que se fizeram” afirmei, procurando eu próprio dar convicção ao que dizia.

“As patrulhas deles procuram-nos sem que alguém nos dê protecção!...”

“Isso não faz sentido! A responsabilidade aqui ainda é nossa... o comandante do batalhão é a autoridade!”, exclamei indignado.

“Fui ao comando militar hoje à tarde. Um tenente de barbas, que parece ter chegado há pouco tempo, disse-me uma coisa que me deixou sem dúvidas...”

“O que foi?”, perguntei.

> “Quando soube o meu nome, perguntou o que é que eu esperava que acontecesse aos lacaios e traidores do povo...”. As lágrimas dançavam-lhe nos olhos sem cair, como se a raiva e o orgulho as segurassem. “Isso foi o que disseram ao meu pai em Lucusse antes de o fuzilarem...”, e num desabafo murmurou “Só que esses eram negros... um tenente branco não me pode dizer isso... porque aqui o traidor é ele... eu fui condecorado, o general disse-me que tinha orgulho de mim, de um português como eu... quando esse homem souber o que me disseram...”

Olhei-o cheio de amargura, sem ter a coragem de lhe dizer que esse general assumira agora outras funções e que ele,



Chissoia, era uma ligeira sombra na sua memória, nas suas preocupações... talvez na sua consciência.

Desceu sobre nós um silêncio pesado e trágico. Olhávamo-nos mudos. Os caixotes em que nos sentávamos e a casa vazia que nos albergava pareciam ser tudo o que restava do mundo em que até aí tínhamos vivido.

Subitamente, a filha mais nova, com os cinco anos a reluzirem-lhe na face risonha, levantou-se e, sem quebrar o silêncio, foi apanhar do chão uma boneca de cabelos loiros que uma das minhas filhas tinha deixado para ser enviada nos caixotes. Voltou a acocorar-se junto à mãe com a boneca nos braços, cantando-lhe baixinho uma canção de embalar, que certamente aprendera com as mães negras do bairro onde vivia.

A pouco e pouco a força telúrica da melodia, quase murmurada, foi aquecendo o silêncio, enchendo-o da energia profunda da África eterna, renascida das cinzas, verdejante depois das queimadas. A alma foi-se-nos erguendo como se a canção fosse um hino que nos devolvia o ânimo e, em silêncio, ambos procurávamos já a solução que todos os problemas têm.

“Eu posso arranjar passagens para Luanda no avião de amanhã” alvitrei, buscando saída.

“Luanda não é o meu povo. Só lá fui uma vez...” referia-se à data da condecoração “Lá ficamos ainda mais desprotegidos”.

“Posso tentar que vão para Portugal, mas, pelo que sei, não vai ser fácil nem rápido”, disse, recordando as notícias que nos chegavam pelas tripulações.

“O mais difícil é sair daqui com a família. Com eles não consigo passar sem ser visto”.

“Mas sair para onde?”, perguntei, sem vislumbrar a solução.

“Tenho gente na mata, que me mandou recado. Há movimentos que não se importam de nos aceitar. Precisam de homens com experiência para as guerras que vão chegar.”

“Que posso fazer?”, interroguei com desalento, pensando no papel que teríamos ainda que representar na tragédia que se vislumbrava já no horizonte.

“Aquele pista que uma vez abrimos para utilizar só em operações especiais, continua boa e abandonada...”, sugeriu a medo, consciente do que pedia “Podemos ser postos lá?...”

Eu tinha presente a localização da pista. Fora aberta na orla de uma mata, longe de povoações, apenas para ser utilizada em operações que se desenrolassem perto da fronteira.

“Já mandei os meus homens sair da cidade, só ficaram duas mulheres, eu e a minha família; se nos puder ajudar...”

Sabia o risco que corria ao dizer-lhe que sim. A zona já fora evacuada pela nossa tropa e, ainda que isolada, poderia andar perto algum grupo que não hesitaria em abrir fogo se nos visse aterrar.

Pela minha memória passou aquela madrugada em que tinham chegado ao acampamento os dois soldados feridos, mas salvos pelo Chissoia.

O Portugal que eu era devia um sacrifício, um acto de gratidão, ao Portugal que ele, Chissoia, deixara já de ser.

Dormiram essa noite na minha casa depois de ter ido buscar, furtivamente, as duas mulheres e mais duas crianças, evitando as patrulhas que circulavam pelas ruas desertas da cidade. De manhã, muito cedo, meti-os no jeep que ainda me estava distribuído, e dirigi-me à base onde tinha o avião para regressar a Luanda logo que a minha missão ali estivesse cumprida.

Desloquei e tomei o rumo da pista que nos aguardava na mata. Daí ao Lucusse seriam uns dias de caminho árduo, mas era preferível percorrê-lo a serem abatidos como traidores.

A faixa deserta estava mergulhada no silêncio hostil das coisas abandonadas. Tudo estava agora vazio, dominado pela mata que parecia querer recuperar para si a pista, como cicatrizando uma ferida aberta. Aterrei e, para não parar o motor, mantinha-o a baixas rotações. O hélice provocava um som triste de chicotadas que, repercutindo-se de árvore em árvore, ia morrer nos confins da floresta.

O Chissoia ajudou a família a descer rapidamente do avião, conhecendo perfeitamente o perigo que todos corríamos se, por acaso, um grupo dos novos senhores da guerra nos surpreendesse. Ao sair colocou-me, num gesto mudo, a mão sobre o ombro, dizendo assim tudo o que nem eu nem ele tínhamos coragem para dizer. Depois, caminhou apressado à frente do seu pessoal em direcção à mata. As mulheres e os filhos seguiam-no em fila indiana. Não teve mais um olhar, mantinha o porte altivo e digno que sempre lhe conheci. Um a um, vi-os desaparecer entre as árvores, como se a floresta os engolissem. Só a mais pequena, a última da fila, se deteve um instante e, voltando-se, com a boneca de cabelos loiros na mão, fez-me adeus e sorriu, num gesto puro de quem não sabe que se despede para sempre.

Fiquei a olhar o sítio onde desapareceram, aguentando a solidão imensa que me gelava a alma. Quantas traições, quantos abandonos e deslealdades serão necessários para erguer e desfazer um Império? Em quantas praias desertas teremos deixado companheiros? Em quantas matas teremos abandonado gente que em nós confiou? Quantas vezes desertámos das responsabilidades que assumimos? Quantas vezes traímos?

Descolei e, já no ar, dei por mim a pedir a Deus protecção para o camarada perdido.

No dia seguinte, o mecânico que passou inspecção ao avião, entregou-me uma medalha de Cruz de Guerra que encontrou caída no chão, junto ao banco em que o Chissoia se sentara.

*Major Piloto-Aviador

** in “Quinda e Outras Histórias de uma Guerra Esquecida”



// Varella de Matos *

"EU ESTIVE LÁ"

**ESTIVESTE LÁ?
WERE THERE?
SIM! EU ESTIVE LÁ!
YES ... I WAS THERE.**

É assim, que há cinquenta anos respondemos...Todos. Desde 1962...

Foi assim, que há muitos anos me gritaram na baixa de Nova Iorque... Were there? Yes ... I was there.

E foi "LÁ" que se teceram os laços da camaradagem, se partilharam os sacrifícios, a dor, a ausência (essa filha da saudade)...nessa comunhão inigualável dos verdes anos, ficámos para sempre irmanados e inexplicavelmente fundidos num só.

"Lá"... Em Angola (Zemba, Quibala), em Moçambique (Montepuez, na operação Nó Górdio), na Guiné (em Brá, na operação Mar Verde) em Santa Margarida, na Amadora, em Mafra, na Serra da Carregueira e no Afeganistão. Sempre "Lá"... Lá, na marcha forçada, Lá, na operação em que perdemos o nosso melhor amigo...em que transportamos às costas o nosso camarada... Lá, quando o ombro de um companheiro nos amparou...nos salvou a vida....

Camaradas... Assim nos tratamos, desde o dia em que o Alferes nos gritou que "colegas" são as p...Pela vida fora assim permanecemos. Se não sabemos explicar aos outros esse sentimento, sentimo-lo, quando um frémito nos percorre o corpo ao "ver" desfilar os comandos, entoando "somos jovens e audazes", seu cântico e empunhando os seus estandartes. O nosso coração vai "ALI", com "ELES", a marchar...Só os nossos olhos ficam connosco, marejados de lágrimas...de saudade.

Tu tinhas medo? Perguntaram um dia a um dos mais bravos...

Sim... Tinha - respondeu sem hesitar - Tinha medo...
E quem foi que não teve medo? Levante a mão...

Mas "LÁ" na dureza do curso, do combate, da marcha, do salto, do golpe de mão... do camarada que tombava, do silvo

das balas, do sangue, suor e lágrimas, não havia muito tempo para ter medo... que a vida urgia...

Cinquenta anos depois, estão ainda entre nós alguns dos pioneiros dessa epopeia construtiva, desse sonho tornado realidade e dos que lhe deram continuidade...que escreveram com dor, sacrifício e quantas vezes sangue, a história destes cinquenta anos dos comandos...várias gerações de homens, alguns filhos dos pioneiros e mesmo netos, que constituem os elos de uma mesma corrente...que se não quebrou nos últimos 50 anos e que seguramente se não quebrará nos próximos 50...

Agora que os cabelos de muitos já embranqueceram e que a doença lhes minou as forças, os que se seguiram e os que se seguirão, são o esteio indestrutível dessa continuidade...É a vida no seu inexorável caminho...no seu dever, os dias que se sucedem, as estações que ciclicamente, nos transmitem que ao dia sucede a noite, à luz as trevas, ao esplendor da vida se segue o declínio e a morte...assim as gerações se sucedem, mantendo a chama acesa há 50 anos...e garantindo que assim permanecerá...

A marca indelével...ficou. É importante o registo histórico dos combates, das operações, da participação destacada nos movimentos que permitiram a restauração da liberdade em Portugal, em 25 de Abril de 1974 e da defesa da mesma liberdade em 25 de Novembro de 1975 (já passaram 37 anos) ...São relevantes as publicações, as comemorações, os públicos louvores e os destaques...É gratificante o reconhecimento pelas hierarquias, pelo legítimo poder político democrático, que os comandos ajudaram a instituir.

Mas o que verdadeiramente nos permite afirmar, que daqui por 50 anos se comemorarão os 100 anos dos comandos, é esse orgulho, é essa curiosidade insaciável que nos leva a perguntar a cada um, que vemos com uma miniatura na lapela, uma t-shirt estampada, uma tatuagem no corpo, um autocolante no carro, um porta-chaves, etc...

Estiveste lá?

...E esse inigualável orgulho com que invariavelmente respondemos...

Sim! Eu estive lá ...

*Advogado, Membro do Conselho Superior



COMPROMETIDO COM MACAU
E AS SUAS COMUNIDADES,
PULSANDO SOLIDARIAMENTE
COM AS SUAS ASPIRAÇÕES
DE DESENVOLVIMENTO
E DE SUCESSO NO FUTURO,
O INSTITUTO INTERNACIONAL DE MACAU
ABRE-SE AO MUNDO
PARA MELHOR SERVIÇO DE MACAU

www.iimacau.org.mo

S

A MINHA FORMA DE DIZER ADEUS...

A Meu Pai, 1º. Sargtº. "CMD"
Manuel Caneiras Pereira

Elisa Pereira



Mais um dia que acordo, e não te vejo
Chamo pelo teu nome, e tu não me respondes
procuro sentir o teu perfume, mas já não o sinto no ar
- Já cá não estás! Mas para onde ti foste?

Estou agora a escrever, e mais uma lágrima caiu...
Já faz algum tempo, mas ainda não me mentalizei
Que nunca mais te vou ver, te vou tocar, te vou escutar
- Onde está aquele Homem a quem tanto amei !?!

Os mais românticos dizem que agora, estás no céu,
Mas porque fiquei eu, neste duro inferno!
Dizem que tu olhas por mim e me proteges,
mas eu não sinto o teu abraço, neste dia de inverno.

Deste-me conforto, quando por vezes me magoava
Deste-me colo, quando eu ainda não sabia andar
Deste-me o teu sorriso, quando eu choramingava
- Onde estás? Preciso de ti agora, para me consolar!

O meu pai, um bom professor e "o meu melhor amigo"
Tive uma boa infância contigo, sempre muito presente
E agora, porque é que tenho de me convencer
Que terei o resto da minha vida, contigo ausente ?!

Dou por mim todos os anos, a olhar o vazio
Pois tu não estás presente, no dia do teu aniversário!
Eu deveria andar a pensar, no que te iria oferecer ...
Seria bem mais fácil, arrancar este dia do calendário!

Vou escutar a voz dos mais velhos que dizem:
- "Que a dor da perda, com o tempo vai melhorando..."
Nunca me despedi de ti, por isso aqui vai:
- "Tenho tanto orgulho de teres sido meu Pai, e COMANDO"

**Tem uma história ou testemunho, uma experiência
vivida ou decisões que marcaram um percurso de vida?**
...registos de memórias, legados às futuras gerações.

VENHA FAZER O SEU LIVRO COM O APOIO DE:



**Associação
de Comandos**

Avº. Duque d'Ávila, 124 – 4º. Esqº.
1050 – 084 Lisboa
Tel.: +351 213 538 373
e-mail: assoc.cmds@mail.telepac.pt

GIMA
SERVIÇOS GRÁFICOS, LDA

CET – Centro Empresarial Tejo
Rua de Xabregas, Nº.6, Lot. B · 1900-440 Lisboa
Tel.: +351 218 619 907 ·
gimaloja@gmail.com



» VIDA ASSOCIATIVA



2º Concurso Internacional de Radioamadorismo "COMANDOS 2012"

Realizou-se com sucesso em 30 de Junho na Bateria da Laje o 2º Concurso Internacional de Radioamadorismo "COMANDOS 2012", com o indicativo CR5CMD, integrado nas comemorações do "50 Anos dos Comandos". A estação base operou a partir da Bateria da Laje. Foram feitos cerca de centena e meia contactos a partir de estações nacionais e estrangeiras, algumas a operar a partir de Delegações da Associação de Comandos em colaboração com radioamadores locais. A entrega dos troféus aos vencedores em VHF e HF, efectuou-se no IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, durante a Exposição Feira da ARVM no Parque das Nações, no dia 25 de Novembro, com a presença de Entidades Oficiais e muito publico, merecendo do representante do Sr. Presidente da Camara de Loures, rasgados elogios à acção dos Comandos em 1975, que se comemorava no dia.



GERMANO LOPES & CIA, LDA.
EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES

Desde 1958

» **Delegação de Lisboa**

ESTAFETA MILITAR **na Bateria da Laje**

Integrada nas comemorações dos “50 Anos dos Comandos”, realizou-se uma estafeta com a participação de militares e agentes de segurança de várias Instituições, que acabou numa jornada de convívio e camaradagem com entrega de troféus aos vencedores das provas efectuadas.



» **Delegação de Setúbal**

PARAPENTE

A Delegação de Setúbal da Associação de Comandos tem vindo, ao longo dos anos a manter a sua actividade desportiva activa, no Concelho de Mértola, com o importante apoio da Câmara Municipal de Mértola nas actividades radicais. A Delegação de Setúbal (Pólo de Alcária Ruiva), vai realizar em 2013 os seguintes eventos na modalidade de Parapente:

Encontro Nacional de Parapente do Alentejo: 18 e 19 de Maio

16º Encontro Internacional de Parapente do Alentejo: 17 e 18 de Agosto



O COMENDADOR NG FOK

Sócio Honorário da Associação de Comandos

**Por ocasião do
50º. Aniversário da
Formação dos Comandos
em Zemba (Angola)**

**SAÚDA
A ASSOCIAÇÃO
DE COMANDOS**

MACAU/DEZEMBRO/2012

» Delegação de Chaves

XXI Acampamento Nacional de Comandos

17/AGO/2012 - Centro Equestre de Pedras Salgadas. Começaram a chegar, com familiares e amigos, dos mais diversos pontos deste canto lusitano (e não só) como se de uma obrigação se tratasse. Abraços fraternos e longos com alguma lágrima furtiva, unem Comandos de hoje e de ontem, testemunhando, inequivocamente, os cinquenta anos da sua existência.. Os mais novos... ainda com todas as suas faculdades operacionais; os veteranos... com as suas barriguitas e mais ou menos descapotáveis. Mas todos, profundamente, orgulhosos ostentando os seus camuflados e boina com a dignidade e aprumo que fazem de nós, Comandos, nem melhores, nem piores, mas diferentes. A dignidade e rigor que põem no içar e arrear das Bandeiras Portuguesa e dos Comandos, é algo de emocionante e admirado por todos os "civis" que assistem. As fotos falam.

18/AGO/2012 - Ser Comando é uma forma de estar no mundo. Chegada a triste notícia do falecimento do Coronel CMD Abreu Cardoso, em acidente de aeronave, logo as Bandeiras foram colocadas a meia haste e guardado um minuto de silêncio em sua Memória. É assim a nossa Família. Paz à sua alma.

150 presenças (Lisboa, Porto, Viana, Guimarães, Mira, Viseu, Mirandela, Vila Real, Angola, Figueira da Foz, Brasil, Aveiro, Régua, França, E U América e Chaves (da cidade poucos)!!! É digno de ver as nossas mulheres, companheiras ou namoradas e os nossos amigos, irmanados do mesmo espírito, dar a sua preciosa colaboração nos afazeres do refeitório e da limpeza. Que exemplo de camaradagem e amizade!

As noites, de são convívio e diversão, reforçam estes sentimentos leais e únicos. A queimada galega, o dizer poemas, a música e os cantos populares quebram o silêncio e quando nos demos conta, vemos as estrelas, incluindo a do pastor, a assistir àquilo a que chamo: " O AMOR ENTRE OS HOMENS."

19AGO2012 - Quem faz do perigo o seu pão, do sofrimento seu irmão e da morte sua companheira...

Nota-se no olhar de todos nós que o Acampamento Nacional de Comandos é um oásis, belo e sedutor, no meio de um ano cheio de miséria social, de mentiras e traições para onde nos empurraram. Daí a azáfama de uns e outros: para o ano quando é? Esteve espectacular. Eu venho e trago mais malta. Devia começar agora. E sei lá que mais!....Regressam às suas casas com a consciência do dever cumprido. Voltarão para o ano, porque os Comandos não morrem. BEM HAJAM COMANDOS DE PORTUGAL.

Porque os Comandos não esquecem, a nossa gratidão:

- Ao Centro Equestre de Pedras Salgadas na pessoa do Fernando,
- À firma Irmãos Queirós, na pessoa do Manel Paralelo,
- À Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas, na pessoa do Director, e a todos, homens, mulheres e crianças presentes que tornaram este evento mais digno.

Waldemar Leite





4 ■ QUARTA-FEIRA
14 DE DEZEMBRO 2012

COMUNIDADES II

**IRONBOUND TERÁ
NOVO MONUMENTO
PORTUGUÊS**

NEWARK ■ COMANDOS ANUNCIAM HOMENAGEM AOS SOLDADOS PORTUGUESES E LUSO-AMERICANOS



Monumento aos combatentes

■ A "Associação de Comandos Delegação dos U.S.A." anunciou na quarta-feira que está em marcha um projecto para erguer no Ironbound um monumento aos "soldados portugueses e luso-americanos que tombaram em combate"

de JOÃO SANTOS MARTOS

No passado dia 25 de Novembro, a "Associação de Comandos Delegação dos U.S.A." celebrava em Elizabeth o seu 33º ano de existência com a promessa de anunciar em breve um "Mega Projecto" a realizar pela associação. Deixamos aqui a primeira página do jornal "Luso-Americano", em 14 de Dezembro de 2012.

Portugal em Newark) e do vereador Augusto Amador para a comunicação social re-

O local onde o monumento ficará para a posteridade será o Independence Park, no Ironbound

lar a decisão curada da boca do presidente da associação,

Jorge Ventura que exclamou a novidade de "erguer no Ironbound um monumento aos soldados portugueses e luso-americanos que tombaram ao serviço dos Estados Unidos".

Segundo Jorge Ventura: "A intenção deste monumento é reconhecer todos aqueles que pagaram com a vida a defesa dos EUA e erguer mais um marco da presença portuguesa nos EUA", tal nomeadamente em New Jersey numa época em que "os portugueses estão cada vez mais dispersos pelo país e muitos centralizados em Newark, sendo importante que todos

os que ficam e os seus filhos se identifiquem com a identidade portuguesa" acrescentou o vereador Augusto Amador. O "couscous" do Edmundo Leiria disponibilizou já, de resto, um local que gera consenso para fixar o futuro monumento. Trata-se da conhecida Independence Park mesmo em frente ao East-Side High School, "para que toda a gente possa ver" referiu. Amador mostrou-se bastante próximo desta causa, lembrando o seu amigo de infância em Portugal Joaquim Rebelo que também emigrara e "defendeu a bandeira dos Estados Unidos como mil-

Monumento em Newark será também homenagem a todos os portugueses

tar, tendo inscrito em combate no Vietnam" contou o vereador.

O líder "dos comandos" Jorge Ventura referiu ainda que este projecto está numa fase embrionária, mas pretende-se que o monumento tenha uma área envolvente de 30 por 30 pés, acrescentando o ex-comando Manuel Cunha que é "essencial não agredir o projecto para que este fique bem feito e perpetue no tempo".

► 33 anos nos EUA

ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS DELEGACÃO U.S.A.



COMANDOS | No passado dia 25 de Novembro este colectivo celebrou 33 anos como Associação de Comandos U.S.A. e 50 anos dos Comandos. "Os Comandos foram fundados em 1962 em Angola, logo a seguir ao eclodir da guerra colonial. Na altura era necessário tropas espe-

ciais para fazer frente às acções do inimigo" referiu-se na grande festa realizada em Elizabeth, no dia em que também se celebrou a data em que em 1975 os comandos na região militar de Lisboa restabeleceram a legalidade e a ordem em Portugal.

■ O anúncio foi feito na sede da associação na quarta-feira

A intenção deste monumento é reconhecer todos aqueles que pagaram com a vida a defesa dos EUA e erguer mais um marco da presença portuguesa nos EUA

• Jorge Ventura

O presidente da associação referiu ainda que parte da forma como este comunica-

do tão "à priori" é feito, tem como motivo o facto de se pretender que a comunidade participe, sendo essencial contactar arquitectos, escultores e artistas no geral para que o projecto avance com força. Ainda, Jorge Ventura anunciou que no início do ano irão mesmo ser estabelecidos cinco comités para o desenvolvimento e execução do projecto: comité executivo, comité administrativo, comité de angariação de fundos, comité de pesquisa e informação e por fim um comité jurídico.

A "Associação de Comandos Delegação dos U.S.A." referiu ainda que brevemente será divulgada informação de pontos de contacto para a realização deste projecto, já que esta missão "é responsabilidade de todos os portugueses e luso-americanos de pôr no cumprimento dela todas as nossas forças físicas,



■ A Associação conta já com 33 anos nos EUA

Intelectuais e morais, servindo sem preocupação de pagar ou de satisfação de interesses de qualquer natureza" referiram os líderes da associação. A cômul-geral de Portugal em Newark, Dra. Maria Amélia Paiva referiu também que o governo português já sabe que estão a ser dados os primeiros passos deste projecto, sendo que tanto o

embaixador de Portugal em Washington (Nuno Brito) tal como o secretário de estado das comunidades (José César) estão já cientes da ideia e do projecto, não se sabendo ainda de que forma o Estado português irá apoiar esta homenagem, mas sendo bastante natural que tal aconteça, como não podia deixar de ser. ■

XXXIV ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

A Assembleia de Delegados da Associação de Comandos realizou-se a 28 de Janeiro, em Oliveira de Aze-
méis, presidida pelo presidente da Direcção Nacional,
estando presentes delegados de todas as Delegações
de todo o País.



XXXIX ASSEMBLEIA GERAL

Realizou-se no Porto, a 31 de Março, a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Comandos, com a presen-
ça de elevado número de sócios que participaram em animados debates sobre os assuntos agendados.





GRUPO MOTARD



Na altura da criação do Grupo Motard, os nossos compromissos assentavam basicamente em dois objectivos bem definidos: na divulgação alargada do Grupo Motard da Associação de Comandos e na projecção da Especialidade Comando, aproveitando a clara mística que envolve as “duas rodas” e todos os eventos a elas associados.

Foi este o espírito que levou a estabelecer os contactos, no sentido de, pela primeira vez, o Grupo Motard participar na Expo Moto, com a montagem de um stand de exposição, durante toda a semana em que decorreu o evento. Executou-se uma volta em grupo pela região do Pego do Altar e uma outra na área de Tancos, com passagem obrigatória pelas instalações do ex-Centro de Instrução de Santa Margarida, actualmente ocupadas pela BAAA/BrigMec.

Ainda neste âmbito, e a convite do CTC, realizou-se uma volta de grupo, pela zona Oeste, com passagem pelo Cabo da Roca e fim na Bateria da Laje. Foi apoiada, de forma muito decisiva, a realização do 1º aniversário do Grupo m Harley Friday, com o precioso contributo da Delegação de Lisboa. Finalmente, e já em Setembro, realizou-se o 1º Encontro do Grupo Motard da Associação de Comandos, iniciativa que pelo sucesso atingido superou as nossas melhores expectativas.

Por outro lado, procurou-se nunca descuidar os aspectos mais formais e protocolares, relacionados com a organização funcional em que o Grupo se encontra inserido. Desta forma, foi mantida a Associação de Comandos permanentemente informada das iniciativas que iam sendo desenvolvidas, bem como dos resultados atingidos na sua



execução. Foi também preocupação contínua, dar a conhecer, de forma presencial, a estrutura da Direcção do Grupo, quer pela participação em Assembleias Gerais, quer em visitas a Delegações da Associação de Comandos.

Decorrido este ano é legítima a interrogação se os objectivos a que nos propusemos foram atingidos; na nossa óptica estamos em crer que sim. Poderia ter feito mais e melhor? Provavelmente que sim, dirão uns; obviamente que sim, dirão os mais críticos. Resta-nos aguardar que uns e outros, na altura própria assumam objectivamente novas ideias e projectos, em prol da Especialidade Comando, que foi o verdadeiro factor que uniu e motivou o Grupo.”

A Direcção do Grupo Motard

CONVÍVIOS DAS COMPANHIAS DE COMANDOS

Durante o ano, os “Comandos” e seus familiares, reúnem-se com camaradas das unidades a que pertenceram, em almoços convívio onde recordam velhas amizades e momentos inesquecíveis passados em conjunto.

4ª Companhia de Comandos 9 de Junho



Companhia de Comandos 4042 1 de Setembro



42ª Companhia de Comandos 26 de Maio



25ª Companhia de Comandos 2 de Junho



20ª Companhia de Comandos



33ª Companhia de Comandos 20 de Outubro



Companhia de Comandos 2046 2 de Junho



19ª Companhia de Comandos



OUTROS CONVÍVIOS DE COMPANHIAS EM 2012

37ª Cª CMDS - 10 de Março, em Milheirós
2041 Cª CMDS - 31 de Março, em Bombarral
31ª Cª CMDS - 28 de Abril, em Vouzela
15ª Cª CMDS - 5 de Maio, em Óbidos
23ª Cª CMDS - 6 de Maio, em Sesimbra
8ª Cª CMDS - 12 de Maio, em Peniche
21ª Cª CMDS - 26 de Maio, em Avanca
12ª e 14ª Cª CMDS - 7 de Junho, em Coimbra

10ª Cª CMDS - 17 de Junho, em Mira
77º Curso de CMDS - 23 de Junho, Oeiras
7ª Cª CMDS - 23 de Junho, em Vale Paraíso
38ª Cª CMDS - 30 de Junho, em Venda do Pinheiro
2045ª Cª CMDS - 21/22 de Julho, em Manteigas
85º Curso de CMDS - 11 de Agosto, em CTC
1ª Cª CMDS - 15 de Setembro, em Ílhavo
11ª Cª CMDS - 27/18 de Outubro, em Oliveira do Bairro



ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DOS AÇORES

No dia 7 de Julho de 2012, a Delegação dos Açores comemorou o dia 29 de Junho, "Dia do Comando".



Comemoração do "25 de Novembro de 1975", num jantar realizado a 23 de Novembro.

CEIAS DE NATAL EM 2012

Por tradição, durante a época natalícia, as Delegações reúnem sócios e famílias em jantares comemorativos do Natal e Fim de Ano. Juntamos as imagens que nos foram enviadas de algumas das muitas ceias realizadas.



» DELEGAÇÃO DE LISBOA



» DELEGAÇÃO DE VISEU



» DELEGAÇÃO DE VIANA DO CASTELO



» DELEGAÇÃO DE CHAVES

Aniversários e convívios das Delegações

» Delegação de Viseu



Aniversário - 1 de Maio



Convívio - 11 de Novembro



Convívio - 15 de Julho



Convívio - 7 de Fevereiro

» Delegação de Guimarães



Aniversário - 19 de Maio



Convívio - 15 de Julho



» Delegação do Porto



Aniversário - 9 de Março





» Delegação de Viana do Castelo

**Convívio
17 de Março**

Serrabulho em Ponte de Lima



» Delegação de Coimbra

**Aniversário
28 de Julho**



» Delegação de Chaves

**Aniversário
23 de Setembro**



» Delegação dos E. U. América

Aniversário 25 de Novembro

No dia 25 de Novembro, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima de Elizabeth, comemorou-se o 33º Aniversário da Delegação dos Estados Unidos, os "50 Anos dos Comandos" e o "25 de Novembro", com a presença de centenas de pessoas. Na cerimónia foram tocados os hinos nacionais de Portugal e Estados Unidos da América, e prestada homenagem a todos os que perderam a vida em combate.



VIAGEM A MACAU

Entre os dias 27 de Novembro e 7 de Dezembro, um grupo de sócios e seus familiares organizaram uma viagem a Macau, tendo alguns deles depois seguido para o Vietnam.



O Comendador Ng Fok junto ao busto que lhe foi oferecido e a escultora Susana do Ó

Foram dias de são convívio e de (re)visitar os locais que lembram a secular presença portuguesa naquela cidade do Santo Nome de Deus e de abraçar os nossos camaradas Comandos que ali vivem.

Durante a estada do grupo, a Associação aproveitou a oportunidade durante um animado jantar convívio que juntou também Comandos residentes em Macau e outros convidados, para homenagear o nosso Sócio Benemérito, Comendador Ng Fok, a quem ofereceu um busto seu em bronze da autoria da escultora Susana do Ó.



No dia 1º de Dezembro, o grupo depositou uma coroa de flores na “Gruta de Camões”; onde o Hino Nacional cantado por todos e o “MAMA SUMÊ” gritado, foi o momento alto da visita a Macau.



No Parque de Seak Pai Van, junto ao monomotor “Sagres” que, em Janeiro de 1987, ligou Sagres a Macau, num “raid-aéreo” organizado pela Associação de Comandos, sendo Comandante do voo o nosso camarada Jorge Galego.

VIAGEM A FRANÇA

No programa de viagens anualmente realizado por um grupo de sócios, familiares e amigos, de 26 de Abril a 2 de Maio visitaram a Normandia, o Vale do Loir e Paris, trazendo de França recordações de momentos inesquecíveis passados no melhor ambiente de sã camaradagem.



DIA DA LEGIÃO "REY ALFONSO XIII"

A convite da Brigada de Infantaria Ligeira da Legião "Rey Alfonso XIII", deslocou-se a Almeria, Espanha, em 20 de Setembro, uma representação da Associação de Comandos, para participar na comemoração do aniversário daquela Legião.





BATARIA DA LAJE

a nossa outra casa em Oeiras

A BATARIA DA LAJE é um ponto de encontro dos Comandos, e onde na companhia de camaradas, familiares e amigos, confraternizamos nas datas festivas e no quotidiano.

Beneficiando de uma paisagem deslumbrante sobre o Tejo e o Oceano Atlântico, reúne condições excepcionais para a prática desportiva e de actividades de lazer.

Aos poucos e poucos, a Bateria tem vindo a constituir um espaço especial, comprovado pelo número considerável de visitantes e de utilizadores dos meios lúdicos existentes.



Modelo da Bateria da Laje em "legus" da autoria do Sócio Pedro Valente Nascimento